**CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL – UNIBRASIL
CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO IGUAÇU – UNIGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU - MESTRADO EM DIREITOS
FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA**

**DIREITO FUNDAMENTAL À IDENTIDADE E MULHERES: DESVELAMENTO
CONSTITUCIONAL – ALTERIDADE ENQUANTO REALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA
DA MULTIPLICIDADE DO VIVER**

**CURITIBA-PR/UNIÃO DA VITÓRIA-PR
2020**

CAMILA SALVATTI

**DIREITO FUNDAMENTAL À IDENTIDADE E MULHERES: DESVELAMENTO
CONSTITUCIONAL – ALTERIDADE ENQUANTO REALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA
DA MULTIPLICIDADE DO VIVER**

Dissertação apresentada como requisito a obtenção do título de mestre, Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* - Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia, Centro Universitário Autônomo do Brasil - Unibrasil.

Linha de Pesquisa: Constituição e Condições Materiais da Democracia.

Área de Concentração: Direitos Fundamentais e Democracia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Augusto Maliska

**CURITIBA-PR/UNIÃO DA VITÓRIA-PR
2020**

TERMO DE APROVAÇÃO

CAMILA SALVATTI

**DIREITO FUNDAMENTAL À IDENTIDADE E MULHERES: DESVELAMENTO
CONSTITUCIONAL – ALTERIDADE ENQUANTO REALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA
DA MULTIPLICIDADE DO VIVER**

Dissertação _____ como requisito parcial à obtenção do título de mestre,
Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia, no Centro
Universitário Autônomo do Brasil – Unibrasil.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Marcos Augusto Maliska
Centro Universitário Autônomo do Brasil – Unibrasil

Profa. Dra. Rosalice Fidalgo Pinheiro
Centro Universitário Autônomo do Brasil – Unibrasil

Profa. Dra. Cláudia Maria Barbosa
Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

Curitiba - Paraná, 20 de outubro de 2020

À minha mãe, Maristela, e ao meu pai, Aloisio, pelo amor, carinho, paciência, inspiração, apoio, suporte e incentivo sempre presentes e fundamentais para toda a minha formação pessoal e acadêmica e em todos os momentos da minha vida.

À todas e a todos que em suas múltiplas vivências e buscas sonham e realizam novos caminhos diários em cada realidade e possibilidade de vida construídas em conexões e fortalecimentos enquanto desejo de aprendizados e implementações experienciais de relações mais humanas e altéricas, sempre em contrariedade a qualquer modo de exclusão, de privação, de invisibilidade ou situação de negação.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa e a escrita desta dissertação estão marcadas pelas presenças e pelas ausências inerentes a vida, de modo que todas as relações e situações pelas quais os meus dias foram e estão marcados geram influência em meu olhar para a vida e para o mundo, interferindo indissociavelmente nos momentos de estudo.

Trata-se de uma dissertação que, por ser este trabalho que é, exige a observância do rigor metodológico, mas ao mesmo tempo permite sentir emoções que representam as fragilidades e as forças para que seja buscado o que é desejado: vivências concretas altéricas que impulsionam laços de humanidade fundamentais em nossas caminhadas. São estes laços, os vínculos fundamentais que permeiam minha vida e que permitem que eu compartilhe experiências e sonhos, que estão representados por pessoas pelas quais nutro agradecimentos imensuráveis.

Minha amada mãe, Maristela, e meu amado pai, Aloisio, vocês me guiam e me inspiram. Desde meus primeiros momentos de vida estamos sempre um ao lado do outro e juntos vivemos! Vocês, meus pais, fazem o afeto sempre presente, vocês me ensinam e com sabedoria caminhamos por todas as alegrias e dificuldades. Nossas vidas estão marcadas por amor, respeito e reconhecimento. Vocês são essenciais em cada passo, em cada desafio, em cada conquista e realização. Cada alcance e horizonte meu tem a presença de vocês. Obrigada pelo apoio, pelo incentivo e pela compreensão em momentos que não foram os mais tranquilos durante esse período de pesquisa. Houveram “passos em falso” e “direções perdidas”, pelo que peço perdão, mas também agradeço por nestes momentos me (re)orientarem. Minha gratidão é eterna, admiro e amo vocês infinitamente!

Aos familiares, e destaco aqui em especial minhas avós Aurita e Maria, meu avô João (*in memoriam*), em vocês e com vocês percebi e percebo a essência da vida, e meu avô Valdemar que pelo tempo de sua vida, não o conheci, mas por todas as histórias que ouço a seu respeito, percebo o quanto foi especial. Também às minhas tias e aos meus tios e minhas primas e meus primos, que participam mais próxima e diretamente ou ainda que um tanto mais distante do meu caminho pessoal, cada um ao seu modo e as vezes mesmo sem saber, vocês são importantes e o caminho de cada um de vocês também me inspira e me ensina.

Ao meu namorado, André, como já dito por você, agora eu da mesma forma agradeço: obrigada a vida por nos conectar, para que concretizemos em compartilhamento nossos desejos pessoais e conjuntos! Obrigada por a cada dia possibilitar que contigo eu compreenda algo novo! Você é inspiração! Obrigada por todo o apoio e incentivo na escrita deste trabalho. Amo você de janeiro a janeiro! Ubuntu!

Às minhas amigas e amigos, especialmente, Maria Eduarda, amizade que iniciamos ainda no jardim de infância e que mantemos até hoje, e mesmo que em alguns momentos não estejamos tão próximas em razão dos caminhos do dia a dia, sabemos que sempre podemos contar uma com a outra e que é uma alegria dividir momentos especiais. Da mesma forma, Camille e Daiane, amigadas que são mais do que um presente da faculdade, representam a força dos laços de vida que formamos compartilhando nossas relações pessoais e buscando a realização de nossos projetos.

Aos professores da minha graduação em Direito no Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu, em especial André, Cainã e Everton, que contribuíram e contribuem para a busca constante de conhecimento e crescimento acadêmico e pessoal, que são exemplos para mim e que para além da faculdade foi possível estabelecer vínculos que carrego com muito carinho.

Ao professor Dr. Marcos Augusto Maliska, por aceitar ser meu orientador nesta pesquisa, pela autonomia concedida para o desenvolvimento das abordagens e perspectivas utilizadas e por dividir comigo as preocupações e os alcances do escrito, bem como por contribuir com indicações e análises para o aperfeiçoamento do trabalho.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Direito do Centro Universitário Autônomo do Brasil – Unibrasil, pelas leituras e discussões trazidas e fomentadas em suas disciplinas, que representam possibilidades de amplos aprendizados e de novas abordagens de pesquisas.

Aos meus colegas da turma do Minter (Mestrado Interinstitucional), por todos os momentos de estudo, de perseverança, de risadas e também de dúvidas que dividimos em sala de aula e também fora dela.

Ao Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu e ao Centro Universitário Autônomo do Brasil – Unibrasil, pela parceria firmada para que o Minter (Mestrado

Interinstitucional) ocorresse em União da Vitória/PR, bem como por toda a estrutura e pontes de diálogo estabelecidas, em especial ao professor Dr. João Vitor Passuello Smaniotto, Pró-Reitor de Pós-Graduação e Iniciação a Pesquisa – Uniguaçu e ao professor Dr. Bruno Meneses Lorenzetto, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito – Unibrasil.

"Women belong in all places where decisions are being made. It shouldn't be that women are the exception."
(Ruth Bader Ginsbrg)

"[...] Eu sou o sonho dos meus pais
Que eram sonhos dos avós
Que eram sonhos dos meus ancestrais
Vitória é sonho dos olhares
Que nos aguardam nos lares
Crendo que na volta somos mais

O lar é nesse abraço
A casa, detalhe
Onde plantamos paz
Se tem metade divide
Se tem o dobro convide
É assim que Deus vive nos mortais

É o primeiro diploma
A viagem
A nova porta que se abre
Da janela do carro o vento diz: -
Esteja atento aos milagres [...]"
(Emicida & Ivete Sangalo. Trevo, figuinha e suor na
camisa, 2020)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 DO DIREITO FUNDAMENTAL À IDENTIDADE – DA FORMAÇÃO DAS SUBJETIVIDADES	20
1.1 RELAÇÕES SOCIAIS DESIGUAIS – MULHERES: IDENTIDADES INVISIBILIZADAS	20
1.2 O DIREITO À IDENTIDADE COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL	32
1.3 IDENTIDADE E MULHERES – DA MULTIPLICIDADE DO VIVER.....	43
2 ATIVIDADE JURISDICIONAL E A RESPOSTA CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA	56
2.1 JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA X ATIVISMO JUDICIAL – JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL EM DEBATE	56
2.2 INTERPRETAÇÃO, COMPREENSÃO E APLICAÇÃO - DESVELAMENTO DO SENTIDO CONSTITUCIONAL.....	61
2.3 RESPOSTA CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA COMO MOTRIZ DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS – DO DIREITO À IDENTIDADE: SUBJETIVIDADE E MULHERES	73
3 ROMPENDO A TOTALIDADE ALIENANTE – MULHERES E VIVÊNCIA HUMANA CONCRETA	81
3.1 FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO DUSSELIANA	81
3.2 PELA CONSTRUÇÃO DA PRÓPRIA HISTÓRIA – A PROXIMIDADE NAS RELAÇÕES ENTRE AS SUBJETIVIDADES INEVITAVELMENTE PERMEANTES	95
3.3 DESVELAMENTO CONSTITUCIONAL: A ALTERIDADE ENQUANTO CAMINHO PARA A VIVÊNCIA CONSTITUCIONAL – O DIREITO FUNDAMENTAL À IDENTIDADE COMO EFETIVAÇÃO DEMOCRÁTICA DA MULTIPLICIDADE DO VIVER.....	101
CONCLUSÃO	110
REFERÊNCIAS	115

FICHA CATALOGRÁFICA

Salvatti, Camila

Direito Fundamental à identidade e
mulheres: desvelamento constitucional - Alteridade
enquanto realização democrática da multiplicidade do
viver. / Camila Salvatti. -- Curitiba, 2020.
121 f.

Orientador: Marcos Augusto Maliska
Dissertação (Mestrado) - UniBrasil, 2020.

1. Direito Constitucional. 2. Direitos
Fundamentais. 3. Direitos Humanos. 4. Alteridade. I.
Maliska, Marcos Augusto, orient. II. Título.

RESUMO

A dissertação aborda, inicialmente, as relações sociais e culturais compreendidas como decorrentes de construções históricas estruturadas de modo a invisibilizar e mitigar os direitos das mulheres em razão do estabelecimento de posições de assimetria e desigualdade, isto através da leitura de autoras e autores que teorizam de forma crítica estas relações, enquanto abordagem de base para a necessária reflexão sobre a compreensão do direito à identidade como direito fundamental, direito este que deve passar a conter em seu centro o olhar reconhecedor das relações sociais que marcam as vidas das mulheres enquanto busca de máximo respeito ao texto constitucional e ao conjunto de direitos existentes. Em seguida, apresentam-se aportes teóricos à compreensão do processo decisório e da busca por respostas constitucionalmente adequadas, direcionando-se o escrito à Crítica Hermenêutica do Direito de Lenio Streck, realizando-se relação com a abordagem anteriormente desenvolvida - experiências sociais vivenciadas pelas mulheres - como perspectiva de reflexo e reflexão necessária no momento de interpretação e aplicação do direito no processo decisório. Por fim, considerando ambas as construções teóricas desenvolvidas anteriormente, buscam-se conexões com o elemento alteridade, este enquanto realização prática marcada por reconhecimento, respeito e compreensão do outro e da necessidade de garantia de igualdade e atenção às diferenças inclusivas, para que a alteridade esteja intrinsecamente ligada e presente nos caminhos de compreensão do direito à identidade, nas relações sociais em questão e que também componha os processos decisórios. A presente dissertação possui como objetivo o desenvolvimento de um caminho, por meio do estudo do direito à identidade, bem como das relações sociais experienciadas pelas mulheres, para assegurar uma vivência altérica destas individualidades em suas relações sociais, com vistas a encontrar mecanismos de transformação mitigadores do desequilíbrio produtor das vulnerabilidades de gênero, assim como na realização do enfrentamento das resistências por meio de um processo decisório como garante de direitos fundamentais. Como método de abordagem, filiou-se a perspectiva crítica hermenêutica, com seguimento do método dusseliano e da hermenêutica crítica streckiana. O procedimento e a técnica de pesquisa consistem na pesquisa bibliográfica e na realização de fichamentos e resumos de materiais doutrinários. Ao desenvolver a dissertação, conclui-se que diante das relações sociais marcadas por construções históricas geradoras de invisibilidades e de mitigação de direitos às mulheres, a compreensão e o conhecimento da presença destas marcas nas relações devem ser consideradas no momento de leitura do direito à identidade e nos momentos de realização do processo decisório, inserindo-se nesta perspectiva o elemento alteridade para ocorrência desta realização prática, elemento vinculador das perspectivas de compreensão do direito à identidade, das relações sociais e dos processos decisórios, enquanto representativo de centralidade e basilar para a possibilidade de máximo respeito ao texto constitucional e aos direitos das mulheres por um novo olhar para as vivências sociais e para os processos decisórios judiciais.

PALAVRAS-CHAVE: Alteridade. Identidade. Direito Fundamental. Mulheres. Processo decisório judicial.

ABSTRACT

The master's degree dissertation approaches, initially, the social and cultural relations understood as resulting from historical constructions structured in order to make invisible and to mitigate the rights of women due to the establishment of positions of asymmetry and inequality, this through the reading of authors who theorize of these relations critically, as a basic approach for the necessary reflection on the understanding of the right to identity as a fundamental right, a right that should start to contain in its center the recognizing look of social relations that mark the lives of women while seeking utmost respect to the constitutional text and the set of existing rights. Subsequently, theoretical contributions to the understanding of the decision-making process and the search for constitutionally appropriate responses are presented, directing the writing to Lenio Streck's Hermeneutic Criticism of Law, relating to the previously developed approach - social experiences experienced by women - as a necessary reflection and reflectance perspective when interpreting and applying law in the decision-making process. Finally, considering both theoretical constructs developed earlier, connections are sought with the element of otherness, this as a practical realization marked by recognition, respect and understanding of the other and the need to guarantee equality and attention to inclusive differences, so that otherness is intrinsically linked and present in the ways of understanding the right to identity, in the social relations in question and that also makes up the decision-making processes. The present master's degree dissertation aims to develop a path, through the study of the right to identity, as well as the social relationships experienced by women, to ensure an elevated experience of these individuals in their social relationships, with a view to finding mitigating transformation mechanisms of the imbalance that produces gender vulnerabilities, as well as in the confrontation of resistance through a decision-making process as a guardian of fundamental rights. As a method of approach, the hermeneutic critical perspective was affiliated, following the Dusselian's method and the Streckian's critical hermeneutics. The procedure and the research technique consist of bibliographic research and the making of records and summaries of doctrinal materials. When developing the dissertation, it is concluded that in view of the social relationships marked by historical constructions that generate invisibilities and the mitigation of women's rights, the understanding and knowledge of the presence of these marks in relationships must be considered when reading the right to identity and in the moments of carrying out the decision-making process, inserting in this perspective the element of alterity for the occurrence of this practical realization, an element that links the perspectives of understanding the right to identity, social relations and decision-making processes, as representative of centrality and fundamental for the utmost respect for the constitutional text and women's rights through a new look at social experiences and judicial decision-making processes.

KEYWORDS: Alterity. Identity. Fundamental Right. Woman. Judicial decision-making process.

INTRODUÇÃO

O desenvolver da presente pesquisa perpassará pela busca de leituras compreensivas do direito à identidade e pelo desenvolvimento de caminhos para a busca do rompimento de relações provocadoras de invisibilidade às mulheres, isto por meio da correlação e desenvolvimento do estudo e vivência da alteridade e mecanismos de realização constitucional por meio das respostas constitucionalmente adequadas, de modo que a multiplicidade do viver (mulheres) compreendida pela alteridade seja pressuposto democrático para desvelamento da humanidade do humano e como requisito às interpretações e respostas constitucionalmente adequadas – caminho para o concreto respeito as subjetividades – ao direito de identidade, considerando como campo espaço-temporal de estudo as compreensões jurídico-filosófico-sociais a partir da Constituição Brasileira de 1988.

O problema de pesquisa central está relacionado a compreensão das relações sociais marcadas pela alteridade¹, enquanto reconhecimento das multiplicidades de subjetividades, em especial das mulheres, para o desvelar destas como marca também de todo o processo decisório vinculado ao direito fundamental à identidade, relacionando-se a problemática da compreensão teórica das experiências vivenciais estruturalmente postas para mitigação de potencialidades das mulheres, de modo que seja vislumbrado o elemento alterico reconhecedor e assegurador da humanidade nas subjetividades mitigadas.

Desta forma, questiona-se: como destrinchar e consolidar os caminhos constitucionais a serem trilhados com consciência e humanidade compreensivas e compreendidas enquanto busca para formação de um novo modelo de viver em sociedade democrática de direito com olhar libertador das pluralidades de identidades, especialmente das mulheres, para libertação plena das identidades e subjetividades com vivência concreta da alteridade por meio da observância da presença da humanidade do humano?

¹ Alteridade compreendida a partir da filosofia da libertação Dusseliana como vivência do reconhecimento da humanidade dos seres em relação, de modo que o olhar seja voltado ao outro que não eu, enquanto caminho de respeito a sua existência em plenitude, isto é, reconhecer o outro como outro, especialmente por meio do outro, o que não significa colocar-se no lugar do outro, mas sim vê-lo através do seu próprio mundo enquanto existência, com a finalidade de afirmar e potencializar o humano do humano (DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola 1986).

Enquanto hipótese de pesquisa, busca-se compreender a alteridade dusseliana como elemento de vivência, reconhecedor e respeitador, a ser integrador e basilar para a leitura do direito à identidade que irá marcar as inter-relações sociais e jurídicas, especificadamente nesta pesquisa, as experiências individuais e sociais das mulheres e também como conteúdo a integrar o processo decisório, já partindo da Crítica Hermenêutica do Direito streckiana, de modo que as identidades das mulheres sejam consideradas no momento de compreensão da identidade também da Constituição e das demais leis, bem como que a identidade do caso concreto e do intérprete-julgador estejam marcadas pela perspectiva aléfrica, de forma que as inter-relações se permeiem.

Assim, surge como objetivo o desenvolvimento de um caminho por meio do estudo jurídico do direito à identidade, bem como das relações sociais experienciadas pelas mulheres para assegurar a vivência aléfrica das individualidades em suas relações sociais com vistas a encontrar mecanismos de transformação para mitigar o desequilíbrio, produtor das vulnerabilidades de gênero, e na realização do enfrentamento das resistências por meio de um processo decisório como garante de direitos fundamentais.

Para tanto, enquanto norte necessário ao desenvolvimento da presente dissertação e organização da discussão pretendida, utiliza-se como base conceitual e teórica a filosofia da libertação Dusseliana enquanto marco possibilitador da compreensão da necessidade da presença da alteridade no momento de leitura do direito fundamental à identidade e para a mitigação das assimetrias de gênero, bem como da teoria da decisão constitucionalmente adequada de Lenio Luiz Streck, considerando a Crítica Hermenêutica do Direito, enquanto compreensão de que a atribuição de sentido ao texto constitucional é um ato hermenêutico e a Constituição deve ser sempre a origem de observância e a referência final de entrega do direito, assegurando-se que o processo compreensivo é sempre intersubjetivo, pois ocorre em relação, de modo que a busca de compreensão das leis e dos casos concretos no espaço e no tempo represente o reconhecimento da identidade da lei e da própria identidade do intérprete/julgador, bem como da identidade do outro em sua vivência concreta como motriz de observância de direitos fundamentais.

Desta forma, busca-se estabelecer conexões entre os marcos teóricos da presente dissertação, a fim de demonstrar a importância da discussão sobre

jurisdição constitucional e democracia partindo da crítica hermenêutica, uma vez que o processo decisório enquanto processo reconhecedor e afirmador das identidades, somente pode ser assim compreendido se houver a presença do reconhecimento da identidade de si e do outro para alcançar decisões representativas da democracia e esta também enquanto condição que possibilita esse processo de reconhecimento – reconhecimento das subjetividades sem exclusão ou negação daquelas que sejam consideradas distintas.

Como Método de Abordagem, filiou-se a perspectiva crítica hermenêutica, com seguimento do método dusseliano e da hermenêutica crítica streckiana, vislumbrando-se a visão dos fenômenos sociais e jurídicos referentes às relações sociais das identidades das mulheres e da necessidade de processos decisórios constitucionalmente adequados, efetuando para isso análises reflexivas das conjecturas e teorias a respeito da temática.

O procedimento empregado refere-se à análise bibliográfica, por meio de materiais doutrinários relacionados a temática pesquisada (e.g. livros e periódicos), nos âmbitos nacional e internacional. A técnica de pesquisa utilizada consiste na elaboração de fichamentos e resumos estendidos de bibliografias, periódicos, revistas e documentos acerca das temáticas abordadas.

A presente dissertação estará estruturada em três grandes capítulos, cada qual dividido em três subtítulos. Assim, o primeiro capítulo “DO DIREITO FUNDAMENTAL À IDENTIDADE – DA FORMAÇÃO DAS SUBJETIVIDADES” apresenta abordagem que perpassa pela compreensão da Constituição enquanto ponto inicial e de retorno de toda leitura sobre direitos, visando tratar especialmente do direito à identidade como um direito fundamental e de sua existência garantidora de reconhecimento das potencialidades das mulheres e da mitigação de assimetrias vivenciadas por estas, o que é realizado durante a tratativa nos três subtítulos do capítulo.

O primeiro subtítulo “RELAÇÕES SOCIAIS DESIGUAIS – MULHERES: IDENTIDADES INVISIBILIZADAS” aborda-se, pela leitura feminista, as assimetrias vivenciadas pelas mulheres e que interferem diretamente na (im)possibilidade da presença concreta do direito à identidade. Na sequência, o subtítulo “O DIREITO À IDENTIDADE COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL” está voltado para a compreensão da Constituição como diretriz primeira e última de modo que o direito à

identidade possa ser vislumbrado como direito fundamental diante da magnitude atrelada ao reconhecimento identitário nas relações jurídicas e sociais. Ao final, o subtítulo “IDENTIDADE E MULHERES – LIBERTAÇÃO DA MULTIPLICIDADE DO VIVER” visa estabelecer relação de compreensão do direito à identidade e sua existência harmônica garantidora de reconhecimento e potencialização das potencialidades das mulheres, como passo inicial para trilhar nos próximos capítulos a compreensão do direito à identidade vinculado à alteridade e ao processo decisório como meio garante e representativo desta relação.

O segundo capítulo é intitulado “ATIVIDADE JURISDICIONAL E A RESPOSTA CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA”, cuja abordagem está direcionada à decisão constitucionalmente adequada desenvolvida por Lenio Luiz Streck, considerando a Crítica Hermenêutica do Direito, para provocar reflexão voltada à compreensão do processo decisório como ato hermenêutico, com desenvolvimento em três subtítulos.

O primeiro subtítulo “JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA X ATIVISMO JUDICIAL – JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL EM DEBATE” é destinado à compreensão do que é considerado judicialização da política, enquanto atuação contingencial do Poder Judiciário, bem como a compreensão do que é o ativismo judicial, enquanto resposta oferecida pelo Poder Judiciário para questões objeto de judicialização, mas com presença de decisões pautadas na vontade do julgador e com caráter de assujeitamento a sua consciência, de modo a estabelecer o início compreensivo de seguimento do reconhecimento da identidade da lei e da própria identidade do intérprete/julgador como garantia das relações identitárias. Na sequência o subtítulo “INTERPRETAÇÃO, COMPREENSÃO E APLICAÇÃO - DESVELAMENTO DO SENTIDO CONSTITUCIONAL” trata da marca da atribuição de sentido ao texto constitucional, de modo que deve a Constituição representar o ponto inicial e o ponto final de entrega do direito, assegurando-se o caráter intersubjetivo que deve estar presente no processo compreensivo, pois ocorre em relação e jamais em isolamento (razão da apresentação da leitura sobre a adequada compreensão do que é judicialização da política e do que é ativismo judicial, este último sempre perigoso ao Direito) para busca de compreensão adequada das leis e dos casos concretos no espaço e tempo de modo que represente força motriz de observância do direito fundamental à identidade. Ao final o subtítulo “RESPOSTA

CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA COMO MOTRIZ DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS – DO DIREITO À IDENTIDADE: SUBJETIVIDADE E MULHERES” aborda a teoria da resposta constitucionalmente adequada desenvolvida por Lenio Luiz Streck para explicitar a relação entre o processo decisório marcado pela imprescindível compreensão intersubjetiva e a vinculação com o direito à identidade, enquanto verificação de caminho representativo de observância necessária do direito fundamental à identidade, como base e estabelecimento da problemática para encaminhar o que será escrito no próximo capítulo.

O terceiro capítulo “ROMPENDO A TOTALIDADE ALIENANTE – MULHERES E VIVÊNCIA HUMANA CONCRETA” possui como abordagem a filosofia da libertação dusseliana visando o desenvolvimento de um caminho para compreensão e leitura do direito à identidade atrelado as relações sociais vivenciadas pelas mulheres para assegurar a vivência aléfrica e o respeito e segurança à identidade de modo a provocar transformação para mitigação das assimetrias provocadoras das vulnerabilidades de gênero, bem como de influenciar o caminho necessário para a realização da interpretação, compreensão e aplicação do direito enquanto desvelamento constitucional com marca presente da alteridade e pela representatividade de reconhecimento e promoção do direito à identidade, o que será tratado nos três subtítulos do capítulo.

O primeiro subtítulo “FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO DUSSELIANA” voltado à exposição e compreensão da estrutura e do método caracterizadores da Filosofia da Libertação como base para a escrita dos dois próximos subtítulos. Na sequência o subtítulo “PELA CONSTRUÇÃO DA PRÓPRIA HISTÓRIA – A PROXIMIDADE NAS RELAÇÕES ENTRE AS SUBJETIVIDADES INEVITAVELMENTE PERMEANTES” visa a compreensão e leitura do direito à identidade atrelado as vivências das mulheres com marca aléfrica das individualidades em relação, com caminhos de respeito e segurança à identidade permeada pela alteridade. Ao final o subtítulo “DESVELAMENTO CONSTITUCIONAL: A ALTERIDADE ENQUANTO CAMINHO PARA A VIVÊNCIA CONSTITUCIONAL – O DIREITO FUNDAMENTAL À IDENTIDADE COMO EFETIVAÇÃO DEMOCRÁTICA DA MULTIPLICIDADE DO VIVER” apresenta como busca realizar a conexão dos aportes teóricos desenvolvidos nos capítulos e subtítulos anteriores de modo a trilhar um possível

caminho para a vivência das relações humanas e as experiências vivenciadas pelas mulheres de modo a ressignificar estas experiências, bem como influenciar na realização da interpretação, compreensão e aplicação do direito enquanto desvelamento constitucional com marca presente da alteridade e pela representatividade de reconhecimento e promoção do direito à identidade.

A partir disso, vislumbra-se que a pesquisa está vinculada a área de concentração Direitos Fundamentais e Democracia e a linha de pesquisa Constituição e Condições Materiais da Democracia, uma vez que o direito à identidade reconhecido como direito fundamental marcado pela alteridade pode possibilitar um novo olhar para as relações enquanto construção do próprio humano, o que surge como elemento central para que haja respeito constitucional como ponto de partida e de chegada para todos os direitos fundamentais, em especial o direito à identidade.

Ademais, além de atrelada diretamente ao presente programa, a pesquisa que ora se propõe apresenta relevância acadêmica uma vez que o debate da temática deve transpassar do cotidiano influenciado por informações de senso comum nem sempre adequadas e respeitadoras, que provoca discussões que não examinam as problemáticas do assunto em debate, para a necessidade de desenvolver aportes acadêmicos para debates reflexivos e responsáveis.

Em mesmo sentido, indica-se a relevância social da pesquisa posto que os referidos debates realizados na academia possibilitam e devem possibilitar reflexos diretos no âmbito das relações sociais e políticas, para busca da quebra do senso comum e das atuações dos entes públicos de forma solipsista², expressões que se propagam sem enxergar a real existência de desigualdades, isto é, academia e sociedade não se separam, assim como não se separam teoria e prática – o contexto social clama por diálogo efetivo entre as vivências, que são em maioria de desigualdade e o papel do Estado frente as igualdades (apenas) juridicamente postas.

Assim, este escrito busca realizar aproximações entre bases teóricas compreendidas como necessárias para que a alteridade esteja presente enquanto

² Compreendido como tomada de decisões com base na vontade do julgador, com a presença de assujeitamento do texto e do caso concreto à sua consciência. Ver: STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 411-418.

realidade vivida pelas mulheres em suas identidades e também para que esta perspectiva permeie os processos decisórios, de modo que seja possível compreender a alteridade como centralidade enquanto elemento prático experienciado nas inter-relações para respeito e reconhecimento do outro (mulher) em essencial garantia de igualdade e consideração de distinção.

1 DO DIREITO FUNDAMENTAL À IDENTIDADE – DA FORMAÇÃO DAS SUBJETIVIDADES

1.1 RELAÇÕES SOCIAIS DESIGUAIS – MULHERES: IDENTIDADES INVISIBILIZADAS

Neste primeiro momento, esclarece-se que foi adotado na presente dissertação o recorte de abordagem da invisibilização da mulher em razão da desigualdade enquanto desigualdade estruturada pela dominação masculina em relação às mulheres compreendidas em sentido abrangente, considerando a necessidade de estreitamento do objeto de pesquisa. Entretanto, não significa que não se reconheça a existência de determinações sobrepostas de desigualdade em outros níveis e categorias (e.g. para além da noção binária homem/mulher, sexo, raça, classe).

Assim, desde já, compreende-se que há a presença do pensamento masculino como dominante de forma historicamente posta nas construções sociais e que representam e provocam a imposição da posição da mulher como inferiorizada, uma vez que o desenvolvimento de suas identidades sofre privação e gera mitigação de suas potencialidades.

Para melhor estudar a abordagem pretendida neste título, tomando por base a teoria política feminista, esta

investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero. Com essa análise, evidenciam-se alguns dos limites mais importantes das instituições vigentes, que, a despeito de suas pretensões democráticas e igualitárias, naturalizam e reproduzem assimetrias e relações de dominação.³

O desenvolvimento das personalidades e das identidades está intrinsecamente relacionado às experiências sociais vivenciadas pelos seres humanos, razão pela qual afetam o meio no qual se expressam e são afetadas pelo meio no qual desenvolvem suas expressões. Deste modo, é necessário sempre questionar as ordens estabelecidas e os mecanismos que a “legitimam”, isto é, identificar que a transformação real está atrelada a um fator mais profundo do que

³ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 7.

aparentemente se apresenta, razão pela qual as alterações legislativas devem ser precedidas e sucedidas de movimentações sociais e muitas vezes de busca de tutela do garantido em lei. ⁴

Ainda tomando como base a teoria política feminista para investigação de quadros de desigualdade pautados na mitigação do livre desenvolvimento da personalidade e do direito à identidade, busca-se analisar as ocupações de espaços das mulheres em distintas esferas da vida.

O Feminismo, desta forma, pode ser compreendido como

uma teoria prática que surge das condições concretas das relações humanas, enquanto essas relações são baseadas em relações de linguagem que são relações de poder. Um poder constituído com base no que se pode chamar de paradigma masculinista. O feminismo é uma crítica concreta da sociedade que tem base em uma ação teórica inicial e que é constitutiva da prática enquanto crítica da dominação masculina. Feminista é alguém que pensa criticamente, enquanto essa crítica se dá na direção de uma releitura do mundo que tira os véus desse mesmo mundo organizado pela dominação masculina. Mas a dominação masculina não é apenas atitude dos homens, embora seja fácil para os homens, sujeitos concretos que autorizam a si mesmos como agentes da dominação masculina. A dominação masculina é estrutura de poder ao nível dos dispositivos do poder. Engana-se quem pensa que o “machismo”, nome vulgar da dominação masculina, será desmanchado apenas por meio de uma dominação feminina que seria, aliás, um erro capaz de destruir o feminismo.⁵

De acordo com Alves e Pitanguy

O Feminismo se constrói [...] a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõe a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de re-criação. Na busca da [...] [transformação] das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas.⁶

Assim, trata-se de uma teoria voltada para compreensão das nuances da dominação masculina com o desejo de luta para a ressignificação das relações sociais acriticamente estruturadas e que inferiorizam as mulheres, sem que para tanto signifique em momento algum realizar a inversão das posições, mas sim

⁴ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 8.

⁵ TIBURI, Marcia. **O que é feminismo**. Empório do Direito, 2015. Disponível em <<https://emporiiododireito.com.br/leitura/o-que-e-feminismo>>. Acesso em 17/02/2019.

⁶ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Coleção Primeiros Passos. Abril Cultural/Brasiliense, 1981. p. 74.

construir bases para que a dominação não se faça presente em nenhum sentido.

Quanto à compreensão das desigualdades, Beauvoir, na obra intitulada *O segundo sexo*, no primeiro volume⁷, discorre sobre a desmistificação da essência da mulher por meio de reflexões e análises críticas, apontando questionamentos para as tentativas teóricas de estabelecer o que seria “ser mulher”, bem como busca compreender a razão da presença da posição vertical inferior da mulher em relação ao homem, considerando para tanto o desenvolvimento histórico que gerou a construção social de inferioridade.

Ademais, no segundo volume da obra *O segundo sexo*⁸, Beauvoir trabalha com a experiência vivida – como as mulheres construíram a sua existência no ambiente social de dominação, mas considerando também a relação com o autorreconhecimento da mulher. Aponta, ainda, para o problema histórico do androcentrismo e realiza aportes sobre a busca pela potência da transformação profunda dos modos de existência, para que a própria mulher possa desenvolver sua existência, sem desconsiderar a presença ainda presente dos mecanismos de verticalização da relação entre homem e mulher, mas apontando para a transformação da estrutura por meio da mulher ao deixar de ser o outro, passando ao reconhecimento de todos como sujeitos e ninguém como objeto, ou seja, que a existência não seja pautada pelo que o homem coloca como existência para mulher.

Destarte,

Em muitas das frentes das lutas feministas, a exigência foi a cidadania igual para mulheres e homens. Mas o deciframento do sentido dessa igualdade implicava ir além da isonomia legal e inquirir as condições reais de existência delas e deles, questionando premissas básicas das hierarquias sociais e do funcionamento das instituições.⁹

Conforme escreve Bourdieu,

A divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e,

⁷ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: 1. Fatos e Mitos. 4. Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

⁸ *Idem*. **O segundo sexo**: 2. A experiência vivida. 2. Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

⁹ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 9.

em estado incorporado, os corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento de ação.¹⁰

A divisão acima referida é tomada como normal e essencial em razão da construção social estabelecida no tempo por padrões de dominação masculina, a qual estabelece sistemas de forma a tornar inquestionável pelas pessoas a compreensão desta divisão, para com isso fixar e propagar como natural o que, ao contrário, é uma construção impositiva de um ideal misógino que deve ser combatido, combate expressivo por meio do movimento feminista.

De acordo com Márcia Tiburi, historicamente a relação entre homens e mulheres é uma relação vertical, na qual a mulher ocupa a parte inferior, pois lá é colocada em razão da construção social a partir de diversos arranjos simbólicos opressores¹¹. Ademais, é preciso ter cuidado ao compreender “ser mulher” a partir do signo construído pelo patriarcado, havendo necessidade da busca pela ressignificação do que é atribuído como natural e essencial, enquanto se trata de uma construção social dominadora.¹²

Dito de outra maneira, “nós vivemos um sistema binário dos gêneros, historicamente construído, reproduzido de forma cotidiana pelas práticas sociais hegemônicas, no qual cada gênero está intimamente associado a um sexo biológico”¹³, mas tal associação assim formulada prejudica a compreensão de que não há, senão em razão da construção social, a ligação essencial entre sexo e gênero.

Importa observar, para a adequada compreensão da formação da ordem das vidas, que “a diferença que se associa à igualdade é aquela que permite a livre expressão das individualidades, não a que aprisiona indivíduos e grupos em posições estereotipadas”.¹⁴

Ademais, em relação à visão da posição da mulher, tem-se que

Pelo fato de o mundo limitado em que elas estão confinadas, o espaço do vilarejo, a casa, a linguagem, os utensílios, guardarem os mesmos apelos à ordem silenciosa, as mulheres *não podem senão tornar-se o que elas são*

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 17.

¹¹ TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. p. 34.

¹² *Ibidem*. p. 22.

¹³ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 81.

¹⁴ *Ibidem*. p. 77.

segundo a razão mítica, confirmando assim, e antes de mais nada a seus próprios olhos, que elas estão naturalmente destinadas ao baixo, ao torto, ao pequeno, ao mesquinho, ao fútil etc.¹⁵

Observa-se que, em relação às posições enquanto dominantes e dominadas, “os dominados [acabam por aplicar] categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais”.¹⁶

A grande característica da dominação está relacionada à sua compreensão enquanto fenômeno estrutural ao estabelecer conjuntamente mecanismos de imposição das representações de mundo construídas e de valores favorecedores da autorreprodução da dominação, ou seja, “há uma distribuição de recursos e de possibilidades que determina o fluxo de vantagens e desvantagens entre grupos, de acordo com sua posição social, demarcada por instituições como mercado, família e Estado”, fazendo com que as restrições decorrentes dos processos de dominação ocorram tanto pela configuração externa, mas também, e fortemente, pela própria internalização desses processos.¹⁷

Portanto, de acordo com o escrito por Bourdieu na obra intitulada *A dominação masculina*¹⁸, a dinâmica da dominação está vinculada às expectativas-adequação formuladas como naturais em relação às ações das mulheres e as atividades por elas desenvolvidas, provocando fechamento de horizonte ao estabelecer as posições possíveis para ocupação das/pelas mulheres, uma vez que baseadas na construção social decorrente da dominação masculina, não abrindo espaço para o desenvolvimento livre das expectativas de vivências das próprias mulheres.

Ademais, de acordo com Butler, na parte primeira da obra *Problemas de gênero*¹⁹, apesar da afirmação da presença de um patriarcado universalmente dominante já não expressar a força crítica desejada como ocorreu nos primeiros escritos feministas, há relevância na compreensão da existência da construção social histórica da dominação masculina em razão do reflexo que provoca nas análises das vivências das mulheres, problematizando teoricamente, ainda, os

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 41.

¹⁶ *Ibidem*. p. 46.

¹⁷ MIGUEL, Luis Felipe. **Autonomia, paternalismo e dominação na formação das preferências**. Revista Opinião Pública, Campinas, v. 21, nº 3, dezembro, 2015.p. 601-625. p. 615.

¹⁸ *Ibidem*. *Op. cit.*

¹⁹ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

intrincados desenvolvimentos teóricos sobre o que se entende ou se pode ser entendido por categoria mulher, gênero e sexo.

Não se pode olvidar, ainda, que os abismos caracterizadores da desigualdade entre homens e mulheres estão relacionados às possibilidades de acesso a recursos e oportunidades, uma vez que o patriarcado rege as determinações dos papéis e experiências possíveis para os corpos, ou seja, as questões de gênero têm impacto direto “na posição social dos indivíduos e sobre a relação estreita entre as hierarquias em diferentes esferas da vida”.²⁰

O entendimento sobre o que é o patriarcado diz respeito ao “próprio sistema do saber com suas regras, seu controle do conhecimento e da sua ideia de verdade. No patriarcado, saber e poder unem-se contra os seres heterodenominados como mulheres.”²¹ Diante do quadro social de desigualdades e em recusa de aceitação desse cenário, “o pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus seguidores”²² denunciando os padrões de opressão.

Ademais, o considerado saber inferior das mulheres está relacionado ao fator de que estas não possuem, “como os homens, a experiência de tantas coisas distintas, mas se limitam aos cuidados do lar, ficam em casa, ao passo que não há nada tão instrutivo para um ser dotado de razão como exercitar-se e experimentar coisas variadas”.²³

Um exemplo da luta feminista está relacionado à demanda por educação, objetivando “permitir o livre desenvolvimento da mulher como ser racional, fortalecendo a virtude por meio do exercício da razão e tornando-a plenamente independente”.²⁴

Desta forma, ao analisar os quadros de desigualdade entre homens e mulheres, as teorias feministas apontam para a necessária observação da relação entre esfera pública e esfera privada, uma vez que a limitação de análise apenas na esfera pública provoca uma compreensão deficiente das relações envolvidas, posto

²⁰ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 13.

²¹ TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. p. 71.

²² *Ibidem*. *Op. cit.* p. 17.

²³ PIZÁN, Cristina de. La ciudad de las damas. Madri: Siruela, 2000, p. 119 *apud Ibidem*. p. 19.

²⁴ WOLLSTONECRAFT, Mary. A vindication of the rights of woman: with strictures on political and moral subjects. Nova York: The Modern Library, 2001. p.14 *apud Ibidem*. p. 21.

que “ficam suspensas e mal compreendidas as conexões entre as posições e as relações de poder na vida doméstica, no mundo do trabalho e na esfera dos debates e da produção das decisões políticas.”²⁵

Deste modo, sem a conexão de análise entre ambas as esferas

fica difícil entender de que maneira relações tidas como voluntárias e espontâneas, mas que respaldam padrões de autoridade e produzem subordinação, têm impacto ao mesmo tempo para o exercício da autonomia por *cada indivíduo* – em ambas as esferas – e para a construção da democracia”.²⁶

A construção de uma sociedade democrática, portanto, está intrinsecamente relacionada, como aponta o feminismo, à necessidade de abandono da percepção de que esfera pública e esfera privada não estão vinculadas, o que acarreta nos contornos de hierarquia, como se correspondessem a “lugares” e “tempos” distintos na vida dos indivíduos”, enquanto na realidade “os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra”.²⁷

Nesse sentido, a organização das relações sociais e a disponibilidade de recursos para a realização de tarefas valorizadas pelos integrantes de cada sociedade apresentam vinculação com o aspecto e leitura das necessidades de cuidado inerentes a determinados momentos e condições de vulnerabilidade da vivência dos indivíduos, ou seja, a vulnerabilidade represente aspecto influenciador na organização das relações sociais.²⁸

Isto porque, quanto se trata de compreensão de estruturas de exclusão, existe a presença da dualidade na perspectiva de vivência entre esfera pública e esfera privada diante da colocação da vida doméstica (privada) como natural na ordem da vida das mulheres com exclusão destas da vida política, bem como diante da presença de “autonomização [...] às experiências concretas das pessoas e às formas cotidianas de dominação e opressão”.²⁹

A imposição da vida doméstica às mulheres diante da configuração do patriarcado representa a matriz exploratória que possibilita ou cria a base para que

²⁵ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 33.

²⁶ *Ibidem*. p. 33.

²⁷ *Ibidem*. p. 33.

²⁸ BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 53.

²⁹ *Ibidem*. p. 56.

novas e diversas formas de dominação e exploração aconteçam. O que ocorre é que atribuições são estabelecidas e causam a definição do modo como será visto o pertencimento das mulheres em cada espaço social.³⁰

Assim é que a “perspectiva social corresponde a posições sociais estruturais, relativas, que produzem experiências particularmente localizadas e em conhecimento específico dos processos sociais”.³¹

Nesse sentido o desempenho de atividades desenvolvidas e voltadas ao cuidado de outros indivíduos origina padrões que condicionam estruturas de hierarquia de gênero, de raça e de classe³², sendo que notadamente em relação à hierarquia de gênero, às mulheres fica reservado o papel de exercício das atividades da vida doméstica relativas ao cuidado, por exemplo, com a imposição de tarefa que repercute nas experiências dos âmbitos privado e público enquanto atribuição de base do mundo privado às mulheres pela responsabilidade social de cuidado com os outros como na ordem natural das coisas, gerando efeitos negativos enquanto limitação de experiências vividas.³³

Em razão desta configuração posta é que é possível observar a influência no desenvolvimento das relações sociais e exercício de direitos, uma vez que ainda é vislumbrado na mulher o ser voltado para o cuidado e, por isso, a manutenção destas configurações reproduz os padrões historicamente estruturados e reforça o aspecto negativo de limitação das experiências vivenciais das mulheres. Ou seja,

Os indivíduos interagem com as alternativas socialmente disponíveis, assim como agem em meio aos constrangimentos sociais, redefinindo não apenas seus objetivos - que podem ser modulados relativamente ao que está socialmente dado -, mas julgando e agindo sobre o leque das alternativas disponíveis, que podem ser assim pressionadas e mesmo redefinidas.³⁴

Deste modo é que “a reprodução das desigualdades e das hierarquias que se cristalizam nas instituições [...] pode ser tomada como as estruturas em ato, com

³⁰ BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 66-67.

³¹ YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 136, *apud Idem*. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. p. 73.

³² *Ibidem*. *Op. cit.* p. 69.

³³ *Ibidem*. p. 73.

³⁴ *Idem*. *Op. cit.* p. 191.

seus efeitos concretos [...] sobre os indivíduos”.³⁵

Assim, de acordo com Biroli, é necessária a ressignificação das noções de responsabilidade enquanto adequada compreensão dos “níveis individual e coletivo das obrigações sociais” uma vez que a presença de vulnerabilidade que demanda cuidado faz parte da condição humana, contudo este exercício do cuidado deve ser redefinido enquanto “objeto de preocupação e obrigação coletiva e social”, isto é, de não atribuição automática e exclusiva às mulheres em decorrência do historicamente estruturado.³⁶

Portanto, um caminho vislumbrado é o estabelecimento de um processo democrático de participação ampla no cuidado, a fim de que “em vez de privatismo e isolamento” haja o atendimento adequado e a possibilidade de “alternativas sociais para as necessidades de cuidado de todos ao longo da vida”.³⁷

Ademais, a dominação masculina está atrelada a “naturalização da representação das mulheres como mães e o que há de significativo na vivência da maternidade pelas próprias mulheres” enquanto manifestação de restrições às identidades destas³⁸ e diante da exclusão prévia das perspectivas de cuidado acerca do que são considerados valores masculinos³⁹, de modo que é possível compreender que “a exclusão dessas experiências [de cuidado] na consideração do que é política e socialmente relevante, significaria um reforço às dinâmicas sociais de silenciamento e exclusão das mulheres”.⁴⁰

Ainda nesse sentido, de acordo com Miguel, “relações mais justas na vida doméstica permitiriam ampliar o horizonte de possibilidades das mulheres, com impacto em suas trajetórias pessoais e suas formas de participação na sociedade.”⁴¹

Uma abordagem apresentada com o objetivo de direcionar o olhar para a relação entre a posição social e a compreensão dos processos sociais por membros de determinados grupos está pautada em uma noção de perspectiva social, dito de outra forma, “é “o ponto de vista que membros de um grupo têm sobre processos

³⁵ BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. p. 75.

³⁶ *Idem*. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 78.

³⁷ *Ibidem*. p. 90.

³⁸ *Idem*. *Op. cit.* p. 64.

³⁹ *Ibidem*. p. 75.

⁴⁰ *Ibidem*. p. 65.

⁴¹ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 34.

sociais por causa de sua posição neles”⁴².

Essa perspectiva trata do que se pode considerar como ponto de partida, mas não ponto de chegada, tendo em vista que determinadas experiências, assim como as experiências das mulheres, estas enquanto “um conjunto de expectativas normativamente disciplinadas impostas ao corpo das mulheres por uma sociedade dominada pelos homens”⁴³, têm sua possibilidade de compreensão profunda presentes nos corpos que vivenciam certas experiências em grupos inferiorizados, sem que isto implique dizer que são a única forma de entendimento adequado, posto que importante a perspectiva com base nas “experiências próprias daquelas que vivenciam a dominação, como forma de busca pela superação desta”, sem que se deixe de observar que estão presentes clivagens outras “dentro do próprio feminino, isto porque as formas de dominação possuem mecanismos comuns, mas cada qual também possui reprodução independente.”⁴⁴

Ademais, outro aspecto relevante na compreensão das estruturas de (re)produção e manutenção de desigualdades é o reconhecimento do uso da linguagem enquanto dominação, posto que a utilização da linguagem dirige-se para a internalização da dominação não apenas pelos homens, mas também pelas mulheres.⁴⁵ Destaca-se que “a violência epistemológica se faz de diversas formas. Todo autoritarismo tem sua episteme, as palavras que são manipuladas.”⁴⁶

Desta forma é que há relevância na consideração do debate sobre o que se chama de lugar de fala e lugar de escuta, uma vez que “o lugar de fala constrói um contexto dialógico. Se luta é um conceito que implica oposição, implica necessariamente o diálogo”⁴⁷

A presença de expressão de anseios políticos manifestados pelas mulheres em momentos espaço-temporais são representativos da presença do lugar de fala, cujo objetivo é externalizar os aportes compreendidos como necessários para uma ação contrária a ordem dominadora que é caracterizada enquanto mecanismo que

⁴² YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 137 *apud* MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 84.

⁴³ YOUNG, Iris Marion. *On female body experience: “Throwing like a girl” and other essays*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 5 *apud Ibidem*. p. 84-85.

⁴⁴ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 91.

⁴⁵ *Ibidem*. p. 119.

⁴⁶ TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. p. 75.

⁴⁷ *Ibidem*. p. 55.

funciona para o favorecimento de alguns e detrimento de outros, uma vez que, de acordo com Márcia Tiburi, a construção de imagens das mulheres relacionadas ao campo do negativo, sejam imagens de noção visual ou noção verbal, decorre dos discursos misóginos especializados nesta forma de construção, para que o posto como negativo esteja vinculado ao que é considerado fora do poder.⁴⁸ O sistema de dominação masculina utiliza, então, da linguagem para estabelecer e manter denominações que marcam e criam estereótipos às mulheres como movimento de manutenção destas no campo do negativo.⁴⁹

A observância de que potenciais lugares de fala exigem também potenciais lugares de escuta assume centralidade pela razão de que “a escuta é um elemento prático no processo político que precisa ser experimentado com urgência, sobretudo pelos sujeitos que detém o privilégio da fala.”⁵⁰

Assim é que as estruturas de dominação são processos sociais que não ocorrem de modo individual, mas sim de movimentos de posicionamento coletivo formadores de relações desiguais que estabelecem os contextos de vivência social, enquanto padrões de socialização.⁵¹

Nesse sentido, isto caracteriza a presença constante de assimetrias estruturais nos contextos vivenciais que representam a produção das oportunidades e expectativas sociais que mitigam o desenvolvimento equânime das habilidades das mulheres e dos homens⁵², uma vez que lugares sociais distintos e fortemente delimitados são atribuídos às mulheres com o intuito de reforçar a dominação.⁵³

A dominação masculina, portanto, considerando sua sistemática enquanto ação com padrão de socialização que cria estereótipos de mulher e hierarquiza as relações, silencia e invisibiliza as concepções próprias de interesse das mulheres.⁵⁴

Diante deste cenário, conforme Miguel e Biroli, “uma das alternativas é o entendimento de que a recuperação da experiência das mulheres dependeria de uma consciência compartilhada da dominação, das desvantagens dos sofrimentos

⁴⁸ TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. p. 39.

⁴⁹ *Ibidem*. p. 50.

⁵⁰ *Ibidem*. p. 56.

⁵¹ BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. p. 57.

⁵² *Ibidem*. p. 48.

⁵³ *Idem*. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

⁵⁴ *Ibidem*. *Op. cit.*

implicados em sua posição social”.⁵⁵

Destarte, por esta razão é que o projeto desejado é um projeto de libertação, no sentido de ausência de delimitações de posição prévia para as mulheres e ao mesmo tempo criador de possibilidades de desenvolvimento das potências de todas, isto através da compreensão dos presentes padrões de desigualdade com enfrentamento das desvantagens produzidas.⁵⁶ O caminho buscado é o da luta pela humanidade.

O caminho de luta não está em criar uma nova estrutura de dominação, mas sim em fazer com que deixe de existir a estrutura dominadora do patriarcado. O feminismo pode ser considerado algo conquistado e que deve ser comemorado todos os dias por todos que sentem fazer parte e estão comprometidos tanto “em sua vida, com aqueles que não-puderam-ser-aquilo-que-poderiam-ter-sido em função de preconceitos de gênero e sexualidade, de raça e classe. É o feminismo que alerta para formas de sujeição inscrita no gênero e na sexualidade”⁵⁷ a fim de reconfigurar as relações e promover a igualdade entre os indivíduos.

Portanto, é a partir desta compreensão, de que a presença de estruturas de dominação pelo masculino interferem de forma prejudicial na existência de oportunidades e alternativas de vivência identitária plena das mulheres, que se pretende observar e buscar um caminho em consonância com a Constituição enquanto garante das relações sociais vistas pelo feminismo político para libertação pela quebra das estruturas de dominação masculina, uma vez que estas são contrárias a ordem constitucional que assegura as relações de igualdade e livre desenvolvimento identitário.

Assim, realizada a abordagem neste tópico para a compreensão teórica da existência de assimetrias vivenciadas pelas mulheres, passa-se a desenvolver em continuidade no próximo título a perspectiva específica do direito à identidade como um direito fundamental e que implica diretamente na relação da necessária força jurídica asseguradora e realizadora de reestruturação das relações sociais estabelecidas às mulheres.

⁵⁵ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 119.

⁵⁶ *Ibidem*. p. 150.

⁵⁷ TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. p. 73.

1.2 O DIREITO À IDENTIDADE COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL

Para o desenvolvimento da compreensão do direito à identidade como um direito fundamental, inicialmente é basilar voltar o olhar para a Constituição, enquanto ponto inicial e de retorno para toda leitura sobre direitos, bem como observar a segurança constitucional voltada aos direitos fundamentais de forma introdutória e ampla, de modo que no presente título passa-se a esta abordagem.

Cumprido destacar que o estudo dos Direitos Fundamentais é de tratativa abrangente, havendo a necessidade de recorte para a escrita da presente dissertação, sem deixar de reconhecer a existência de outras teorias voltadas ao estudo dos Direitos Fundamentais.

Ainda, esclarece-se que a utilização da denominação “identidade”⁵⁸ pretendida neste trabalho está atrelada a perspectiva de personalidade, igualdade e liberdade, visando abranger o significado de percepção e valorização das características que compõe cada formação subjetiva em sua exclusividade e que a identifica em sua autonomia com respeito também a distinção que lhe caracteriza, como forma de estabelecer conexões que possibilitem a relação de compreensão da identidade e sua existência harmônica garantidora de reconhecimento e potencialização das potencialidades das mulheres como direito.

Assim, é preciso compreender que a Constituição Brasileira de 1988 é considerada documento com elevado grau compromissário, com presença de pluralidade, com caráter, portanto, dirigente se observado “o conjunto de normas impositivas de objetivos e tarefas em matéria econômica, social, cultural e ambiental contidos no texto constitucional”.⁵⁹

Ademais, em dois momentos no texto constitucional, quais sejam, no preâmbulo e no título dos Princípios e Direitos Fundamentais, há demonstração de que a ordem constitucional está estabelecida visando o ser humano e o desenvolvimento pleno da identidade deste, com destaque também pela primeira apresentação expressa na história das constituições brasileiras da dignidade da

⁵⁸ “Identidade/sf/[...] 2 Série de características próprias de uma pessoa ou coisa por meio das quais podemos distingui-las”[mas também reconhecê-las]. (**Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos, 2020).

⁵⁹ SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 7. Ed. Livro Digital. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 267

pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito.⁶⁰

Em mesmo sentido, o Estado Brasileiro adotou em sua Constituição de 1988⁶¹ o modelo que se pode denominar de Estado Democrático Social de Direito apesar de não haver menção expressa no texto constitucional acerca desta denominação, é o que se infere das suas disposições, atrelados ao proporcionar aos seres o viver de maneira igualitária e plena em sua existência com o reconhecimento de direitos e vínculos sociais necessários para que os indivíduos possam viver em sua completude⁶³.

Em relação aos direitos fundamentais, é possível compreender que “o termo “direitos fundamentais” se aplica aos direitos atribuídos à pessoa humana e que estão “reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivado de determinado Estado”⁶⁴.

De forma breve, os direitos fundamentais apresentam sentido formal e material, cujo ideal é a fundamentalidade formal e material simultânea. Assim, o sentido formal está relacionado ao direito constitucional positivo, isto é, a definição a partir da constituição de um regime jurídico, sejam expressos ou implícitos. Por sua vez, o sentido material está relacionado com o conteúdo dos direitos, ou seja, a regência substancial, conforme a realidade especial de cada ordem constitucional concretamente considerada.⁶⁵

De acordo com José Afonso da Silva, a expressão “*Direitos fundamentais do homem*” constitui também uma expressão adequada e se refere

A princípios que resumem a concepção do mundo e informam a ideologia política de cada ordenamento jurídico, é reservada para distinguir, *no nível do direito positivo*, aquelas prerrogativas e instituições que ele concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas. No qualitativo *fundamentais*, acha-se a indicação de que se trata de

⁶⁰ SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 7. Ed. Livro Digital. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 267

⁶¹ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos (...).(BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1998).

⁶² Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1998).

⁶³ *Ibidem*. Op. cit.

⁶⁴ SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**: um teoria geral dos Direitos Fundamentais na perspectiva constitucional. 11. Ed. Livro Digital. São Paulo: Livraria do Advogado Editora, 2012. p. 17.

⁶⁵ *Ibidem*. Op.cit. p. 339-340.

situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive; fundamentais do *homem* no sentido de que a todos, por igual, devem ser, não apenas formalmente reconhecidos, mas concreta e materialmente efetivados. Do *homem*, não como macho da espécie, mas no sentido de *pessoa humana*. *Direitos fundamentais do homem* significa *direitos fudamentais da pessoa humana* ou *direitos fundamentais*.⁶⁶

Em relação a fundamentalidade, “no sentido jurídico-constitucional, um determinado direito é fundamental não apenas pela relevância do bem jurídico tutelado em si mesma [...], mas pela relevância daquele bem jurídico na perspectiva das opções do Constituinte”, bem como a consideração hierárquica normativa atribuída e do regime jurídico-constitucional que foi assegurado às normas de direitos fundamentais pelo Constituinte.⁶⁷

Importante é a previsão do §1º do artigo 5º do texto constitucional brasileiro que representa a demonstração da fundamentalidade das disposições dos direitos e garantias fundamentais ao estabelecer que possuem aplicação imediata, ou seja, evidencia a relevância e força jurídica destas disposições.⁶⁸

Desta forma, para a noção de direito à identidade, perpassa-se agora pela compreensão prévia em relação ao direito à igualdade e ao direito à liberdade, com olhar voltado ao objeto deste trabalho.

Assim, para a leitura em relação ao direito à igualdade, inicia-se pela noção de que este compreende uma igualdade formal, enquanto exigência de “que todos que se encontram numa mesma situação recebam idêntico tratamento (portanto, compreendida como igualdade na aplicação da lei)”, e uma igualdade material, que não exclui a igualdade formal, mas compõe-se a ela, representando “um dever de compensação das desigualdades sociais, econômcias e culturais[...]”⁶⁹

De acordo com José Afonso da Silva, o texto constitucional visa estabelecer a aproximação necessária entre os dois tipos de igualdade (formal e material), uma vez que “não se limitara ao simples enunciado da igualdade perante a lei; menciona também igualdade entre homens e mulheres e acrescenta vedações a distinção de

⁶⁶ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014. p. 177.

⁶⁷ SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais: um teoria geral dos Direitos Fundamentais na perspectiva constitucional**. 11. Ed. Livro Digital. São Paulo: Livraria do Advogado Editora, 2012. p. 61.

⁶⁸ SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 7. Ed. Livro Digital. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 386.

⁶⁹ *Ibidem*. p. 618-619.

qualquer natureza e qualquer forma de discriminação.”⁷⁰

Em relação ao âmbito de proteção, o direito à igualdade “apresenta uma dupla dimensão objetiva e subjetiva, e, no âmbito desta última, portanto, na condição de direito subjetivo, compreende uma face negativa (defensiva) e positiva (prestacional)”⁷¹, sendo que considerado pela perspectiva de direito subjetivo, o direito à igualdade, na perspectiva negativa - defensiva, possui como objetivo, “[...] a proibição de tratamentos (encargos) em desacordo com as exigências da igualdade, ao passo que na perspectiva positiva ele opera como fundamento de direitos derivados a prestações, isto é, de igual acesso às prestações [...]”⁷²

Partindo desta noção mais geral, uma das previsões de direitos e garantias fundamentais à igualdade está contida no artigo 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, dispositivo este que demonstra a relevância conferida pela Constituição de 1988, à igualdade entre homens e mulheres, compreendida da maneira mais ampla possível e em busca de igualdade material e desenvolvimento de ações afirmativas para tal igualdade, veja-se:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Observa-se que as/os constituintes foram categóricos quanto a necessidade de igualdade entre homens e mulheres, uma vez que além da igualdade ampla prevista no *caput*, que já estebelece a não possibilidade de discriminação de qualquer natureza e afirma a inviolabilidade do direito à liberdade e à igualdade, por exemplo, destina o primeiro inciso do referido artigo para tratamento particular da igualdade,⁷³ de forma que “a garantia da igualdade é um dos pressupostos necessários para alcançar uma democracia efetiva, ela é um dos [...] [direitos e garantias] fundamentais do Estado Democrático de Direito brasileiro, um dos pilares

⁷⁰ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014. p. 217.

⁷¹ SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 7. Ed. Livro Digital. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 624.

⁷² *Ibidem*. p. 624.

⁷³ *Ibidem*. *Op. cit.* p. 219.

do arcabouço constitucional”⁷⁴, e qualquer tratamento que seja desigual entre homens e mulheres constitui uma violação constitucional, atentando-se para a validade das discriminações feitas enquanto busca de equilíbrio frente as assimetrias sociais postas.⁷⁵

Outrossim, há previsão constitucional também voltada à igualdade entre homens e mulheres quanto ao exercício de direitos e deveres decorrentes da sociedade conjugal, conforme artigo 226, § 5^a, da Constituição Federal, ou seja, mais uma disposição que insere e volta o olhar para as relações vivenciais das mulheres.

Assim, o texto constitucional, portanto, carrega em si expertises adaptativas frente às realidades sociais e comandos efetivos de segurança constitucional aos seres humanos, aspectos esses que caracterizam com base neste dispositivo constitucional a igualdade entre os gêneros, estabelecido na Constituição como igualdade entre homens e mulheres, e pode ser considerado como direito fundamental previsto expressamente no texto constitucional com necessidade de olhar expansivo para abranger outras identidades de gênero, bem como deve compor a leitura e interpretação de todo o conjunto constitucional.

Ademais, a “igualdade supõe o reconhecimento de que as autonomias privadas não se submetem a crivos hierárquicos, nem pode, sob tal pretexto, conduzir privilégios e retrições [...]”, de modo que é necessário reconhecer que “as distinções do ponto de partida podem afetar o resultado dos pontos de chegada”.⁷⁶

O direito à liberdade, por sua vez, compreendido também com recorte voltado ao objeto deste trabalho, está previsto no *caput* do Artigo 5^o da Constituição Federal de 1988 e faz parte do conjunto de direitos fundamentais que são relevantes para o sistema constitucional brasileiro e que apresenta também disposições de liberdades especiais no texto da Constituição, possuindo da mesma maneira que o direito à igualdade, os aspectos formal e material informando, Sarlet que “o direito geral de liberdade atua como critério material para a identificação de outras posições jurídicas

⁷⁴ MARQUES, Samantha Ribeiro Meyer-Pflug; RODRIGUES, Patrícia Pacheco. **Mulher e Poder no Brasil**. p. 195. In: NOWAK, Bruna. (Org.); SILVA, Christine Oliveira Peter da. (Coord.); BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz (Coord.); FACHIN, Melina Girardi (Coord.). **Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero**. v.2. Salvador: Juspodium, 2020.

⁷⁵ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014. p. 219-220.

⁷⁶ LAGE, Fernanda de Carvalho; ROCHA, Maria Elisabeth Guimarães Teixeira. **A Mulher e o Poder Judiciário no Brasil**. p. 222. In: *Ibidem*. Op. cit.

fundamentais, em especial como parâmetro para a dedução de liberdades específicas que não foram objeto de direta e expressa previsão pelo constituinte”.⁷⁷

Segundo José Afonso da Silva, a conceituação de liberdade deve estar expressa enquanto “um poder de atuação do homem em busca de sua realização pessoal, de sua felicidade”, de forma que “liberdade consiste na possibilidade de coordenação consciente dos meios necessários à realização da felicidade pessoal”.⁷⁸

Ademais, nesta noção, informa o autor acima referido, os elementos objetivos e subjetivos são encontrados para a ideia de liberdade, sendo que “é *poder* de atuação sem deixar de ser resistência a opressão; não se dirige contra, mas *em busca*, em perseguição de alguma coisa que é a felicidade pessoal, que é subjetiva e circunstancial [...]”.⁷⁹

Desta maneira, representa a possibilidade de compreensão da liberdade atrelada a um direito à identidade enquanto representação de reconhecimento e autonomia às mulheres nas relações sociais e jurídicas, bem como representativo para manifestação e exercício de vontades e preferências de forma livre, mas em consonância com os demais direitos fundamentais que compõe a estrutura jurídico-constitucional⁸⁰, especialmente para quebra de imposições decorrentes de assimetrias sociais historicamente postas conforme exposto no tópico anterior.

Ademais, conforme previsão do parágrafo único do Artigo 4º da Constituição Brasileira de 1988⁸¹, o texto constitucional, para além das disposições voltadas à visão interna de realidade própria, possui disposições que podem ser compreendidas como de visão externa para a realização de interações com outras realidades constitucionais, especificamente da realidade social latino-americana.

Nesse sentido é que o contido no artigo 5º, §2º da Constituição de 1988⁸²,

⁷⁷ SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 7. Ed. Livro Digital. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 509-510.

⁷⁸ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014. p. 235.

⁷⁹ *Ibidem*. p. 235.

⁸⁰ *Ibidem*. *Op. cit.* p. 509.

⁸¹ Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...] Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1998)

⁸² Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela

representa um caminho de expansividade das previsões de direitos constitucionais e fundamentais para além do inicialmente previsto, considerando para tanto a presença de transformações histórico-sociais com reflexo de leitura constitucional interna e externa no transcorrer do tempo.⁸³

A vinculação democrática ao direito e também o aspecto social podem ser observados, de maneira inicial, pelas “manifestações e limites constitucionais [...] [que] traçam as diretrizes para a compreensão constitucional adequada, a fim de superar os níveis de desigualdade e exclusão social para promoção de todos, como por exemplo, a previsão de ações afirmativas”⁸⁴, isto é, a Constituição brasileira impõe ao Poder Público que sejam promovidas medidas “(normativas e fáticas) com vistas à redução das desigualdades”, de modo que “implica um dever de adotar políticas de ações afirmativas, no sentido de uma imposição constitucional cujo descumprimento poderá levar a um estado de omissão inconstitucional”⁸⁵, o que reflete no âmbito da necessidade da presença de seguimento de diretrizes com o objetivo de segurança e promoção de direitos para as inter-relações, especificamente para esta pesquisa, em que figuram as mulheres.

Nesse sentido, o direito à igualdade entre gêneros deve ser compreendida não apenas como marca de proibição de discriminação, como em regra geral é a leitura do direito à igualdade, mas sim também com perspectiva da discriminação positiva, uma vez que é preciso considerar que histórica e estruturalmente há a presença de caminhos e agires moldados e voltados à dominação masculina, o que é objeto de abordagem do segundo capítulo deste escrito, visando a reconfiguração dos espaços públicos e privados enquanto participação e estabelecimento de condições não excludentes para o desenvolvimento das identidades das mulheres.⁸⁶

Deste modo, é que cabe observar que “o direito fundamental à igualdade entre homens e mulheres tem por conteúdo, em síntese, o direito de resistência ou defesa (*Abwehrrecht*) contra tratamentos desiguais perpetrados pelos destinatários da norma”, aqui compreendidos como os órgãos do Poder Legislativo, do Poder

adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. (BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1998)

⁸³ SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 7. Ed. Livro Digital. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.p. 326-327.

⁸⁴ *Ibidem*. p. 291.

⁸⁵ *Ibidem*. p. 633-634.

⁸⁶ CANOTILHO, JJ Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. Coimbra, Brasília, Porto Alegre e Belo Horizonte: Saraiva Jur, 2018. p. 485.

Executivo e do Poder Judiciário, conforme é apresentado em obra destinada a comentários à Constituição de 1988⁸⁷, com a possibilidade de visualização de uma quadriade de efeitos.⁸⁸

Enquanto primeiro efeito está a tratativa de prescrição de tratamento de igualdade entre homens e mulheres, com “proibição de discriminação não simplesmente *perante* a lei, [...], mas também e justamente *pela* lei”, enquanto compreensão do direito de igualdade como resistência.⁸⁹

Como segundo efeito, tem-se a proibição de qualquer distinção em decorrência de “sexo” ou de “gênero” para que as compreensões entre o feminino e o masculino não sejam utilizadas como caráter de diferenciação discriminatória (negativa), de modo a respeitar o constitucionalmente previsto.⁹⁰

O terceiro aspecto diz respeito à compreensão de consideração como direito individual, apesar do reconhecimento da existência de defesa de compreensão como direito coletivo. Ainda, este aspecto diz respeito à dimensão jurídico-objetiva do direito a igualdade de gênero “da qual decorrem diretrizes impostas a todo poder estatal constituído no sentido de se combater concepções patriarcais ou tradicionalistas que atribuam à mulher um papel social subalterno em relação ao papel masculino.”⁹¹

Como aspeto final, a apresentação da abordagem de “um efeito horizontal, sobretudo no que tange às relações jurídico-trabalhistas, nas quais a diferença de tratamento sempre foi, historicamente falando, mais intensa”, considerando a “locução “nos termos desta constituição” ao final do comentado inciso I do art. 5º da CF que suscita uma imprescindível interpretação sistemática do texto constitucional”, de modo a tornar todas as disposições constitucionais relevantes para a promoção e concretização do direito em tela.⁹²

Em continuidade a perspectiva dos direitos fundamentais, Sarlet afirma que “os direitos pessoais ou de personalidade [...] [utilizados como sinônimos] são sempre direitos fundamentais, embora nem todo direito fundamental [...] seja um

⁸⁷ CANOTILHO, JJ Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. Coimbra, Brasília, Porto Alegre e Belo Horizonte: Saraiva Jur, 2018. p. 485.

⁸⁸ *Ibidem*. p. 485.

⁸⁹ *Ibidem*. p. 485.

⁹⁰ *Ibidem*. p. 486.

⁹¹ *Ibidem*. p. 487.

⁹² *Ibidem*. p. 487.

direito de personalidade”.⁹³ Nesse sentido, os chamados direitos de personalidade correspondem à principal interligação entre legislação infraconstitucional e texto constitucional para consideração de direitos materialmente fundamentais por estarem vinculados à dignidade da pessoa humana e ao livre desenvolvimento da personalidade.⁹⁴

Os direitos de personalidade estão na condição de direitos fundamentais⁹⁵ em razão de seu conteúdo e âmbito de proteção independentemente da designação literal destes direitos em um capítulo do texto constitucional⁹⁶, sendo que a identidade, conforme a denominação pretendida neste trabalho, compõe-se como direito de personalidade e então deve ter sua leitura jurídica como direito fundamental, sendo importante considerar que “a despeito de sua quantidade e diversidade, os direitos da personalidade apresentam como aspecto comum o fato de estarem todos vinculados com a proteção da esfera nuclear da personalidade, dignidade e liberdade humanas[...]”.⁹⁷

Quanto a tratativa dos direitos fundamentais em espécie, aqui analisado o escrito acerca do “direito ao livre desenvolvimento da personalidade: sua função como cláusula geral e sua relação com os direitos especiais de personalidade”⁹⁸, afirma-se que apesar da não presença de menção expressa “a um direito geral de personalidade”, deve haver uma proteção ampla ao direito geral de personalidade (“direito ao livre desenvolvimento da personalidade”) em relação as possíveis formas que violam os bens da personalidade, em amplas designações, sejam tais bens reconhecidos expressamente ou não no texto constitucional ou infraconstitucional, para que haja proteção integral as manifestações essenciais das personalidades⁹⁹, como o direito à identidade.

Ademais, em relação aos destinatários dos direitos da personalidade podem ser considerados, de frente “os órgãos estatais, mas nessa seara a vinculação dos

⁹³ SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 7. Ed. Livro Digital. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.p. 455.

⁹⁴ *Ibidem*. p. 456-457.

⁹⁵ Para mais leitura sobre este objeto de pesquisa ver: DE MARCO, Cristhian Magnus; FREITAS, Riva Sobrado de. **Pressupostos para o estudo dos direitos da personalidade na dogmática dos direitos fundamentais**. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia. Curitiba, v. 14, n. 14, p. 254-272, julho/dezembro de 2013. Disponível:<<https://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/view/393/341>>.

Acesso em: 09/03/2020.

⁹⁶ *Ibidem Op. cit.* p. 457.

⁹⁷ *Ibidem*. p. 457.

⁹⁸ *Ibidem*. p. 459-460.

⁹⁹ *Ibidem*. p. 459-461.

particulares se revela especialmente relevante, pois tais direitos são também altamente expostos a violação e ameaça de violação na esfera das relações privadas”.¹⁰⁰

Ainda, em relação à titularidade, “são direitos de todos e de qualquer um, portanto, de titularidade universal”¹⁰¹, ainda, são direitos absolutos (opinéveis contra todos) e de caráter extrapatrimonial, isto é, “valor, bem ou interesse ligado à subjetividade de cada pessoa.”¹⁰²

Assim

Muito embora a inexistência, na Constituição Federal, de expressa menção a um direito geral de personalidade, no sentido de uma cláusula geral inclusiva de todas as manifestações particulares de personalidade humana, tanto a doutrina quanto a jurisprudência têm recorrido ao princípio da dignidade da pessoa humana como principal fundamento de um direito (implícito) geral de personalidade no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro.¹⁰³

Deste modo, partindo-se das premissas constitucionais acima apresentadas, verifica-se que no Estado Brasileiro Democrático Social de Direito imperam os direitos fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa humana é fundamento do Estado Democrático de Direito, estabelecido no artigo primeiro da Constituição Federal,¹⁰⁴ denotando a igualdade em dignidade para todo ser humano, aporte de base para a compreensão do direito à identidade como um direito fundamental.

Nesse sentido, intrinsecamente é necessária a leitura do direito à identidade vinculado a dignidade da pessoa humana como valor fundamental, de modo a possibilitar a compreensão e a projeção das identidades e personalidades em aspectos múltiplos e plurais enquanto reconhecimento de que no centro do sistema jurídico está o ser humano, “no sentido de que as normas são feitas para a pessoa e para a sua realização existencial, devendo garantir um mínimo de direitos fundamentais que sejam vocacionados para lhe proporcionar vida com dignidade”,

¹⁰⁰ SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 7. Ed. Livro Digital. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 463.

¹⁰¹ *Ibidem*. p. 462-463.

¹⁰² *Ibidem*. p. 464-456.

¹⁰³ *Ibidem*. p. 460.

¹⁰⁴ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III - a dignidade da pessoa humana. (BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1998)

com segurança e garantia da “autonomia e livre desenvolvimento da personalidade”.¹⁰⁵

Assim, diante de concretudes vivenciais é que a leitura jurídica atribuída deve seguir a afirmação de uma vida digna que exige a presença da constitucionalidade permeante por todas as normas e em especial, diante do objeto desta pesquisa, do direito à identidade.^{106 107}

Nesse sentido, parcelas da população tem seus projetos e desejos humanos vinculados à concretização de direitos constitucionalmente assegurados, de modo que a “Constituição também, e antes de tudo, é [...] uma concepção de felicidade” que está estruturada em texto que visa traduzir e traduz “uma visão presente e futura de um modelo de sociedade, de um modelo de Estado e de um paradigma de Direito, todos voltados para a efetivação histórica de melhores condições de vida para toda a população [...]”¹⁰⁸, e pela abordagem da presente pesquisa, para os projetos e desejos das mulheres em suas identidades (características que as caracterizam, não como idênticas, mas como distintas, justamente diante da multiplicidade de suas possibilidades de vida).

Portanto, considerando direitos de personalidade, direito à igualdade e direito à liberdade, todos compreendidos como direitos fundamentais em razão dos seus conteúdos e dos âmbitos de proteção que os compõe, o direito à identidade, conforme a denominação informada como pretendida para esta pesquisa, representa um direito fundamental em razão da importante consideração da leitura conjunta dos âmbitos de proteção e da complexidade e pluralidade inerentes as vivências humanas, que a pretensão da identidade enquanto direito fundamental visa abarcar a formação, as experiências, as percepções, a valorização e os horizontes de possibilidades que compõem as interrelações como caminho de respeito e reconhecimento das autonomias, mas também com a necessidade de reconhecimento das distinções que podem caracterizar enquanto força ou como

¹⁰⁵ FARIAS, Cristiano Chavez de; ROSENVALD, Nelson. **Cursos de direito civil: parte geral e LINDB**. v. 1. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 127.

¹⁰⁶ *Ibidem*. p. 130.

¹⁰⁷ Para outra leitura atrelada à temática ver: LUCAS, Douglas Cesar. **A proteção jurídica das identidades desconectadas**: um mapa de sua ambivência. *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*. Curitiba, v.12, n.12, 215-236, julho/dezembro de 2012. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/313/282>>. Acesso em 09/03/2020.

¹⁰⁸ SANTOS, André Leonardo Copetti. **Elementos de filosofia constitucional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009. p. 22 e 24.

formação que gera assimetrias no exercício de outros direitos e desejos da vida (identidade como forma de não manutenção da percepção de idêntico ou diferente que invisibiliza), como forma de estabelecer conexões que permitam a compreensão da identidade e sua existência garantidora de respeito e reconhecimento para a potencialização das potencialidades das mulheres como direito.

Assim, realizada a abordagem no primeiro tópico para a compreensão teórica da existência de assimetrias vivenciadas pelas mulheres e neste tópico a abordagem do direito à identidade, passa-se a desenvolver em continuidade no próximo título a perspectiva de identidade e mulheres para o caminhar nos próximos capítulos pela ideia de necessidade de reestruturação das relações para que estejam pautadas em alteridade e sejam garantidos processos decisórios respeitadores das relações intersubjetivas enquanto segurança do direito fundamental à identidade.¹⁰⁹

1.3 IDENTIDADE E MULHERES – DA MULTIPLICIDADE DO VIVER

Prosseguindo com a abordagem e desenvolvimento da temática, a fim de entregar a proposta de libertação das subjetividades das mulheres, cabe compreender que o feminismo se apresenta como força para o caminho da quebra da dominação masculina, isto porque, através dos debates que promove, visa avanços de análise das situações que restringem a vivência autônoma das mulheres, reconhecendo a importância da apreensão adequada dos efeitos da incorporação dos movimentos das relações humanas responsável na produção de determinadas preferências e possibilidades.

Ademais, imperando o direito à identidade como direito fundamental, observa-se que o direito ao livre desenvolvimento da personalidade e gestão da vida privada devem ser absolutamente respeitados em consonância com os demais direitos e limites constitucionais, de modo que a compreensão das relações sociais implicadoras de perspectivas ou não para a vivência das potencialidades das mulheres importa na vinculação desta abordagem com o direito à identidade.

Nesse sentido é que o caminho desejado perpassa pela necessidade de

¹⁰⁹ Para estudo com abordagens voltadas a compreensão de Direito à Identidade conferir: TIEDEMANN, Paul (Ed.). **Right to Identity**: Proceedings of the Special Workshop “Right to Identity” held at 27th World Congress of the International Association for Philosophy of Law and Social Philosophy in Washington DC, 2015. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2016.

“validar as preferências e as escolhas dos indivíduos, valorizando sua experiência e sua “autonomia decisória”, ainda que essas se definam em meio a redes intrincadas de incitações de constrangimentos sociais”.¹¹⁰

Para tanto, deve-se analisar criticamente a compreensão dos papéis atribuídos para homens e para mulheres, “e, porque o machismo faz parte de um modo orgânico de pensar e de sentir e de agir, é tão difícil modificá-lo.”¹¹¹

Em mesmo sentido, pensar em uma sociedade para além da construção previamente estabelecida é preciso, isto é, uma sociedade que promova as potencialidades de seus membros, sem que para esta promoção crie medidas de desempenho que inferiorizem certos corpos potencializando apenas alguns em detrimento de outros, como ocorre no patriarcado.¹¹²

Para o seguimento de diretrizes firmes no debate acerca da inferiorização da mulher “não podemos esquecer que estamos em um tempo histórico e nossas ações pertencem a esse tempo.”¹¹³ Isto é, uma das maiores injustiças provocadas pelo patriarcado é não possibilitar a presença das mulheres na história, bem como não permitir que elas possuam um espaço de expressão na sociedade. Desse modo, uma das grandes razões da invisibilidade da mulher está relacionada com o fato de que não lhe foi permitido contar sua própria história.¹¹⁴ Nesse sentido, de acordo com Miguel, “indivíduos e grupos têm dificuldade de formular e expressar autonomamente suas preferências quando estão sujeitos a relações de dominação”¹¹⁵ como o que ocorre na relação entre as mulheres e o patriarcado.

Diante deste cenário, observa-se que “não haverá mundo melhor para ninguém se não houver uma construção conjunta capaz de pensar em um comum que emancipará a todos.”¹¹⁶

Considerando a realidade de inferiorização da mulher, tem-se que esta realidade interfere nas experiências vivenciais por ela desenvolvidas, uma vez que a posição social que os corpos ocupam está relacionada às possibilidades de

¹¹⁰ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 118.

¹¹¹ TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. p. 63.

¹¹² *Ibidem*. p. 60.

¹¹³ *Ibidem*. p. 89.

¹¹⁴ *Ibidem*. p. 92-93.

¹¹⁵ MIGUEL, Luis Felipe. **Autonomia, paternalismo e dominação na formação das preferências**. Revista Opinião Pública, Campinas, v. 21, nº 3, dezembro, 2015. p. 601-625. p. 614.

¹¹⁶ *Ibidem*. *Op. cit.* p. 123.

experiências, ou seja, há uma formação social dos indivíduos. Isso importa dizer que

Considerar suas escolhas – e o grau de autonomia nelas envolvido – é considerá-las a partir dessa base, isto é, de sua inserção no contexto de relações sociais concretas. O fato de que são socialmente constituídas e motivadas não significa, no entanto, que os indivíduos não façam escolhas e que estas não tenham impacto na definição das suas vidas. Mas significa que são feitas em meio a pressões, interpelações e constrangimentos que não são necessariamente percebidos como tal.¹¹⁷

Portanto, as possibilidades de caminhos potenciais de realização das experiências de vida das mulheres são mitigadas frente às situações de opressão presentes na construção social notadamente marcada pelo desenvolvimento pautado a partir de uma visão de centralidade do homem em detrimento da mulher.

Ademais, os padrões de desigualdade não estão vinculados apenas à construção social vista pelo aspecto da esfera pública – “em que suas oportunidades são reduzidas e seus salários são menores em relação aos dos homens”, são marcas presentes também na esfera privada – com “a manutenção das mulheres como as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pela criação dos filhos.”¹¹⁸

Isto caracteriza a presença constante de assimetrias estruturais nos contextos vivenciais que representam a produção das oportunidades e expectativas sociais que mitigam o desenvolvimento equânime das habilidades das mulheres e dos homens¹¹⁹, uma vez que lugares sociais distintos e fortemente delimitados são atribuídos às mulheres com o intuito de reforçar a dominação.¹²⁰

Neste sentido, Miguel cita Iris Marion Young, a qual enfatiza a problemática ao afirmar que

a dominação consiste em condições institucionais que inibem ou previnem as pessoas de participar na determinação de suas ações ou das condições de suas ações. As pessoas vivem dentro de estruturas de dominação se outras pessoas ou grupos podem determinar, sem reciprocidade, as

¹¹⁷ BIROLI, Flávia. **Autonomia, opressão e identidades: a ressignificação da experiência na teoria política feminista**. Revista Estudos Feministas, vol. 21 (1): 424, janeiro-abril, 2013, p. 81-105. p. 82.

¹¹⁸ *Idem*. **Autonomia, preferências e assimetrias de recursos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 31, nº. 90, fevereiro, 2016, p. 39-57. p. 40.

¹¹⁹ *Ibidem*. p. 48.

¹²⁰ *Idem*. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

condições de sua ação, seja diretamente ou em virtude das consequências estruturais de suas ações.¹²¹

Desta forma, a partir da exposição de que a dominação ocorre quando outros grupos ou indivíduos determinam as possibilidades de ação de determinados grupos ou indivíduos diversos, observa-se que retrata a realidade da dominação masculina frente à inferiorização da mulher, uma vez que

As expectativas sociais levam ao desenvolvimento de habilidades diferenciadas pelas mulheres e pelos homens, enquanto as atividades para as quais são orientados correspondem, por outro lado, a posições diversamente valorizadas, produzindo não apenas diferenças, mas assimetrias no acesso a recursos e valorização social.¹²²

Assim, cabe analisar “o lugar do trabalho na vida da mulher”¹²³ levando em consideração que muitas mulheres possuem “terceiras, até mesmo, quartas jornadas - vale dizer mais uma vez - nunca remuneradas farão das mulheres escravas do lar com pouco ou nenhum tempo para desenvolverem-se em outros aspectos da própria vida”.¹²⁴ Ademais, quando observadas as potencialidades de forma diversa entre homens e mulheres em razão de concepções naturalistas e essencialistas, gera-se reforço à invisibilização da mulher.¹²⁵

A adequada análise da posição das mulheres no meio social é relevante, uma vez que

O acesso a recursos e o reconhecimento do valor e da capacidade dos indivíduos para definir a própria vida variam segundo suas características e sua posição nas relações de poder, entre elas o gênero. Desigualdades estruturais impactam as possibilidades de autodefinição e as oportunidades disponíveis para as pessoas.¹²⁶

Conforme a abordagem acima referida, é possível observar que há “uma

¹²¹ YOUNG, I. M. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990. p. 38 *apud* MIGUEL, Luis Felipe. **Autonomia, paternalismo e dominação na formação das preferências**. Revista Opinião Pública, Campinas, v. 21, nº 3, dezembro, 2015. p. 601-625. p. 615.

¹²² BIROLI, Flávia. **Autonomia, preferências e assimetrias de recursos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 31, nº. 90, fevereiro, 2016, p. 39-57. p. 44.

¹²³ TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. p. 126 p. 13.

¹²⁴ *Ibidem*. p. 126 p. 14-15.

¹²⁵ *Ibidem*. p. 126 p. 18.

¹²⁶ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 110.

compreensão da internalização dos padrões convencionais de gênero como alienação”, cenário que permite a retirada de reconhecimento das preferências manifestadas pelas mulheres justamente por estarem em posição relacional desvantajosa. Significa dizer, também, que até mesmo as próprias mulheres encontram dificuldades, em razão da submersão e força da estrutura patriarcal posta, para elaborar distinções efetivas e considerar suas preferências, entre opções indesejáveis e desejáveis, o que ocasiona a invisibilização das “perspectivas das próprias mulheres, desconsiderando-as como indivíduos capazes de definir suas preferências e de realizar escolhas legítimas.”¹²⁷

Deste modo,

As assimetrias no controle dos recursos para formação das preferências são um problema central para a democracia. É fundamental compreender quem controla os recursos para a produção e a circulação de discursos que estimulam compreensões, concepções e hábitos, incentivando nesse processo a formação de determinadas preferências e colaborando para tornar outras menos visíveis, menos expressivas socialmente.¹²⁸

A dominação masculina, portanto, considerando sua sistemática enquanto ação com padrão de socialização que cria estereótipos de mulher e hierarquiza as relações, silencia e invisibiliza as concepções próprias de interesse das mulheres.¹²⁹

Diante disto, deve-se considerar problemática a visão de que o indivíduo que determina a si mesmo independente das relações de sociabilidade em que está situado, bem como dos contextos institucionais em que teve sua vida formada.¹³⁰ Assim a efetiva análise da noção de autonomia deve ser realizada a fim de possibilitar a problematização da compreensão acerca da posição das mulheres nas relações de poder e em comparação aos homens, no que diz respeito aos direitos das democracias contemporâneas.¹³¹

A referida análise apresenta-se como importante, pois

O acúmulo das vantagens que ampliam a autonomia e o bem-estar de

¹²⁷ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 119.

¹²⁸ *Ibidem*. p. 120.

¹²⁹ BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

¹³⁰ FINEMAN, Martha Albertson. *The autonomy myth: a theory of dependency*. New York: The New Press, 2004. *Apud. Ibidem. Op. cit.* p. 121.

¹³¹ *Ibidem. Op. cit.* p. 122.

algumas pessoas, mas no mesmo movimento reduzem a autonomia e o bem-estar de outras, remete a processos sócioestruturais, numa dinâmica em que as possibilidades vão sendo bloqueadas sem que, necessariamente, existe a coerção ou se identifique em barreiras explícitas, vetos ou ações voluntárias de indivíduos determinados.¹³²

A representação das desigualdades estruturais ocasionadas pelas situações de dominação da mulher pelo social construído com base na perspectiva do homem pode ser observada nos aspectos provocados pelos processos sociais diante da

[...] limitação ao acesso a recursos diferenciados e as experiências autênticas, enquanto socialização da dominação na construção do horizonte de possibilidades das mulheres, em comparação aos homens, acaba por diminuir a possibilidade do desenvolvimento de determinadas capacidades que poderiam vir a ser alternativas de vivência em liberdade.¹³³

Assim, determinados grupos que se encontram em posição de superioridade, já em razão de construções sociais, reproduzem as suas preferências, as quais representam também uma produção social, transmitindo-as como visão de mundo e imposição de valores, com silenciamento do que é considerado inferior, das mulheres.¹³⁴

Diante deste cenário, é possível compreender que o seguimento para superação destas estruturas de dominação poderá passar pela leitura constitucional de busca enquanto objetivo de alcance das promessas da modernidade¹³⁵, calcadas no compromisso de transformação dos planos social, jurídico e político dentro dos quais o que se pretende enquanto observação é justamente o compromisso da presença e do encontro de um elemento de relação social e de uma jurisdição transformadora, para além da visão apenas estrutural do projeto sociocultural da modernidade,¹³⁶ representativo de caminho de efetivação do texto constitucional

¹³² MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 150.

¹³³ *Ibidem*. p. 113.

¹³⁴ MIGUEL, Luis Felipe. **Autonomia, paternalismo e dominação na formação das preferências**. Revista Opinião Pública, Campinas, v. 21, nº 3, dezembro, 2015. p. 601-625. p. 619.

¹³⁵ De acordo com Boaventura de Sousa Santos, o projeto sociocultural da modernidade está assentado em dois pilares fundamentais: o pilar da regulação e o pilar da emancipação. O pilar da regulação é constituído por três princípios: o princípio do Estado, o princípio do mercado e o princípio da comunidade. O pilar da emancipação é constituído por três lógicas de racionalidade: a racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura, a racionalidade moral-prática da ética e do direito e a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica (SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. São Paulo: Almedina, 1999. p. 77.)

¹³⁶ *Ibidem*.

reflexivo e refletido como um trilhar para libertação das mulheres.

Esta é uma compreensão de que o projeto sociocultural da modernidade é complexo, ou seja, os princípios do pilar da regulação não são capazes, tratados de forma independente, de garantir na forma anunciada a regulação social, bem como não atingem o mesmo objetivo quando articulados, o que inviabiliza a concretização das lógicas de racionalidade do pilar da emancipação, apontando para uma possível conclusão de que talvez o projeto da modernidade deva ser compreendido como busca de uma realização metodológica de visão magnífica, mas com dificuldades estruturais realísticas de prática.¹³⁷

Nesse sentido cabe apontar brevemente que mesmo partindo-se dos pilares do projeto da modernidade, observa-se que muito do olhar traçado perpassa pela noção de construção, que acaba por sofrer influência da forma de construção já presente e posta, o que faz com que parcela da população, como as mulheres, encontre-se em lugar de inferiorização diante das estruturas configuradoras das relações em sociedade, sendo que esta compreensão pode ser observada a partir de uma leitura decolonial, e também relacionada a perspectiva feminista, sendo que o Pensamento Decolonial representa “um movimento de resistência-teórico, epistêmico, cultural, prático e político -, à lógica da Modernidade/Colonialidade”, uma vez que Modernidade e Colonialidade “são faces de uma mesma moeda, ou seja, a Colonialidade é constitutiva da Modernidade, e não derivada. A Colonialidade é a face obscura da Modernidade”.¹³⁸

Assim é que para pensar o decolonial antes se faz necessário observar que a “Colonialidade seria a lógica e o legado colonial, herdados do colonialismo, que penetrou nas estruturas e instituições e também nas mentalidades, imaginários, subjetividades e epistemologias, e até hoje dão forma e conteúdo às sociedades atuais”, bem como que a Colonialidade se faz ainda presente em múltiplos âmbitos das relações sociais, como, por exemplo, nas subjetividades e que “se articula a vários tipos de hierarquias: étnicas, raciais, sexuais, gênero, conhecimento, de

¹³⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 7. ed. São Paulo: Almedina, 1999. p. 89-91.

¹³⁸ ALMEIDA, Eliene Amorim de; SILVA, Janssen Felipe da. **Abya Yala Como Território Epistêmico**: Pensamento decolonial como perspectiva teórica. Revista Interterritórios. v.1. n. 1. 2015. 42-64 p. p. 47-48.

linguagem, religiosa, portanto, a Colonialidade envolve um complexo sistema de hierarquias [...]”¹³⁹

Nesse sentido, para María Lugones, “a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano [...] [é] a dicotomia central da modernizada colonial”, posto que as relações hierarquizadas estão marcadas por determinações que acarretam na observância de que determinados espaços e determinadas vidas são considerados não-espaços e não-vidas, ou não-humanos, na medida em que são explorados, postos a subordinação e a invisibilização¹⁴⁰, sendo que “o não humano feminino colonizado não foi apenas racializado, mas também reinventado pela missão civilizatória como mulher por meio dos códigos de gênero ocidentais”¹⁴¹

Desta forma, tem-se que

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir ← → resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão.¹⁴²

As implicações que o Colonialismo impõe estão fortemente atreladas ao saber e a linguem direcionados enquanto ação de imposição e de opressão para inserção e manutenção de ordens e padrões¹⁴³, de modo que é necessária uma ação contrária desde as bases das relações sociais, econômicas, políticas, jurídicas, bem como de demais esferas, sendo que a resistência à colonialidade do gênero não ocorre individualmente, “resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento.”¹⁴⁴.

Assim, a apresentação do acima posto visa direcionar a necessidade de atenção para a existência de pesquisas voltadas ao pensamento decolonial e mais

¹³⁹ ALMEIDA, Eliene Amorim de; SILVA, Janssen Felipe da. **Abya Yala Como Território Epistêmico**: Pensamento decolonial como perspectiva teórica. Revista Intertérios. v.1. n. 1. 2015. 42-64 p. p. 47.

¹⁴⁰ LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial**. Revista Estudos Feministas. v. 22. n. 3. 2014. 935-952 p.

¹⁴¹ COSTA, Cláudia de Lima. **Feminismos descoloniais para além do humano**. Revista Estudos Feministas. v. 22. n. 3. 2014. 929-934 p. p. 930-940.

¹⁴² *Ibidem*. Op. cit.

¹⁴³ ALMEIDA, Eliene Amorim de; SILVA, Janssen Felipe da. **Abya Yala Como Território Epistêmico**: Pensamento decolonial como perspectiva teórica. Revista Intertérios. v.1. n. 1. 2015. 42-64 p.

¹⁴⁴ *Ibidem*. Op. cit.

especificadamente ao feminismo decolonial, perspectivas¹⁴⁵ estas relevantes e essenciais para as relações humanas, mas não aprofundadas nesta dissertação em razão do recorte e estreitamento do objeto de pesquisa adotados.

Para seguimento da pesquisa, apesar de todas as perspectivas e conjunturas invisibilizadoras e provocadoras de assimetrias, cabe destaque, especialmente neste momento de escrita, para as mulheres que representam busca, luta e força para a transformação destes cenários e garantia por segurança de direitos já conquistados, mas também de novos direitos a serem conquistados.

Nesse sentido é a importância das mulheres constituintes para a Constituição Brasileira de 1988 e para os anos seguintes até hoje, uma vez que o caminho é de questionar “quando e como garantir que os textos constitucionais reconheçam e promovam os direitos das mulheres”¹⁴⁶. Assim, a representação e composição da Assembleia Constituinte de 1987/1988 contou com a eleição de 26 mulheres, um representativo de 5,34% da composição geral da Câmara dos Deputados.¹⁴⁷ A criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM)¹⁴⁸ em 1985 apresentou “composição plural de tendências de partidos e de movimentos de mulheres”, possuindo “autonomia administrativa e financeira, vinculado ao Ministério da Justiça, com status de "Ministério" [...]” representando “papel importante no processo de democratização do país, garantindo que grande parte das reivindicações dos movimentos das mulheres fosse incluída na Constituição de 1988”.¹⁴⁹

¹⁴⁵ Para leituras nestas perspectivas ver (e.g.): DUSSEL, Enrique. **Europa, Modernidade e Eurocentrismo**. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. ROSSI, Amélia Sampaio; FERREIRA, Erika Carvalho. **Constitucionalismo e gênero em uma perspectiva decolonial**. In: NOWAK, Bruna. (Org.); SILVA, Christine Oliveira Peter da. (Coord.); BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz (Coord.); FACHIN, Melina Girardi (Coord.). *Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero*. v.2. Salvador: Juspodium, 2020. MIGNOLO, Walter. “**La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso**”. *Tabula Rasa*, Bogotá. n.8. 2008. 243-282 p.. SEGATO, Rita Laura. **Gênero e Colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. E-cadernos CES – Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical. 2012.

¹⁴⁶ SILVA, Christine Oliveira Peter da; GOMIDE, Carolina Freitas. **Constitucionalistas constituintes: uma agenda para o Brasi**, p. 21. In: *Ibidem*.

¹⁴⁷ SCHLOTTFELDT, Shana; COSTA, Alexandre Araújo. **Em busca do poder: a evolução da participação política da mulher na Câmara dos Deputados brasileira**. E-legis: Brasília, n. 21, p. 100-126, set/dez 2016. p. 107.

¹⁴⁸ Vide Lei 7.353 de 29 de agosto de 1985 que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm#:~:text=L7353&text=LEI%20No%207.353%2C%20DE%2029%20DE%20AGOSTO%20DE%201985.&text=Cria%20o%20Conselho%20Nacional%20dos,CNDM%20e%20d%C3%A1%20o%20utras%20provid%C3%AAs>. Acesso em 11/10/2020.

¹⁴⁹ PONTES, Denyse; DAMASCENO, Patrícia. **As políticas públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 &

Nesse cenário, as movimentações de campanha com “slogans “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, “Constituinte para valer tem que ter Direitos da Mulher” e “Constituinte sem mulher fica pela metade”” eram marcas por busca de maior representatividade política nacional.¹⁵⁰ É que todas as mulheres buscam e desejam possuir o direito de “livremente falar e serem ouvidas e respeitadas como cidadãs, como pessoas dotadas de todas as prerrogativas e autonomias necessárias para serem tratadas com igual consideração em todos os ambientes, públicos e privados, da sociedade”.¹⁵¹

Diante da conjuntura estabelecida, “deputadas e senadoras formaram a aliança suprapartidária que serviu de elo entre os constituintes e os movimentos de mulheres e que passou a ser denominada de “Lobby do Batom””¹⁵², cuja identificação assim posta no início como tentativa de diminuir o movimento por congressistas contrários as propostas decorrentes da campanha Mulher e Constituinte, acabou por ser assumida pelas mulheres como uma contraestratégia para fortalecimento da campanha e da busca por direitos, conforme exposto por Jacqueline Pitanguy.¹⁵³

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) merece destaque uma vez que durante todo o período prévio a formação da Assembleia Constituinte e até a promulgação da Constituição Federal de 1988 houve a abertura da possibilidade para que mulheres de todo o Brasil enviassem suas perspectivas de necessidade e suas propostas desejadas para inserção no texto constitucional, de modo que muitas manifestações foram recebidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), sendo transformadas, mediante estruturação teórica e jurídica, em uma carta chamada “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes do Brasil”¹⁵⁴ que foi

13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2017. p. 3.

¹⁵⁰ MODELLI, Laís. **Constituição de 1988 foi avanço nos direitos das mulheres**. Carta Capital. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/constituicao-de-1988-foi-avanco-nos-direitos-das-mulheres/>>. Acesso em 11/10/2020.

¹⁵¹ SILVA, Christine Oliveira Peter da. **Substantivo feminino**: Constituição significa mulheres no poder. **Revista Eletrônica Consultor Jurídico**, 2017. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2017-jun-24/observatorio-constitucional-substantivo-feminino-constituicao-significa-mulheres-poder.>>. Acesso em 11/10/2020.

¹⁵² MONTEIRO, Ester. **Lobby do Batom**: marco histórico no combate à discriminações. Agência Senado, 2018. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>>. Acesso em 11/10/2020.

¹⁵³ MODELLI, Laís. **Constituição de 1988 foi avanço nos direitos das mulheres**. Carta Capital, 2018. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/constituicao-de-1988-foi-avanco-nos-direitos-das-mulheres/>>. Acesso em 11/10/2020.

¹⁵⁴ “Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz e a vez na vida pública, mas implica ao mesmo tempo a dignidade da vida cotidiana, que a lei pode

entregue ao deputado Ulysses Guimarães (presidente da Assembleia Nacional Constituinte) e incessante trabalho foi realizado para que seu conteúdo (frentes no âmbito do direito das famílias, do trabalho, da saúde, da educação e cultura, da luta contra violência e questões de relação internacional) ecoasse no texto da Constituição, sendo que oitenta por cento da “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes do Brasil” ganhou expressividade no texto promulgado.¹⁵⁵

Considerando o movimento das mulheres constituintes, Silva e Gomide¹⁵⁶ realizam importante pesquisa que apresenta a biografia e as pautas das vinte e seis mulheres deputadas que participaram do momento constituinte, pesquisa relevante para a identificação, visibilidade e compreensão do caminho traçado pelas mulheres, uma vez que “a atuação das mulheres constituintes foi crucial para a constitucionalização dos direitos das mulheres que estavam sendo discutidos[...]”.¹⁵⁷

A partir do cenário de redemocratização brasileira houve a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a participação feminista na Constituinte, ampliação de espaço para visibilidade do movimento, de forma que, conforme apresentado por Fachin e Rosa, ocorre a expressão de um constitucionalismo feminista diante da “constitucionalização dos direitos das mulheres e presença de intérpretes constitucionais do gênero feminino [...]. Com efeito, seria muito inadequado se os homens fossem os únicos a construir e interpretar a Constituição.”¹⁵⁸

Nesse sentido, conforme Tomazoni e Barboza, citadas por Rosa e Fachin,

inspirar e deve assegurar, o direito à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar sem traumas. O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária”. BRASIL. **Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes do Brasil**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf>. Acesso em 11/10/2020.

¹⁵⁵ MODELLI, Laís. **Constituição de 1988 foi avanço nos direitos das mulheres**. Carta Capital, 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/constituicao-de-1988-foi-avancos-direitos-das-mulheres/>>. Acesso em 11/10/2020.

¹⁵⁶ SILVA, Chirstine Oliveira Peter da; GOMIDE, Carolina Freitas. **Constitucionalistas constituintes: uma agenda para o Brasil**, p. 21. In: NOWAK, Bruna. (Org.); SILVA, Christine Oliveira Peter da. (Coord.); BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz (Coord.); FACHIN, Melina Girardi (Coord.). **Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero**. v.2. Salvador: Juspodium, 2020. p. 30-44.

¹⁵⁷ FACHIN, Melina Girardi; ROSA, Vitória Pereira. **O legado de Malala no Brasil atual: O cenário do Direito à Educação das meninas e mulheres a partir do constitucionalismo feminista**. p. 336. In: *Ibidem*.

¹⁵⁸ *Ibidem*. p. 336-337.

O Direito Constitucional Feminista (ou Direito Constitucional a partir de uma perspectiva de gênero) é resultado do pensamento crítico feminista que vem modificando o mundo político-jurídico e construindo novos conceitos a partir das noções de poder, justiça, liberdade e recontextualizando a igualdade no Estado Constitucional para formular propostas concretas e corrigir as injustiças baseadas na dinâmica de dominação/subordinação entre homens e mulheres que acarretam a negativa ao acesso das mulheres ao espaço público.¹⁵⁹

Desta forma, no Estado Brasileiro a presença da forte base constitucional tem como marca também toda a movimentação, campanha e luta das mulheres que se impuseram e buscaram abrir espaço para alcançar e assegurar seus direitos, mas ainda há necessidade de enfrentamento de obstáculos de configurações sociais, jurídicas e políticas nas estruturas de vivência das mulheres, de modo que configurações e ações mitigadoras de potencialidades do pensar-viver devem ser rompidas a partir da análise de seu funcionamento relacionando este pensar-viver com a apreensão e aplicação dos conceitos trabalhados nesta primeira parte da pesquisa, somados a experiência de vivências pautadas em busca por conquistas e transformações do que está posto como ordem da vida, mulheres que em suas multiplicidades de experiências, expectativas, oportunidades e realizações traçam suas vidas como força transformadora do caminho para a liberdade na visão de si e do outro.

Portando, considerando a compreensão dos movimentos que marcaram e ainda marcam as estruturas de vida e realização das mulheres nos campos social, político e jurídico, é que a alteridade, compreendida desde já como elemento de vivência concreta que representa caminho de libertação¹⁶⁰ – respeito e (re)conhecimento do outro como outro existente para além da existência do eu, pode ser pensada como realização constitutiva para leitura das interrelações que ocorrem nos momentos sociais que implicam nas experiências das mulheres e nos momentos de realização jurídica pelo processo decisório, compreensão de centralidade que será aprofundada no terceiro capítulo desta dissertação.

¹⁵⁹ TOMAZONI, Larissa; BARBOZA, Estefânia. **O constitucionalismo feminista na América Latina**. III Congresso Internacional de Direito Constitucional & Filosofia Política: Caderno de Resumos. Curitiba, 2017, p. 330. Apud FACHIN, Melina Girardi; ROSA, Vitória Pereira. **O legado de Malala no Brasil atual: O cenário do Direito à Educação das meninas e mulheres a partir do constitucionalismo feminista**. In: NOWAK, Bruna. (Org.); SILVA, Christine Oliveira Peter da. (Coord.); BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz (Coord.); FACHIN, Melina Girardi (Coord.). **Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero**. v.2. Salvador: Juspodium, 2020. p. 337.

¹⁶⁰ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986.

As primeiras bases de compreensão para o desenvolver deste escrito estão lançadas e apresentado está o princípio do pretendido como momento de conexão de vidas e novas realizações, de modo que passa-se então ao segundo capítulo, com a explicitação da atividade jurisdicional como caminho representativo da necessária observação da intersubjetividade enquanto garantia do direito à identidade, trilhar que possibilitará o caminho a ser desenvolvido no terceiro capítulo com a marca central da alteridade acima inicialmente apresentada.

2 ATIVIDADE JURISDICIONAL E A RESPOSTA CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA

2.1 JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA X ATIVISMO JUDICIAL – JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL EM DEBATE

A abordagem agora concentra-se na compreensão de base do que é considerado judicialização da política, bem como na abordagem da compreensão do que é o ativismo judicial, a fim de formar compreensão de distinção entre estas denominações de ocorrência, para que confusões não ocorram e não gerem enfraquecimento da jurisdição constitucional e para que no subcapítulo a frente passe-se para o estudo da teoria da decisão constitucionalmente adequada desenvolvida por Lenio Luiz Streck, considerando a Crítica Hermenêutica do Direito, enquanto provocação de reflexão voltada à compreensão de que o ato hermenêutico é a marca da atribuição de sentido ao texto constitucional, de modo a consolidar a perspectiva de que deve a Constituição representar o ponto inicial e o ponto final de entrega do direito, assegurando-se o caráter intersubjetivo que deve estar presente no processo compreensivo, pois ocorre em relação e jamais em isolamento.

De forma introdutória e em síntese, “o deslocamento do polo de tensão dos demais poderes em direção ao Judiciário [...] implica um novo olhar sobre o papel do Direito – leia-se Constituição – no interior do Estado Democrático de Direito” em razão da “situação hermenêutica instaurada a partir do segundo pós-guerra” que proporcionou “o fortalecimento da jurisdição (constitucional), não somente pelo caráter hermenêutico que assume o direito [...], mas também pela força normativa dos textos constitucionais e pela equação” que abarca a “inércia na execução de políticas públicas e na deficiente regulamentação legislativa de direitos previstos nas Constituições.”¹⁶¹

Em razão desta conjuntura, também no Brasil, o constitucionalismo¹⁶² pode ser

[...] caracterizado pelo importante papel que o Judiciário desempenha na

¹⁶¹ STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e Consenso**. Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 190-191.

¹⁶² Para leitura relacionada a abordagem conferir: KOZICKI, Katya; BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz Barboza. **Jurisdição Constitucional Brasileira: entre Constitucionalismo e Democracia**. Revista Sequência. n. 56. Florianópolis, 2008. 151-176 p.

definição de controvérsias sociais e políticas. Nesse contexto, a atuação dos juízes e dos tribunais passa a ser compreendida de dois modos: como judicialização da política e/ou ativismo judicial. Para entender esse fenômeno complexo que envolve a articulação entre os três Poderes, uma das importantes considerações a ser feita é estabelecer critérios que sejam capazes de distinguir essa dúplici faceta que se visualiza na mais intensa interferência do Judiciário na sociedade contemporânea. Ao demonstrar os elementos de diferenciação entre ativismo judicial e judicialização da política, será possível compreender que existem limites à atuação jurisdicional. Portanto, a discussão que propomos envolve assumir a premissa de que, no interior de uma cultura democrática, os atos judiciais estão sujeitos a uma espécie de prestação de contas para o fortalecimento da democracia [...].¹⁶³

De acordo com Streck, a discussão no âmbito do direito é necessária para observação das “suas possibilidades e sua força normativa. Em outras palavras, na contemporaneidade não pode ser considerado válido um direito que não seja legitimado pelo selo indelével da democracia, inclusive os direitos humanos”¹⁶⁴

Diante de uma democracia estável,

o direito ocupa um papel central na organização da engenharia institucional, ao definir as condições mínimas para o funcionamento do sistema político. Ao mesmo tempo, o reconhecimento de novos direitos pelo Constitucionalismo Contemporâneo ocasiona uma atuação mais destacada do Poder Judiciário; essa situação, muitas vezes, é confundida pela comunidade jurídica como uma justificativa para decisões sem qualquer critério de racionalidade, baseadas na mais pura discricionariedade judicial.¹⁶⁵

Desta forma, os processos decisórios judiciais não devem ser vistos como limitados a apenas um ato isolado dentro de um processo, uma vez que a atuação do Poder Judiciário está vinculada a toda a organização institucional do Estado e reflete nas condições e realizações desta estrutura.

Assim, partindo-se deste quadro geral, é possível compreender que a judicialização da política representa a atuação contingencial do Poder Judiciário vinculada à necessidade de observância da relação intrínseca entre a legislação e o caso concreto, a fim de que diante de ocorrências concretas e institucionais haja a possibilidade de discussão quanto as adequações, realizações e previsões

¹⁶³ STRECK, Lenio Luiz; TASSINARI, Clarissa; LEPPER, Adriano Obach. **O problema do ativismo judicial: uma análise do caso MS3326.** Revista Brasileira de Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília. V.5. Número especial, 2015. p. 52-62.

¹⁶⁴ STRECK, Lenio Luiz. **Entre o ativismo e a judicialização da política: a difícil concretização do direito fundamental a uma decisão judicial constitucionalmente adequada.** Revista Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]. v.17. n. 3. Joaçaba, 2016. 721-732 p.

¹⁶⁵ *Ibidem.*

constitucionais e legais, bem como do funcionamento das instituições do Estado diante do âmbito judicial.¹⁶⁶

Nesse sentido,

pode-se dizer que a judicialização apresenta-se como uma questão social. A dimensão desse fenômeno, portanto, não depende do desejo ou da vontade do órgão judicante. Ao contrário, ele é derivado de uma série de fatores originalmente alheios à jurisdição, que possuem seu ponto inicial em um maior e mais amplo reconhecimento de direitos, passam pela ineficiência do Estado em implementá-los e culminam no aumento da litigiosidade — característica da sociedade de massas. A diminuição da judicialização não depende, portanto, apenas de medidas realizadas pelo Poder Judiciário, mas, sim, de uma plêiade de medidas que envolvem um comprometimento de todos os poderes constituídos¹⁶⁷

A judicialização da política pode ser compreendida como mecanismo até mesmo considerando o exercício da jurisdição como elemento atrelado e afeto à democracia - decisões representativas da democracia (neste momento uma leitura do exercício de direitos e realizações institucionais cujas relações estejam marcadas por reconhecimento e respeito, por segurança às garantias institucionais que compõe a estrutura do Estado brasileiro como Social Democrático de Direito) e esta também enquanto condição que possibilita esse processo de reconhecimento interrelacional,¹⁶⁸ de modo que “o grau de intervenção da justiça constitucional dependerá do nível de concretização dos direitos estabelecidos na Constituição. Ou seja, *o nível das demandas inexoravelmente comandará a intensidade da tensão entre legislação e jurisdição*”¹⁶⁹ Deste modo, depende dos fatores que estão atrelados “ao funcionamento constitucionalmente adequado das instituições”.¹⁷⁰

Em relação ao ativismo judicial¹⁷¹, por sua vez, este perspassa pela noção de

¹⁶⁶ STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e Consenso**. Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2011, p. 190.

¹⁶⁷ *Idem*; TASSINARI, Clarissa; LEPPER, Adriano Obach. **O problema do ativismo judicial: uma análise do caso MS3326**. Revista Brasileira de Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília. V.5. Número especial, 2015. p. 52-62.

¹⁶⁸ *Idem*. **O que é isto – decido conforme minha consciência?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

¹⁶⁹ *Idem*. **Verdade e Consenso**. Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2011, p. 190.

¹⁷⁰ *Idem*. **O Rubicão e os quatro ovos do condor: de novo, o que é ativismo?**. Revista Eletrônica Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2016-jan-07/senso-incomum-rubicao-quatro-ovos-condor-ativismo>>. Acesso em: 25/04/2019.

¹⁷¹ “Há uma pergunta fundamental que deve ser feita e que pode dar um indicador se a decisão é ativista ou não: a decisão (uma determinada decisão), nos moldes em que foi proferida, pode ser repetida em situações similares? Sendo a resposta um “não”, há fortes indícios de que estejamos a ingressar no perigoso terreno do ativismo.” In: *Idem*. **Entre o ativismo e a judicialização da**

que

[...] é gestado no seio do sistema jurídico. Trata-se de conduta adotada pelos juízes e tribunais no exercício de suas atribuições. Isto é, a caracterização do ativismo judicial decorre da análise de determinada postura assumida por um órgão/pessoa na tomada de uma decisão que, por forma, é investida de juridicidade. Com isso, dá-se um passo que está para além da percepção da centralidade assumida pelo Judiciário no atual contexto social e político, que consiste em observar/controlar qual o critério utilizado para decidir, já que a judicialização, como demonstrado, apresenta-se como inexorável.¹⁷²

Assim, o ativismo judicial representa a resposta que o Poder Judiciário oferece para questões objeto de judicialização, mas com presença de solipsismo (decisões pautadas na vontade do julgador e com caráter de assujeitamento a sua consciência), de forma que deve ser combatido enquanto quebra do decidir no qual há a não observação das identidades envolvidas, uma vez que não permite a relação intersubjetiva representadora do caminho de interpretação, compreensão e aplicação¹⁷³ do direito (ponto apresentado no próximo tópico para base e estabelecimento da problemática presente nos processos decisórios).

Nesse sentido, cumpre observar então que

Não se quer colocar o Poder Judiciário como salvador da pátria ou como protagonista de um processo de transformação e de redução de desigualdades em nossa sociedade, mas que ele atue junto com os outros poderes, e possa, por meio da efetivação dos direitos fundamentais [...], melhorar o processo democrático existente.¹⁷⁴

Assim é que de acordo com Streck, “não se pode confundir, portanto, a adequada/necessária intervenção da jurisdição constitucional com a possibilidade de decisionismo por parte de juízes e tribunais. Seria antidemocrático”, uma vez que posturas discricionárias ou decisionistas provocam assujeitamentos e são incompatíveis com o Estado Democrático de Direito.¹⁷⁵

política: a difícil concretização do direito fundamental a uma decisão judicial constitucionalmente adequada. Revista Espaço Jurídico Journal of Law [EJL]. v.17. n. 3. Joaçaba, 2016. 721-732 p.

¹⁷² STRECK, Lenio Luiz; TASSINARI, Clarissa; LEPPER, Adriano Obach. **O problema do ativismo judicial: uma análise do caso MS3326.** Revista Brasileira de Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília. V.5. Número especial, 2015. p. 52-62.

¹⁷³ STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e Consenso.** Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2011.

¹⁷⁴ BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz. **Jurisdição Constitucional: entre constitucionalismo e democracia.** Belo Horizonte: Fórum, 2007. p. 207.

¹⁷⁵ *Idem.* Op. cit. **Verdade e Consenso.** Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. 4. ed. São

O cuidado reside no ponto que

O aplauso de hoje do ativismo jurídico pode ter sua antítese amanhã, quando os que hoje festejam se sentem prejudicados. Não se pode admitir, pelo menos em um regime democrático, baseado no respeito às regras do jogo, que o Judiciário lance mão de “argumentos metajurídicos” em suas decisões. Eles precisam decorrer de uma atribuição de sentidos oriunda de textos normativos. Assim como não existe salvo-conduto para atribuição arbitrária de sentidos, com tal razão, não se pode admitir que um julgador deixe de lado o texto constitucional em benefício de qualquer outro fundamento. Senão, está ferindo as regras do jogo democrático, do qual ele, por determinação constitucional, é exatamente o guardião. O que há nos “argumentos metajurídicos” é, na verdade, uma tentativa de “moralização do Direito”. Aposta-se no protagonismo judicial, considerado como inevitável. Mas o fato de o intérprete atribuir o sentido não quer dizer que ele possa, sempre dar o sentido que lhe bem convier (como se houvesse uma separação integral entre texto e norma e como se estes tivessem existências autônomas) e deixar de lado o texto constitucional.¹⁷⁶

Assim, as decisões proferidas de forma ativista (seguindo a vontade do julgador) substituem o debate político e o sentido de compreensão da Constituição, sem que para tanto haja qualquer elemento de fundamentação jurídica com base no texto constitucional, o que representa perigo ao direito e à democracia.¹⁷⁷

Nesta perspectiva,

de uma questão que sofreu judicialização se pode ter como consequência uma resposta ativista, o que é absolutamente ruim e censurável em uma perspectiva de democracia normativa. Todavia, é possível afirmar que existem casos de judicialização nos quais a resposta oferecida pelo Judiciário é adequada à Constituição, concretizadora de direitos fundamentais e/ou procedimentos guardadores da regra democrática e que, portanto, não pode ser epitetada de ativista.¹⁷⁸

Considerando isto, Streck afirma que “o juiz precisa usar uma fundamentação que demonstre que a sentença ocorreu por argumentos de princípio, e não de política, de moral ou outro qualquer”¹⁷⁹ de modo a traçar o caminho de resposta

Paulo: Saraiva. 2011, p. 192.

¹⁷⁶ STRECK, Lenio Luiz; TASSINARI, Clarissa; LEPPER, Adriano Obach. **O problema do ativismo judicial: uma análise do caso MS3326**. Revista Brasileira de Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília. V.5. Número especial, 2015. p. 52-62.

¹⁷⁷ Leitura similar pode ser conferida em: BRITTO, Melina Carla de Souza Britto; BARBOSA, Claudia Maria. **A pró-atividade do Poder Judiciário e suas consequências**. Direitos sociais e políticas públicas I [Recurso eletrônico on-line]. Florianópolis: CONPEDI, 2018.

¹⁷⁸ *Idem*. *Op. cit.* **Entre o ativismo e a judicialização da política: a difícil concretização do direito fundamental a uma decisão judicial constitucionalmente adequada**. Revista Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]. v.17. n. 3. Joaçaba, 2016. 721-732 p.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

constitucionalmente adequada (que será adiante tratada neste trabalho) para que a resposta para cada caso concreto esteja “[...]sustentada em consistente justificação, contendo a reconstrução do direito, doutrinária e jurisprudencialmente [...]” enquanto fundamentação que “legitimará a decisão no plano do que se entende por responsabilidade política do intérprete no paradigma do Estado Democrático de Direito”.¹⁸⁰

Portanto, a leitura sobre a adequada compreensão do que é judicialização da política e do que é ativismo judicial, este último sempre perigoso ao direito, é importante para que esteja posta a marca de distinção, uma vez que a judicialização como acima referida pode ser verificada “em regimes democráticos que estejam guarnecidos por uma Constituição normativa”¹⁸¹, uma vez que “por vezes, para a preservação dos direitos fundamentais, faz-se necessário que o Judiciário [...] seja chamado a se pronunciar, toda vez que existir uma violação por parte de um dos Poderes à Constituição”¹⁸², mas o ativismo judicial enquanto tomada de decisões pautadas em atuação de vontade e não em fundamentação constitucionalmente vinculada deve ser sempre combatido.

Deste modo, o porte introdutório exposto neste tópico apresenta relevância para as abordagens que seguem os próximos subtópicos desde capítulo, a fim de que seja possível o reconhecimento da identidade da lei e da própria identidade do intérprete/julgador, sem assujeitamentos, para busca de compreensão adequada das leis e dos casos concretos no espaço e tempo enquanto representação e força motriz de observância do direito fundamental à identidade.

2.2 INTERPRETAÇÃO, COMPREENSÃO E APLICAÇÃO - DESVELAMENTO DO SENTIDO CONSTITUCIONAL

O Estado atual brasileiro, que apesar da existência de forte base constitucional, pode ser considerado como de modernidade tardia, segundo as lições

¹⁸⁰ STRECK, Lenio Luiz. **Entre o ativismo e a judicialização da política: a difícil concretização do direito fundamental a uma decisão judicial constitucionalmente adequada.** Revista Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]. v.17. n. 3. Joaçaba, 2016. 721-732 p.

¹⁸¹ *Ibidem.*

¹⁸² *Idem.* **O Rubicão e os quatro ovos do condor: de novo, o que é ativismo?.** Revista Eletrônica Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2016-jan-07/senso-incomum-rubicao-quatro-ovos-condor-ativismo>>. Acesso em: 25/04/2019.

de Boaventura de Souza Santos¹⁸³ e Lenio Luiz Streck¹⁸⁴, uma vez que há dificuldade no cumprimento das promessas da modernidade, aqui vistas como ideias impulsionadoras para pensamento de novos mecanismos de desenvolvimento social, a fim de, modo geral, haver interação harmônica com condições de igualdade entre os seres humanos, influenciados na rotina estatal, sem deixar de considerar a perspectiva brevemente apontada acerca da necessidade da presença do olhar decolonial.

Ademais, apenas no século XX houve a percepção do chamado “*giro ontológico-linguístico*”: para significar as coisas precisamos de palavras e, na medida em que temos palavras, temos cultura, ou melhor, *formamos cultura*.”¹⁸⁵ Ou seja, a exposição de um (novo) fenômeno passa por um momento interior inaugurando o sentido de algo por um ato de fala.¹⁸⁶

Assim, os seres humanos estão destinados no transcorrer do tempo a expor os fenômenos internos à manifestação, dito de outra maneira, o carregar da linguagem que mostra por meio da fala as coisas vivenciadas. Tarefa, contudo, nada simples frente aos limites da linguagem enfrentados pelos seres humanos no momento de expressão da realidade vivida em razão dos diversos conflitos no âmbito social, mormente para fazer emergir a fala para além da ficcionalização do discurso jurídico.¹⁸⁷

Lenio Luiz Streck e Rafael Tomaz de Oliveira, apresentam, para tanto, uma reivindicação que denominam de “*realismo literário no direito*”, como mecanismo de emersão das realidades encobertas pelo discurso jurídico para visibilidade dentro deste¹⁸⁸, apontando para a necessidade de que

a literatura jurídica não seja uma fotografia maquiada da realidade. Para além disso, torna-se imperioso que – no desafio de levar as coisas à fala, explicitando aquilo que foi compreendido – se possa reconhecer o negativo dessa fotografia e que, através dele, seja possível trazer à superfície as

¹⁸³ Ver SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

¹⁸⁴ Ver STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da exploração do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014. E-book.

¹⁸⁵ STRECK, Lenio Luiz; et al. A “*secura*”, a “*ira*” e as condições para que os fenômenos possam vir à fala: Aportes literários para pensar o Estado, a economia e a autonomia do direito em tempos de crise. In: STRECK, Lenio Luiz (org.) **Direito e Literatura**. São Paulo, Editora Atlas, 2013. p.162.

¹⁸⁶ *Ibidem*. p. 163.

¹⁸⁷ *Ibidem*. p. 165.

¹⁸⁸ *Ibidem*. p. 166.

mazelas da sociedade.¹⁸⁹

Desta forma, o Estado sempre surge como resposta para um problema específico, isto é, “sempre há um coeficiente de intervencionismo, em maior ou menor medida, nas formas de Estado desenvolvidas no interior da modernidade”¹⁹⁰.

Conjuntamente ao Estado, “a autonomia do direito representa a construção de um contexto de garantias que deve(ria) regular o econômico e não se submeter aos seus auspícios”¹⁹¹, contudo o discurso neoliberal dentro do Estado é mitigador da autonomia do direito¹⁹², o que faz surgir como tarefa da teoria do direito a busca por condições para a vivência da autonomia do direito, autonomia esta que deve estar presente na resolução dos casos concretos como base de todas as decisões jurídicas.¹⁹³ Isto porque, a autonomia do direito é a condição de possibilidade deste e da sustentação do Estado Democrático de Direito.¹⁹⁴

Conforme o escrito pelos referidos autores,

(...) sustentado no paradigma do Estado Democrático Constitucional, o direito, para não ser solapado pela economia, pela política e pela moral (para ficar apenas nessas três dimensões), adquire uma autonomia que, antes de tudo, funciona como uma blindagem contra as próprias dimensões que o endenfra(ra)m.¹⁹⁵

Desta forma, para não correr o risco de supressão da democracia, não se deve adotar compreensão dada pela jurisdição acerca do que seja o jurídico, uma vez que se adotada tal compreensão haverá a prevalência da vontade dos juízes sobre a vontade geral, sendo o direito elemento entremeiador, ou seja, o estabelecimento da Constituição como base para toda interpretação hermeneuticamente controlada - intermediação para que os sentidos atribuídos sejam de resposta constitucionalmente adequada, sem atribuição de sentidos para além ou para aquém disto.¹⁹⁶

¹⁸⁹ STRECK, Lenio Luiz; et al. A “secura”, a “ira” e as condições para que os fenômenos possam vir à fala: Aportes literários para pensar o Estado, a economia e a autonomia do direito em tempos de crise. In: STRECK, Lenio Luiz (org.) **Direito e Literatura**. São Paulo, Editora Atlas, 2013. p.166.

¹⁹⁰ *Ibidem*. p. 170.

¹⁹¹ *Ibidem*. p. 171.

¹⁹² *Ibidem*. p. 171.

¹⁹³ *Ibidem*. p. 173.

¹⁹⁴ *Ibidem*. p. 173.

¹⁹⁵ *Ibidem*. p. 174.

¹⁹⁶ *Ibidem*. p. 175.

Assim, deve-se ficar atento a grande ameaça da autonomia do direito, - a discricionariedade¹⁹⁷ – posto que “um ato discricionário sempre está vinculado a uma resposta econômica, política ou moral para o caso, mas não será uma resposta jurídica”¹⁹⁸

É preciso, portanto, reconhecer o sistema de garantias estabelecido pela Constituição de 1988, a qual surge como força de transformação da sociedade a partir do direito – busca das denominadas “promessas incumpridas da modernidade”¹⁹⁹.

Considerando isto, e frente ao Estado Democrático Social de Direito, permeado por objetivos garantistas a serem concretizados, o Poder Judiciário, e mais especificamente o intérprete-julgador, ganham protagonismo, uma vez que utilizam de mecanismos para a efetivação de direitos constitucionalmente assegurados.²⁰⁰

Assim, aparece o solipsismo²⁰¹, como ato de decidir que se torna variável conforme posta a consciência de cada intérprete-julgador, ato contrário à efetivação constitucional adequada.²⁰² Para compreender a problemática, necessário observar que está relacionada a noção de que

a interpretação de algo como algo funda-se, essencialmente, numa posição prévia, visão prévia e concepção prévia. A interpretação nunca é a apreensão de um dado preliminar isenta de pressuposições. Se a concreção da interpretação, no sentido da interpretação textual exata, se compraz em

¹⁹⁷ “Trata-se da principal característica do positivismo jurídico, aparecendo mais explicitamente no contexto da “descoberta” da indeterminação do Direito. Isso se dá, basicamente, quando a razão é superada pela vontade, isto é, a relação entre a lei e a sentença assume um aspecto completamente diverso. “A decisão do caso concreto já não depende das racionais leis da lógica, mas da vontade do juiz” (LOSANO, 2010, p. 143).” In: STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito**. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 75.

¹⁹⁸ *Idem*; et al. A “secura”, a “ira” e as condições para que os fenômenos possam vir à fala: Aportes literários para pensar o Estado, a economia e a autonomia do direito em tempos de crise. In: STRECK, Lenio Luiz (org.) **Direito e Literatura**. São Paulo, Editora Atlas, 2013. p. 179

¹⁹⁹ *Ibidem*. p. 182.

²⁰⁰ *Idem*. **O que é isto – decido conforme minha consciência?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

²⁰¹ “(...) o Solipsismo pode ser entendido como a concepção filosófica de que o mundo e o conhecimento estão submetidos estritamente à consciência do sujeito. Ele assujeita o mundo conforme o seu ponto de vista interior. Epistologicamente, o solipsismo representa o coroamento da radicalidade do individualismo moderno em seu sentido mais profundo”. In: *Idem*. **Dicionário de hermenêutica: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito**. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 411.

²⁰² *Idem*. **O que é isto – decido conforme minha consciência?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

se baser nisso que “está” no texto, aquilo que, de imediato apresenta, como estando no texto nada mais é do que a opinião prévia, indiscutida e supostamente evidente, do intérprete. Em todo princípio de interpretação, ela se apresenta como sendo aquilo que a interpretação necessariamente já “põe”, ou seja, que é preliminarmente dado na posição prévia, visão prévia e concepção prévia.²⁰³

Nesse sentido, para que haja a busca pela superação do solipsismo, que tem como sua marca definidora a ideia do decido conforme minha consciência, se faz presente a necessidade de que ao conhecimento dos julgadores seja trazida a perspectiva de compreensão, interpretação e aplicação do direito dentro da relação democrático-constitucional, de forma a realizar contraposição ao modo discricionário de decidir, uma vez que a Constituição representa e deve sempre representar a referência inicial de todo processo decisório, razão pela qual

toda decisão deve se fundar em um compromisso (pré-compreendido). Esse compromisso passa pela reconstrução da história institucional do direito – aqui estamos falando, principalmente, dos princípios enquanto indícios formais dessa reconstrução – e pelo momento de colocação do caso julgado dentro da cadeia da integridade do direito. Não há decisão que parta do “grau zero de sentido.”²⁰⁴

Desta forma, a Constituição contém em si e manifesta o seu ideal normativo como caminho a ser seguido para sua interpretação/aplicação²⁰⁵, de forma que toda decisão judicial deverá estar pautada nisto, razão pela qual se reforça que o texto constitucional representa o referencial primeiro e último.²⁰⁶ Nesse sentido é que Streck aponta para a necessidade de realização de constrangimentos epistemológicos²⁰⁷ equivalentes a “censuras significativas”, no sentido –

²⁰³ HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis, Vozes, 2005, I. p. 207.

²⁰⁴ STRECK, Lenio Luiz. **O que é isto – decido conforme minha consciência?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 98

²⁰⁵ “Todo *Dasein* (saber que sei) possui uma voz interna que o chama para a autenticidade, para o cumprimento-de-si-mesmo, dirá Heidegger. A inautenticidade tem a ver com a alienação. Se *Dasein* é “saber que sei”, a inautenticidade é “nem sabe que não sabe [...]”. Como não existe grau zero de sentido, sempre partimos de algum lugar”. In: *Idem*. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 363.

²⁰⁶ *Idem*. *Op.cit.* p. 98

²⁰⁷ “Decisões judiciais voluntaristas (incluídas as decisões de cariz realista) devem ser constrangidas, como também devem ser constrangidas decisões meramente subsuntivas, que deixam de lado um conjunto de soluções presentes no ordenamento jurídico. Do mesmo modo, acórdãos emanados de últimas instâncias jurisdicionais, embora inegavelmente merecem ser obedecidos, devem, entretanto, sofrer fortes constrangimentos epistemológicos [...]. A tarefa de constrangimento é de exercício da doutrina. Isso implica um papel prescritivo sustentado no paradigma democrático, e não meramente reproduzidor das orientações do Judiciário [...]”. In: *Idem*. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes

democrático – de se poder distinguir, por meio da construção de uma crítica fundamentada, boas e más decisões (ou melhor, decisões constitucionalmente corretas das incorretas)".²⁰⁸

É como mecanismo de controle que o constrangimento epistemológico é apresentado frente às decisões arbitrárias ou solipsitas, uma vez que

[...] o problema central desse sujeito "assujeitador" [...] reside na indiferença radical por ele manifestada em relação a qualquer forma de exterioridade, quer seja divina, mundana, quer social. O sujeito torna-se estranho a tudo que não é ele, como se os olhos se tivessem virado nas órbitas para olharem apenas para suas próprias cavidades²⁰⁹

Deste modo, para a realização do Direito não pode haver espaço para que manifestações de senso comum²¹⁰ arbitrárias ocorram, observando-se, então, que os constrangimentos também decorrem do construído nas relações de intersubjetividade, razão pela qual ao indivíduo não cabe inventar sentidos a sua moda²¹¹.

Outrossim, "a compreensão não é um processo que é produto de uma subjetividade do sujeito, mas é um existencial, é algo que nos constitui como seres humanos", de modo que "há uma antecipação de sentidos que inexoravelmente interpela qualquer tipo de interpretação. Essa antecipação é a pré-compreensão [...]".²¹²

Ademais,

(...) Os contributos da hermenêutica filosófica para o direito trazem uma nova perspectiva para a hermenêutica jurídica, assumindo grande importância as obras de Heidegger e de Gadamer. Com efeito, Heidegger, desenvolvendo a hermenêutica no nível ontológico, trabalha com a idéia de que o horizonte do sentido é dado pela compreensão; é na compreensão

fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 64.

²⁰⁸ STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 62.

²⁰⁹ *Ibidem*. p. 63.

²¹⁰ Nesse sentido, Streck ao partir da expressão "senso comum teórico" oriunda de Luís Alberto Warat, expõe que "A significação dada ou construída via senso comum teórico contém um conhecimento axiológico que reproduz os valores sem, porém, explicá-los. Consequentemente, essa reprodução (inautêntica dos pré-juízos, no sentido de Gadamer) conduz a uma espécie de conformismo dos operadores jurídicos. O senso comum teórico sufoca as possibilidades interpretativas". In: *Ibidem*. p. 408.

²¹¹ *Ibidem*. p. 62.

²¹² *Ibidem*. p. 357.

que se esboça a matriz do método fenomenológico. A compreensão possui uma estrutura em que se antecipa o sentido. Ela se compõe de aquisição prévia, vista prévia e antecipação nascendo desta estrutura a situação hermenêutica. Já Gadamer, seguidor de Heidegger, ao dizer que ser que pode ser compreendido é linguagem, retoma a idéia de Heidegger da linguagem como casa do ser, onde a linguagem não é simplesmente objeto, e sim, horizonte aberto e estruturado. Daí que, para Gadamer, ter um mundo é ter uma linguagem. As palavras são especulativas, e toda interpretação é especulativa, uma vez que não se pode crer em um significado infinito, o que caracterizaria o dogma. A hermenêutica, desse modo, é universal, pertence ao ser da filosofia, pois, como assinala Palmer, a concepção especulativa do ser que está na base da hermenêutica é tão englobante como a razão e a linguagem.²¹³

Compreender é então interpretar, enquanto explicitação do que foi compreendido, sem que isso represente a atividade de um método, posto que “existe um processo de compreensão prévio que antecipa qualquer interpretação e somente a partir dele que o intérprete partirá para realizar o processo hermenêutico, dentro do qual, é necessário frisar, já estava inserido”.²¹⁴

A noção aqui estabelecida requer atenção para que não seja realizada confusão entre o que é pré-compreensão e o que é preconceito, posto que “a pré-compreensão demonstra exatamente que não há espaço para esse tipo de relativização subjetiva [...]”, não significando apenas uma experiência prévia, “[...] mas a circunstância de que, enquanto seres humanos, compreendemos o mundo por meio de uma linguagem que não está simplesmente a nossa disposição. Operamos com uma linguagem que é fundamentalmente intersubjetiva.”²¹⁵

Os conceitos prévios alienam o sujeito e o próprio direito, uma vez que é necessário despir-se das ideias solipsistas para a plena compreensão do ser humano, de modo que não cabe o confronto e a imposição de pré-juízos pessoais, sendo necessário observar que “os pré-juízos são condições de possibilidade da compreensão porque nos permite projetar sentido. Entretanto, o sentido projetado só pode se confirmar se ele for derivado de um pré-juízo legítimo (autêntico, verdadeiro)”, consistindo a ideia central na noção de que “apenas quem suspende os

²¹³ STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014. p. 132. E-book.

²¹⁴ *Idem*. **Dicionário de hermenêutica: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito**. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 357.

²¹⁵ *Ibidem*. p. 357.

próprios pré-juízos é que interpreta corretamente. Um julgador que não consegue suspender seus pré-juízos está incapacitado para a sua tarefa.”²¹⁶

Desta forma, diante do cenário compreensivo, segundo Heidegger, é necessária então a compreensão do “ser” para que ocorra o compreender do “mundo”, isto é, acontecimento que exige a autocompreensão e a presença do ser nesta compreensão, sendo que as relações intersubjetivas estão atreladas a compreensão de si e do mundo. Partindo da autoreflexão de sua existência o ser humano alcança a compreensão do ser-aí e então compreende a existência também enquanto mundo, existências como ser-no-mundo.²¹⁷

Segundo Streck,

O ser não é uma generalidade, dirá Heidegger. Com o ser chegamos aos entes. O ser existe para dar sentido aos entes. Não vemos o ser; vemos o ente no seu ser. É neste sentido que Heidegger pensa as bases da diferença ontológica (*ontologische Differenz*).²¹⁸

Deste modo, a compreensão representa o caminho de atribuição de sentido pelo ser ao existente (*Dasein*), pelo que se diz que o ser é ocasional diante da correspondência da ocorrência da fusão de horizontes²¹⁹ que sempre está em (des)construção, uma vez que a atribuição de sentido ao existente e ao ser enquanto (auto)compreensão não representa um determinante, mas sim uma condição de possibilidade.²²⁰

Assim, o transcorrer do tempo, enquanto modo de o compreender, não deve ocorrer de forma cronológica linear, mas sim como temporalidade intertemporal do

²¹⁶ STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 364.

²¹⁷ HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

²¹⁸ STRECK, Lenio. Martin Heidegger. In: *Dicionário de Filosofia do Direito*. Vicente de Paulo Barreto (Coord.). Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 427. *apud*. OLIVEIRA, Rafael Tomaz de; STRECK, Lenio Luiz. **Algumas indicações sobre o método fenomenológico-hermenêutico**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-dez-26/diario-classe-indicacoes-metodo-fenomenologico-hermeneutico>>. Acesso em: 10/02/2020.

²¹⁹ “[...] “fusão de horizontes, ou seja, um horizonte pode sempre ser colocado em contato com outro, sem obliterá-lo, mas fundindo-se com ele. Nessa lógica, o entendimento não é o ato de um sujeito ativo que projeta um significado sobre um objeto inerte, Pelo contrário, presente e passado tem horizontes que podem ser juntados produtivamente, ou seja, a visão global do passado faz uma declaração, por meio do texto, no presente. Desse modo, o evento do entendimento representa uma negação e uma afirmação do presente e do passado.” In: STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 120.

²²⁰ HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes. 2005.

passado, do presente e do futuro, como forma de garantir o pressuposto para a existência do ser-aí. Diz-se temporalidade intertemporal diante do fluxo intercorrente de existência no passado, no presente e no futuro, compreensão que não é limitativa, mas sim condição de possibilidade para o desvelamento do ser, uma vez que apenas no presente está velada a compreensão do ser diante exatamente da ausência de fusão de horizontes (passado, presente e futuro), sem a qual então a limitatividade se faria presente, não permitindo o espaço necessário para que o ser se compreenda e compreenda o mundo, ainda, que pelo mundo seja compreendido no âmbito da compreensão.²²¹

Conforme escrito por Gadamer, com base na hermenêutica filosófica de Heidegger,

o horizonte do presente está num processo de constante formação, na medida em que estamos obrigados a pôr à prova constantemente todos os nossos preconceitos. Parte dessa prova é o encontro com o passado e a compreensão da tradição da qual nos mesmos procedemos. O horizonte do presente não se forma pois à margem do passado. Nem mesmo existe um horizonte do presente por si mesmo, assim como não existem horizontes históricos a serem ganhos. Antes, compreender é sempre o processo de fusão de horizontes presumivelmente dados por si mesmos. Nós conhecemos a força dessa fusão sobretudo de tempos mais antigos e de sua relação para consigo mesmos e com suas origens. A fusão se dá constantemente na vigência da tradição, pois nela o velho e o novo crescem sempre juntos para uma validade vital, sem que um e outro cheguem a se destacar explicitamente por si mesmos.²²²

Na ausência da fusão de horizontes espaço-temporais ocorrerá a reificação das relações de tradicionalidade, isto é, há a convenção de determinados padrões sociais em períodos espaço-temporais que serão tomados como referência posta para a realização de vivências vistas como adequadas e que devem ser seguidas a cada geração com a finalidade de assegurar o que está tradicionalmente posto, sem espaço para alterações, enquanto relações socialmente reconhecidas.²²³

Contudo, é com a compreensão e realização da temporalidade que há a possibilidade e a necessidade de (re)configuração de pensar-viver enquanto rompimento com padrões que limitam as atribuições de sentido, de modo que o

²²¹ HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes. 2005.

²²² GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Tradução Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997. p.457. *apud*. MELLO, Cleyson de Moraes. **Hermenêutica filosófica de Heidegger**. É: Revista Ética e Filosofia Política. Número XVII – Volume II – dezembro de 2014. Disponível em: <www.ufjf.br/eticaefilosofia>. Acesso em: 13/10/2020.

²²³ *Ibidem*. *Op. cit.*

desvelamento pela temporalidade ocorre através da compreensão da existência do tempo de forma intertemporal para o alcance de atribuição de sentido ao ser-aí (*Dasein*), razão pela qual as inter-relações marcadas por esta compreensão possibilitam e demonstram que o desvelamento do ser ocorre na relação última das humanidades do humano.²²⁴

Nesse sentido é que

Heidegger não apenas rompe a sucessividade do tempo do mundo, mas a inverte de tal modo que sem o ser humano nada pode ser considerado como se dando no tempo. Essa inversão não tem como consequência a redução da importância de tudo o que se dá no mundo físico, mas pelo contrário, insere o cosmos na própria dramaturgia da existência.²²⁵

Assim, a atribuição de sentido ao existente do ser (e em sua finitude) e do mundo em seus momentos espaço-temporais decorre desta marca presente na compreensão, dito de outra forma, para a atribuição de sentido como formação e compreensão do existente, as inter-relações devem passar necessariamente por relações intertemporais. A noção de finitude do ser está diretamente relacionada ao mesmo tempo a sua completude, uma vez que com a morte existencial do ser-aí é que esta se faz presente, razão pela qual compreensão ontológica é finita, diante da ocorrência de construção e reconstrução constante.²²⁶

Deste modo, “a hermenêutica mostra o ex-surgir da nossa compreensão, a qual está imersa em uma faticidade²²⁷ e historicidade do intérprete as quais são a condição de possibilidade para qualquer interpretação”²²⁸, ou seja, a hermenêutica representa a “própria condição enquanto seres jogados no mundo”, antes mesmo que “qualquer método de interpretação”²²⁹.

²²⁴ HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes. 2005.

²²⁵ STEIN, Ernildo. **Exercícios de fenomenologia**: limites de um paradigma. Ijuí: UNIJUÍ, 2004. p. 295.

²²⁶ *Ibidem Op. cit.*

²²⁷ “Hermenêutica da faticidade é a expressão que, no fundo, quer dizer que a interpretação do mundo é a condição fático-existencial do ser humano, somando-se a isso a circunstância de que a faticidade também incorpora todos os elementos históricos e culturais nos quais estamos enraizados [...]” In: STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 104.

²²⁸ *Ibidem*. p. 358.

²²⁹ *Ibidem*. p. 360.

A faticidade²³⁰ permite a compreensão da finitude do ser, ou seja, há influência do passado que interfere no que o ser é hoje e também no que o ser será enquanto “pulsão para morte” diante do saber que permite compreender que o presente (hoje) já acabará (morrerá) no futuro (amanhã) que consigo trará outras construções de compreensão com o surgir de um novo ontológico, restando o que era presente (hoje) como passado que interferirá no seguinte presente. Ou seja, o que há de representação na compreensão da relação com o fluxo do passado exerce influência no ser do presente que existe para o presente, que será nova influência para o presente próximo, seguinte futuro, de modo que não há esquecimento do ser quando presente a relação deste fluxo, permitindo a observância de que a compreensão da temporalidade é que possibilita o *Dasein* - desvelamento do ser-aí que está jogado no mundo enquanto existência. Quando o fluxo intertemporal e interespaçial é compreendido, o ser-aí pode se compreender enquanto saída do encobrimento do ente e acesso à existência do ser.²³¹

Pela morte ocorre a realização absoluta do ser, representativo de abertura para novos elementos espaço-temporais – novos momentos existenciais que acontecem pelo transcórrer contínuo do tempo e da influência no fluxo hermenêutico enquanto fusão de horizontes do passado, presente e futuro, juntos representativos dos horizontes de significação.²³²

Desta forma é que pela temporalidade ocorrerá o desvelamento do ser até então encoberto pelo ente, enquanto representação da condição de atribuição de sentido de existência ao existente, como forma de romper com relações solipsistas de atribuição e extração de sentido, para que as relações passem a ocorrer de forma intersubjetiva e assim, como ato hermenêutico, ocorrer o *Dasein*²³³, isto é, o ser-aí existe nas relações intersubjetivas das condições de espaço e tempo, pois fora da compreensão intersubjetiva da realidade não há compreensão.²³⁴

Assim é que a razão da pergunta lançada por Streck “de que modo é possível controlar o intérprete, para que este não “diga qualquer coisa sobre qualquer

²³⁰ Característica da existência humana do ser no momento que se encontra com sua compreensão, a compreensão do mundo e sua existência nele, conforme noção utilizada por Heidegger (HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2005).

²³¹ *Ibidem*.

²³² *Ibidem*.

²³³ A partir de Heidegger, o ser-aí desvelado que é possibilidade de compreensão para um ente do que efetivamente é o ser. *Ibidem*.

²³⁴ *Ibidem*.

coisa?"" está na compreensão de que ele é "controlado pela tradição, pelos constrangimentos "linguísticos-epistemológicos" que o interpelam a aceitar sua posição enquanto ente que compartilha sentidos"²³⁵

As limitações do ser humano que irá compreender o direito à identidade não podem interferir na significação da existência daquele que busca, em última análise, atribuir sentido às suas experiências existenciais e não apenas um pronunciamento do direito de modo que desconsidera suas múltiplas relações intersubjetivas, mas acima de tudo um pronunciamento garantidor e reconhecedor da completude que forma a realidade da vida de cada indivíduo. Para tanto, deve-se observar a temporalidade, como forma de respeito e olhar para a inter-relação entre passado, presente e futuro constituidora da significação do ser.

Deste modo, o direito à identidade, como representação jurídica das complexas relações humanas, a fim de assegurar o viver, deve compreender o ser humano em multiplicidade, sem desconsiderar que novas perspectivas de compreensão do ser humano são plenamente possíveis frente as mutações vivenciadas em sociedade e consigo mesmo, com perspectiva neste escrito para a vivência das mulheres, sem que isso signifique limitação para reconhecimentos de outras vivências atuais e futuras que representam o sentir e significar da experiência vivencial humana.

Isto porque, as identidades, as mulheres, estão marcadas pela temporalidade, ou seja, pelos acontecimentos da vida que são e representam a universalidade de conexões humanas-humanas, destacando-se que o respeito inegavelmente irá permear sempre estas vinculações humanas-humanas.

Os preconceitos que estão enraizados quando da interpretação e compreensão das identidades devem ser afastados de forma definitiva para compreensão nua, desvelada, do ser com o objetivo de alcançar o sentido da realidade da vida de cada indivíduo e com isso ultrapassar o ente do ser pelo reconhecimento existencial, para atribuir a condição humana ao humano.²³⁶

Portanto, é com a hermenêutica que se alcança o olhar compreensivo do direito à identidade, que deve ocorrer através do um momento que é integrador da

²³⁵ STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 358.

²³⁶ *Idem*. **O que é isto – decido conforme minha consciência?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 98

aplicação, da interpretação e da compreensão enquanto *applicatio* e que assim possibilita o desvelamento do ser. No momento em que o próprio intérprete/julgador intersubjetivamente coloca-se em ato de superação do ente (como um véu) que encobre o ser, este pode atingir o desvelamento do ser para ser-aí (*Dasein*) e então ao mesmo tempo em que desvela o ente para a chegada ao ser, alcança o debate para compreensão do problema jurídico existente, enquanto efetividade constitucional pela busca de sentido do próprio elemento vivido existencial desvelado.²³⁷

2.3 RESPOSTA CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA COMO MOTRIZ DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS – DO DIREITO À IDENTIDADE: SUBJETIVIDADE E MULHERES

Neste subtítulo será abordada a teoria da resposta consitucionalmente adequada desenvolvida por Lenio Luiz Streck para explicitar a relação entre o processo decisório marcado pela imprescindível compreensão intersubjetiva e a vinculação com o direito à identidade, enquanto verificação de caminho representativo de observância necessária do direito fundamental à identidade.²³⁸

Nesse sentido, a teoria da resposta constitucionalmente adequada apresentada por Lenio Streck, a partir da Crítica Hermenêutica do Direito, possui como bases centrais²³⁹ a hermenêutica filosófica de Gadamer e a teoria da integridade no direito e coerência do Poder Judiciário de Dworkin²⁴⁰, sendo que em

²³⁷ HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

²³⁸ É possível destacar, em sentido de exemplo de visualização enquanto um caminho de busca e ação já iniciado voltado para a afirmação das identidades das mulheres, a Plataforma Agenda 2030 que contém os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pois dentro dos objetivos estabelecidos para o desenvolvimento, o objetivo de número 5 representa a Igualdade de Gênero direcionado a “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, com ênfase ainda no subobjetivo 5.5 que visa “Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” (**PLATAFORMA AGENDA 2030** - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/ods/5/>> Acessado em 23.09.2020).

²³⁹ STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 389.

²⁴⁰ Nesse sentido é o caminho para a apresentação da tese da resposta correta por Dworkin, de modo que enquanto representação da presença de igual consideração estão os elementos de integridade, compreendido como elemento representativo de construção interpretativa do processo decisório atrelada ao respeito dos conjuntos de direitos existentes – limitação contra arbitrariedades

ambos os autores (Gadamer e Dworkin) “é possível distinguir boas e más decisões (pré-juízos autênticos/legítimos e inautênticos/ilegítimos), o que quer dizer que, qualquer que sejam seus pontos de vista sobre a justiça e o Direito a um tratamento igualitário” há para os juízes o dever de “aceitar uma restrição independente e superior, que decorre da integridade, nas decisões que proferem.”²⁴¹

O desenvolvimento da teoria de Streck quanto à resposta constitucionalmente adequada demonstra que estas respostas devem apresentar vinculação com “[...] fundamentação/justificação da síntese hermenêutica que somente ocorre na *applicatio*”²⁴² ²⁴³.

Assim, Streck aponta, com base em sua leitura e na teoria de Dworkin, que a compreensão da existência de respostas corretas no Direito está marcada pelo “reconhecimento do Direito como uma atividade interpretativa (conceito interpretativo)”, de forma que o Direito como parte constitutiva das práticas sociais tem também no fenômeno interpretativo sua base.²⁴⁴

Nesse sentido, cada juiz está marcado pela história institucional, razão pela qual há o dever de no momento decisório realizar interpretação do “que aconteceu e dar-lhe continuidade da melhor maneira possível. Cada tomada de decisão deve se articular ao todo coerente do Direito, mantendo uma consistência com os princípios constitutivos da comunidade”²⁴⁵, enquanto atos de responsabilidade política e não de opinião, ou seja, “respeitar ou agir de forma coerente e íntegra quer dizer: o ato de aplicar a lei possui responsabilidade política”, não devendo haver espaço para a ocorrência de escolhas enquanto marcas que “lançam mão de argumentos morais”

no momento interpretativo, e de coerência, compreendida como elemento representativo de consistência guardada com os princípios conjuntamente estabelecidos em sociedade e consistência em julgamentos entre casos semelhantes, respeitadas particularidades (DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.)

²⁴¹ STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 390.

²⁴² ““*Applicatio*” quer dizer que, além de não interpretarmos por partes, em fatias, também não interpretamos *in abstracto*. Quando nos deparamos com um texto jurídico (uma lei), vamos compreendê-lo a partir de alguma situação, concreta ou imaginária. [...] Isso quer dizer que o intérprete não enxerga, primeiro, uma coisa sem sentido, para depois, acoplar o conceito. Conceitos não existem sem as coisas. É claro que conceitos e coisas não estão colados. Mas também não são descolados a ponto de o intérprete poder dar qualquer conceito (sentido) a coisa. Quando o intérprete se depara com um texto, há já um sentido que se antecipa”. Assim, representa a não separação entre “interpretação” e “aplicação”, isto é, no momento decisório há ocorrência conjunta de “interpretação” e “aplicação”, ambas atreladas sempre ao sentido do texto (sua legitimidade, seu significado, sua origem e sua validade). In: *Ibidem*. p. 23.

²⁴³ *Ibidem*. p.389.

²⁴⁴ *Ibidem*. p. 43.

²⁴⁵ *Ibidem*. p. 386-388.

e, portanto, sem responsabilidade para garantia de coerência e integridade.²⁴⁶

Desta forma, a teoria da decisão judicial de Streck defende a presença de respostas constitucionalmente adequadas para fazer cumprir o texto da Constituição (história institucional) e assim estabelecer que as premissas do Direito partem de algo anterior (princípios estabelecidos em comunidade) que é vetor direcionador da atuação, traçando responsabilidade política do julgador, enquanto busca para efetivação democrática.²⁴⁷

A resposta constitucionalmente adequada, então, passa pela necessária observação e compreensão da Constituição para atribuição de sentido enquanto ato hermenêutico, representado pelo fluxo de horizontes (passado, presente e futuro), razão pela qual a referência primeira e o resultado final da entrega do direito está na Constituição²⁴⁸.

Desta forma, é preciso observar que apesar de se tratar de respostas, isto não representa a elaboração de respostas pretendidas a definitividade, uma vez que ocasionariam o “sequestro da temporalidade”, bem como é necessário considerar que respostas não são encontradas anteriormente a elaboração de perguntas, isto porque são as perguntas que traçam e delinham critérios para atingir o encontro das respostas adequadas²⁴⁹, para verificar que não é possível decidir “primeiro, para, só depois, fundamentar”.²⁵⁰

Assim,

A decisão (resposta) estará adequada na medida em que for respeitada, em maior grau, a autonomia do direito (que se pressupõe produzido democraticamente), evitada a discricionariedade (além da abolição de qualquer atitude arbitrária) e respeitada a coerência e a integridade do direito, a partir de uma detalhada fundamentação.²⁵¹

Nesse sentido está a representação de que para o alcance de respostas constitucionalmente adequadas, enquanto preocupação com “a democracia e concretização dos direitos fundamentais-sociais” como respeito máximo ao texto

²⁴⁶ STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 46.

²⁴⁷ *Ibidem*. p. 46.

²⁴⁸ *Ibidem*.

²⁴⁹ *Ibidem*. p. 392-393.

²⁵⁰ *Ibidem*. p. 403.

²⁵¹ *Idem*. **Verdade e Consenso**. Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2011. p. 620.

constitucional, é necessário, como informa Streck, o que chama de um conjunto de princípios estabelecadores do padrão hermenêutico.²⁵²

Quanto a este conjunto de princípios, cinco são apresentados por Streck. Iniciando pela necessidade de preservação da autonomia do direito, representativa de “blindagem contra os predadores do acentuado grau de autonomia conquistada pelo direito”, sendo que estes predadores podem ser endógenos como toda “forma ou fórmula que deslocam o problema da legitimidade da interpretação/aplicação do direito em favor do sujeito solipsista” e podem ser exógenos enquanto “inserção (e uso) da moral como corretiva do direito, a política, pelas constantes reformas que buscam fragilizar direitos fundamentais, e [...] os discursos *law economics*, que pretendem colocar o direito a reboque de decisões pragmáticas [...]”.²⁵³

Ademais, como segundo princípio, a busca por “estabelecer condições hermenêuticas para a realização de um controle da interpretação constitucional” com a imposição de limites e controle às decisões para que não ocorra o problema da discricionariedade, com observância de que “o fato de não existir um método que garanta a “correção” do processo interpretativo [...] não autoriza o intérprete a escolher o sentido que mais lhe convier, o que seria dar azo à discricionariedade [...]”.²⁵⁴

A garantia do respeito à integridade e à coerência do direito representa o terceiro princípio a ser observado enquanto parte da fundamentação das decisões judiciais diante do reconhecimento da história institucional e do conjunto de princípios estabelecidos em comunidade, fundamentação alçada “a dever fundamental do juiz e a direito fundamental do cidadão”.²⁵⁵

O quarto princípio apresentado está relacionado ao anterior, sendo a necessidade de “estabelecer que a fundamentação das decisões é um dever fundamental dos juízes e tribunais” diante da responsabilidade política que recai aos intérpretes/julgadores em suas decisões proferidas, a fim de jamais “deslegitimar o texto jurídico-constitucional produzido democraticamente”.²⁵⁶

Por sua vez, o quinto princípio é a busca por “garantir que cada cidadão tenha

²⁵² STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e Consenso**. Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2011. p. 585.

²⁵³ *Ibidem*. p. 586.

²⁵⁴ *Ibidem*. p. 586.

²⁵⁵ *Ibidem*. p. 587.

²⁵⁶ *Ibidem*. p. 587.

sua causa julgada a partir da Constituição e que haja condições para aferir se essa resposta está ou não constitucionalmente adequada”, que apresenta relação intrínseca com o quarto princípio, instituindo a obrigação de fundamentação para assegurar a “relação jurisdição-democracia”, representando “blindagem contra interpretações deslegitimadoras do conteúdo que sustenta o *domínio normativo* dos textos constitucionais.”²⁵⁷

Assim, a compreensão é que deve haver respeito pelos juízes e Tribunais diante do dever de fundamentação das decisões, também reconhecida como direito fundamental a uma decisão adequada à Constituição, representando garantia da força normativa desta e impedimento da presença de discricionariedade e elementos predadores²⁵⁸.

Streck apresenta, como forma de noção a contrário *sensu*, para demonstrar quando há obrigatoriedade de aplicação da lei, seis hipóteses em que o juiz poderá deixar de aplicar a lei:

i) quando a lei for inconstitucional, ocasião em que deve ser aplicada a jurisdição constitucional difusa ou concentrada; (ii) quando estiver em face de critérios de antinomia; (iii) quando estiver em face de uma interpretação conforme a Constituição; (iv) quando estiver em face de uma nulidade parcial com redução de texto; (v) quando estiver em face da inconstitucionalidade parcial com redução de texto; (vi) quando estiver em face de uma regra que se confronte com um princípio, ocasião em que uma regra perde sua normatividade em face de um princípio constitucional, entendido este como um padrão.²⁵⁹

Há ainda o dever de o juiz responder, em determinadas situações, a três indagações: a) “se esta diante de um Direito Fundamental com exigibilidade”; b) “se o atendimento a esse pedido pode ser, em situações similares, universalizado, quer dizer, concedido às demais pessoas” e c) “se para atender aquele Direito, está-se ou não fazendo uma transferência ilegal-inconstitucional de recursos, que fere a igualdade e a isonomia.”, a partir das quais será possível verificar se a decisão é ativista ou se contingencialmente está a realizar a judicialização da política, uma vez que se houver resposta negativa para uma das três indagações, estar-se-á no

²⁵⁷ STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e Consenso**. Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2011. p. 588.

²⁵⁸ *Ibidem*. p. 585-588.

²⁵⁹ *Idem*. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 393-394.

caminho de consideração de uma decisão como ativista.²⁶⁰

Ademais, Streck apresenta o “teste” da condição semântica para aferir uma resposta considerada adequada, isto é, “a utilização da condição semântica de sentido para afastar enunciados meramente retóricos/performativos, que apenas escondem raciocínios subjetivistas *lato sensu* nas decisões judiciais”²⁶¹. Nesse sentido, “enunciados retóricos e argumentos performativos [...]” são comumente sem conteúdo, o que, “por vezes, a simples colocação da negação (ou, se for o caso, de uma afirmação) tem o condão de desmontar um discurso com pretensões de verdade e que tão-somente esconde um conjunto de raciocínios subjetivistas e/ou ideológicos”²⁶².

O ato de decidir hermeneuticamente importa na compreensão de que “decidir é agir com responsabilidade política [...]” para a construção da “resposta correta a partir da melhor interpretação possível do material jurídico básico (leis, códigos, precedentes, etc.) e dos princípios que conformam esse empreendimento coletivo (que remetem, por sua vez, a dimensões da dignidade humana)”, é a “[...] responsabilidade de aplicar o Direito corretamente. Uma questão de princípio: garantir os direitos de quem efetivamente os possui.”²⁶³

Desta forma, a entrega de resposta constitucionalmente adequada é representativa do caminho para assegurar o texto constitucional, e assim os direitos fundamentais, razão pela qual, para que haja reconhecimento e respeito aos direitos fundamentais é preciso considerar o constitucionalismo reconhecido democraticamente como incompatível com qualquer grau de defesa de ativismo judicial, o qual é representativo de abertura de espaço para discricionariedade, atuação que não é compatível com a enunciação de garantia e realização de direitos fundamentais, razão pela qual deve ser combatido.

Assim é que

[...] Vale dizer que ele [intérprete/julgador] precisa mostrar que sua interpretação é correta, que ela está fundada em prejuízos legítimos e que sua subjetividade não se opõe àquilo que deveria ser interpretado: o Direito – e sua história institucional – e o contexto circunstancial dos fatos que

²⁶⁰ STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 394.

²⁶¹ *Ibidem*. p. 396.

²⁶² *Ibidem*. p. 397.

²⁶³ *Ibidem*. p. 405-406.

define o caso concreto.²⁶⁴

Desta forma, os juízes possuem o dever de fundamentação das decisões proferidas, pois estas estão vinculadas e afetam os direitos fundamentais, além da impossibilidade de separar o dever de fundamentar como parte de realização do direito dos cidadãos de receber e compreender respostas constitucionalmente adequadas, enquanto representação de entrega para a sociedade da interpretação/aplicação com base na legislação que democraticamente foi produzida e fundada na Constituição²⁶⁵.

Nesse sentido, o caminho da resposta constitucional adequada reconhece a presença de situações e condições de não tranquilidade social e jurídica, de modo que demonstra como no âmbito do processo decisório deve ocorrer a entrega dos direitos que imperam na ordem constitucional brasileira, em busca de consonância entre direitos e limites constitucionais. A atividade jurisdicional possui como dever a entrega de respostas (decisões) que estejam adequadas a Constituição, pelo respeito aos princípios constitucionais que são reflexo do estabelecido em conjunto pela sociedade.

Portanto, compreendidas as bases da resposta constitucionalmente adequada e sua importância para a garantia e realização dos direitos fundamentais, a leitura conjunta com o que foi desenvolvido na abordagem do primeiro capítulo, traz a noção de que para o alcance do direito à identidade, é necessário o respeito e reconhecimento pelo desvelamento do sentido constitucional para que também ocorra o desvelamento do intérprete/julgador, a fim de que as decisões estejam pautadas em momentos de realização democrática e constitucional nos casos concretos que fazem parte do conjunto de princípio instituídos em comunidade e que sofrem interferência do resultado dos processos de atuação das esferas de poder, especialmente para esta pesquisa, do Poder Judiciário, enquanto relações que demandam a transformação de formações excludentes que são contrárias a ordem democrática constitucional, como as condições de invisibilidade que estão e são

²⁶⁴ STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 364.

²⁶⁵ *Idem*. **O direito de obter respostas constitucionalmente adequadas em tempos de crise do direito**: a necessária concretização dos direitos humanos. *Hendu: Revista Latino-Americana de Direitos Humanos*, Belém, v. 1, n. 1, p.93-105, 01 jul. 2010. p. 103.

postas às mulheres e que não devem assim permanecer por ferirem as disposições constitucionais que em momento algum autoriza esta forma de ser.

Assim, a sequência do escrito, considerando as abordagens desenvolvidas neste capítulo e no capítulo anterior, passa à apresentação da Filosofia da Libertação dusseliana, com o propósito de estabelecer relação entre as perspectivas de pesquisa de modo a inserir o elemento alteridade (vivência concreta) na compreensão das vivências experienciadas pelas mulheres atreladas ao direito à identidade, bem como ao processo decisório judicial integrar esta relação estabelecida altericamente.

3 ROMPENDO A TOTALIDADE ALIENANTE – MULHERES E VIVÊNCIA HUMANA CONCRETA

3.1 FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO DUSSELIANA

A escrita neste momento estará voltada à exposição e busca de compreensão da estrutura e do método que caracterizam a Filosofia da Libertação enquanto fundamento e base para o desenvolvimento dos dois próximos subtítulos deste capítulo, com vistas ao desenvolvimento de um caminho marcado pela alteridade enquanto vivência aléfrica nas relações sociais das e pelas mulheres, bem como marca do direito à identidade e realização da interpretação, compreensão e aplicação do direito enquanto desvelamento constitucional.

Como escreveu Dussel, a Filosofia da Libertação está direcionada para o sentido da libertação enquanto *práxis*, que somente assim poderá relevar as vivências, possuindo como ponto de partida “a práxis dos atuais povos oprimidos da periferia, da mulher violada pela ideologia machista [...]”.²⁶⁶

Deste modo, o início compreensivo parte da fenomenologia à libertação, ocupando-se a fenomenologia “do que aparece e como aparece a partir do horizonte do mundo, do sistema, do ser”, enquanto, por sua vez, a libertação tem seu início com a epifania, esta como “revelação do oprimido, do pobre, do outro, que nunca é pura aparência nem mero fenômeno [...]. Aquele que se revela transcende o sistema, põe continuamente em questão o dado”.²⁶⁷

O sentido do olhar e da compreensão da Filosofia da Libertação visa partir da espacialidade, enquanto compossibilidade de contemplar as perspectivas de proximidade ou distância, de centro ou de periferia, bem como do “político dominador-dominado” e assim a relação da “posição homem-homem”, para que seja possível que haja partida de origem outra que não o mesmo.²⁶⁸

Parte-se, assim, da visão de que o princípio se dará com o outro, além do ser que é, com a proximidade originária com este outro, uma vez que a humanidade é atingida quando vivenciada a humanidade do eu atrelada a humanidade do outro²⁶⁹.

A proximidade da Filosofia da Libertação representa o movimento que

²⁶⁶ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 21.

²⁶⁷ *Ibidem*. p. 22.

²⁶⁸ *Ibidem*. p. 22.

²⁶⁹ *Ibidem*. p. 23-24.

evidencia que

aproximar-se é surgir do além da origem do mundo. É um ato anárquico (se arché é a origem anterior a toda origem) É anterioridade anterior a toda anterioridade. Se o sistema ou o mundo é o anterior às coisas que habitam nele; se a responsabilidade pelo mundo do outro é anterior ao próprio mundo; aproximar-se à imediatez da proximidade é a anterioridade de toda anterioridade.²⁷⁰

Aproximar-se para a anterioridade é anterior ao significante e ao significado. É ir em busca da origem do significado-significante, a própria origem da significação. [...] ²⁷¹

Encurtar distância é a práxis. É um agir do outro para o outro; é uma ação ou atualidade que se dirige à proximidade. A proxemia é um dirigir-se às coisas. Mas é muito diferente tocar alguma coisa, e acariciar ou beijar alguém. É muito diferente compreender o ser, neutro, e abraçar no amor a realidade desejante de alguém, próximo. Aproximar-se é avançar para a origem originária, para a própria arqueologia do discurso metafísico, filosófico, mais ainda: histórico, político.²⁷²

A proximidade primeira é a anterioridade originária de busca da significação das impressões que marcarão e atribuirão a representação do outro que significa na sua humanidade, a origem do designado pelo significante, sendo origem originária do movimento que se aproxima do outro encurtando distâncias que desumanizam, para que o outro seja visto e respeitado como outro, razão pela qual é possível neste momento pensar a identidade como caminho de desenvolvimento livre da personalidade das individualizações de cada outro em relação, ou seja, na linguagem dusseliana, a proximidade pressupõe o respeitar à exterioridade do outro (o ser que é independente do ser que se aproxima), reconhecer o outro pelo encurtamento de distâncias, para que as relações intersubjetivas e a humanidade estejam presentes. Ao revés, negar o outro, negar a proximidade, significa negar também a humanidade. ²⁷³

A proximidade originária humana é a relação com o outro, outro alguém, e jamais em isolamento ou com algo, uma vez que desde a origem no nascimento há relação desde já com outro, pois

o homem não nasce da natureza. Não nasce a partir dos elementos hostis, nem dos astros ou vegetais. Nasce do útero materno e é recebido nos braços da cultura. O homem, por ser um mamífero, nasce em outro e é

²⁷⁰ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 23.

²⁷¹ *Ibidem*. p. 23.

²⁷² *Ibidem*. p. 23-24.

²⁷³ *Ibidem*. p. 23-24.

recebido em seus braços. Se fôssemos ovíparos, como os peixes por exemplo, poder-se-ia dizer que a experiência proxêmica, homem-natureza, é a primeira. O peixinho deve defender-se sozinho nas infinitas e hostis águas que o cercam. O Homem, ao contrário, nasce em alguém, e não em algo; alimenta-se de alguém, e não de algo.²⁷⁴

A proximidade primeira, a imediatez a toda imediatez, é o mamar. [...] É a imediatez anterior a toda distância, a toda cultura, a todo trabalho [...].²⁷⁵

Assim, é primeira e originária enquanto nada diverso ocorreu ainda, os primeiros atos externos de contato que permeiam as relações, proximidade como essência do humano que eleva sua humanidade pela vivência no encurtamento da distância.

A proximidade originária também pressupõe a necessidade de compreensão da proximidade histórica, uma vez que “é numa família, num grupo social, numa sociedade, numa época histórica que o homem nasce e cresce, e dentro da qual desenvolverá seu mundo de sentido” razão de perceber que os acontecimentos são em interrelação e que “antes do mundo, então, estava a proximidade, a face-diante-da-face que nos acolheu com o sorriso cordial ou nos alterou com a rigidez, a dureza, a violência das regras tradicionais, o *ethos* do povo”.²⁷⁶

Proximidade é assim “a palavra que exprime a essência do homem, sua plenitude primeira (arqueológica) e última (escatológica), experiência cuja memória mobiliza o homem em suas mais profundas entranhas e seus projetos mais amplos, magnânimos”²⁷⁷, representa a humanidade de cada ser outro que necessita desta proximidade como respeito e reconhecimento que permitem seus movimentos nas relações em sociedade.

Diante da proximidade, do face-a-face, há que se abordar a proximidade sincrônica acrônica, uma vez que “na imediatez histórica por excelência, joga-se a reciprocidade [...], reciprocidade originária da proximidade. Ainda não há distância; não se encurtou o distanciamento anterior [...]”, de modo que a proximidade na imediatez torna o tempo sincrônico já que “meu tempo é teu tempo; nosso tempo é vosso tempo, é tempo da fraternidade na justiça e festa...” ao passo que então “a sincronia dos que vivem a proximidade se torna acrônica: o instante da proximidade dos tempos distintos e separados convergem e se dissolvem na alegria de estar

²⁷⁴ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 24.

²⁷⁵ *Ibidem*. p. 24.

²⁷⁶ *Ibidem*. p. 24.

²⁷⁷ *Ibidem*. p. 25.

juntos [...]”.²⁷⁸

A acronia representa a possibilidade de superação do tempo abstrato e permite a aproximação da compreensão espacialidade que é negada para que seja percorrido o caminho do encurtamento das distâncias, uma vez que é com a acronia da proximidade que permite a “in-espacialidade” desta e que “dará origem também da distância e da longinquidade”.²⁷⁹

Nesse sentido é que “a proximidade é a raiz da práxis e o ponto de partida de toda responsabilidade pelo outro. Somente aquele que viveu a proximidade na justiça e na alegria assume sua responsabilidade pelo pobre, a quem deseja na proximidade dos iguais.”²⁸⁰

Ainda, é preciso compreender a proximidade arqueológica (do início) à escatológica (do encerramento), sendo que aquela antecipa esta enquanto o ainda não realizado, para que não seja a experiência pela proximidade equívoca, que acaba por utilizar o outro para desejos próprios, sendo que a proximidade se realiza de forma inequívoca “diante do rosto do oprimido, do pobre, daquele que, exterior a todo sistema, clama justiça, provoca a liberdade, invoca responsabilidade”, enquanto relação de reconhecimento do outro como outro distinto e humano e não como utilização do outro como mecanismo de autosatisfação, como processos que reificariam um dos sujeitos em relação (e.g dominação masculina).²⁸¹

Assim, tanto a proximidade arqueológica quanto a proximidade escatológica são, nas palavras de Dussel, “festa”, enquanto “realização do real; a satisfação da coincidência do desejo e do desejado”²⁸², de modo que “a proximidade é festa, mas festa da libertação e não da exploração, injustiça ou profanação. É festa dos iguais, dos livres, dos justos, dos que esperam uma ordem de proximidade sem contrarrevoluções, retrocessos.”²⁸³

Deste modo, “a proximidade, o face-a-face do homem com o homem, deixa sempre lugar à distância” e é nesta distância que a proximidade futura se torna possível, proximidade buscada com respeito à exterioridade do outro²⁸⁴, contudo na

²⁷⁸ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 25.

²⁷⁹ *Ibidem*. p. 25.

²⁸⁰ *Ibidem*. p. 26.

²⁸¹ *Ibidem*. p. 26.

²⁸² *Ibidem*. p. 26.

²⁸³ *Ibidem*. p. 26.

²⁸⁴ *Ibidem*. p. 27.

não proximidade e no fechamento a uma identidade do sistema posto, ocorre a totalidade, com exclusão e afastamento do outro não inserido nesta ordem posta.²⁸⁵

Assim é que deve-se compreender que

na comunidade real há sempre excluídos, ainda que vítimas não intencionais. Apel reconhece isso, porém como efeito do próprio argumentar. Portanto, trata-se do outro que a posteriori sofre os efeitos de um consenso do qual não foi parte. Trata-se, nesse caso, de consequência da argumentação. Não é, no entanto, o caso de um a priori da própria argumentação. À Filosofia da libertação interessa essa situação: o outro como condição a priori de possibilidade de toda a argumentação, e, portanto, de todo novo argumento. Trata-se do excluído, antes de ser afetado. Isso implica levar em conta as condições materiais de possibilidade de participar - deve-se levar em conta o poder de efetivamente participar. A não-comunicação—a incomunicabilidade (o não-ser) — é o ponto de partida. Na periferia do mundo latino-americano, esse não é um tema apenas teórico, mas uma experiência fática que dura mais de meio milênio.²⁸⁶

A proximidade é primeira, anterior ao mundo, mas também a proximidade permite a distância e “logo o outro, a mãe, o pai, os irmãos, começam a fixar um sentido em cada estímulo e, lentamente, um ao lado do outro começam a estabelecer o primeiro círculo: o mundo da criança de um dia”, de modo que “todo mundo é uma totalidade. Totalidade indicada esse limite de limites”,²⁸⁷ sendo necessária a transformação para que o eu e o outro sejam pressupostos na comunidade real e não excluídos desta.

A totalidade então é mundo, e cada dia no mundo diário “é uma totalidade no espaço e no tempo”, uma vez que

Como totalidade no tempo, é uma retenção do passado, uma colocação do projeto fundamental do futuro e um viver as possibilidades que dependem de tal futuro. Como totalidade espacial, o mundo sempre situa o eu, o homem ou sujeito como centro; a partir de tal centro se organizam especialmente os entes desde os mais próximos e com maior sentido até os mais distantes e com menor sentido: estes últimos são os entes periféricos.²⁸⁸

Com a compreensão de que a totalidade é mundo, esta representa o horizonte no qual as vidas se estabelecem e o sistema é composto por cada um e cada outro que são postos juntamente, sendo que “os entes, os objetos, são as

²⁸⁵ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 27.

²⁸⁶ LUDWIG, Celso Luiz. **A transformação da filosofia e a libertação**. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, v. 44, nº 0, 2006. p. 43-59. p. 55.

²⁸⁷ *Ibidem*. Op. cit. p. 27-28.

²⁸⁸ *Ibidem*. p. 30.

possibilidades de nossa existência, são os meios para ir ao fim que o fundamento do mundo constitui.”²⁸⁹

Nessas condições de possibilidades ocorrem as mediações, que nada mais são do que “aquilo que empunhamos para alcançar o objetivo final da ação”, isto é, se “a proximidade é a imediatez do face-a-face com o outro” e ainda “a totalidade é o conjunto dos entes enquanto tal: enquanto sistema”, são as ocorrências das mediações que permitem a aproximação e a permanência da imediatez ao constituir a totalidade em razão de suas partes funcionais.²⁹⁰

Conforme Dussel, é preciso distinguir que a aproximação com as coisas, relação homem-ente, denominada proxemia, não representa a denominada proximidade, esta do face-a-face, da relação homem-homem, ou seja, é na proximidade que irá se encontrar a essência da práxis e com as mediações o âmbito da proximidade também contempla o espaço da distância.²⁹¹

Aproximar é respeitar e (re)conhecer o outro como outro humano, visto que

O Outro metafísico é outro de uma alteridade que não é formal, de uma alteridade que não é um simples inverso da identidade, nem de uma alteridade feita de resistência ao Mesmo, mas de uma alteridade anterior a toda a iniciativa, a todo o imperialismo do Mesmo; outro de uma alteridade que não limita o Mesmo, porque nesse caso o Outro não seria rigorosamente Outro: pela comunidade da fronteira, seria, dentro do sistema, ainda o Mesmo. O absolutamente Outro é Outrem; não faz número comigo. A coletividade em que eu digo ‘tu’ ou ‘nós’ não é um plural de ‘eu’. Eu, tu, não são indivíduos de um conceito comum.²⁹²

Nesse sentido, Dussel, ao tratar da proximidade aponta que

aqui não falamos em ir para uma mesa, uma cadeira, uma coisa. Aproximar-se de alguma coisa, chegar junto dela para pegá-la, comprá-la, vê-la, usá-la. (...) Aqui falamos de aproximar-nos na fraternidade, encurtando distância para alguém que pode esperar-nos ou rejeitar-nos, dar-nos a mão ou ferir-nos, beijar-nos ou assassinar-nos. Aproximar-se na justiça é sempre um risco porque é encurtar distância para uma liberdade distinta.²⁹³

As proximidades do humano-humano marcam as vivências individuais e sociais diante das possibilidades, o que pode ocasionar relações de encontro ou não

²⁸⁹ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 35.

²⁹⁰ *Ibidem*. p. 35.

²⁹¹ *Ibidem*. p. 35-37.

²⁹² LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Trad. José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1988, p.26.

²⁹³ *Ibidem*. *Op. cit.* p. 23.

encontro entre um e outro humano nos caminhos dos espaços destas relações, já que deve haver o afastamento na proximidade (a proximidade é sempre mantida com espaço de afastamento na aproximação) enquanto caminho de respeito à exterioridade do outro²⁹⁴, compreensão que permite relacionar o já exposto como respeito à identidade das mulheres, pela autonomia e independência, mas não em isolamento e sim em inter-relação diante da aproximação reconhecidora e respeitadora.

Com a compreensão até o momento desenvolvida, seguindo o escrito por Dussel²⁹⁵, passa-se a tratar da categoria da exterioridade, para realizar abordagem por “um discurso filosófico a partir da periferia, a partir dos oprimidos” a ser implantado em seu nível político²⁹⁶ (para esta dissertação, no nível político-jurídico-social em que estão inseridas as relações vivenciadas pelas mulheres). Exterioridade, então, pode ser denominada como “este ”além” do horizonte do ser do sistema uma *transcendentalidade interior*, um “além” do sujeito no sistema, de seu trabalho, de seu desejo, de suas possibilidades, de seu projeto”, mas que participa como reflexo e necessidade de reflexão do interior do sistema.²⁹⁷

Nos momentos diários nossos rostos e os rostos dos chamados outros se apresentam, contudo, em muitos destes momentos estes rostos outros apenas são tomados por uma simples extensão de “coisa-sentido a mais [como, por exemplo,] o chofer do táxi dá a impressão de ser um prolongamento mecânico do carro; a dona de casa como um momento a mais da limpeza e da arte da culinária [...]”, trazendo a percepção da dificuldade de realização do isolamento do outro daquele que é o sistema no qual está inserido, da dificuldade de ser notado em sua exterioridade, quando “alguém aparece no mundo” e interpelando sua liberdade.²⁹⁸

Nesse sentido,

Devemos ter em conta que o “interpelante” – e nisto consiste a diferença existente entre as exigências ou interpelações meramente intrassistêmicas (feitas a partir do direito vigente e enquanto membros da “comunidade de comunicação *real*”) e o “interpelar” (como o de alguém que exige do lado de “fora”, como o dos “excluídos” do direito vigente, dos sem-direito [*rechtlos*]) – se “opõe” por princípio ao consenso vigente, a esse “acordo” conseguido

²⁹⁴ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 24.

²⁹⁵ *Ibidem*.

²⁹⁶ *Ibidem*. p. 45.

²⁹⁷ *Ibidem*. p. 45.

²⁹⁸ *Ibidem*. p. 46-47.

entre os indivíduos de maneira subjetiva *dentro desse próprio passado que o está excluindo*.²⁹⁹

O humano está para o além das determinações e dos condicionamentos postos na totalidade, tem sua exterioridade que deve ser respeitada e livre, assumindo realidade prática, como escrito por Dussel, quando o outro interpela e clama por seu lugar no sistema, por seus direitos, para não ser o oprimido, provocando a busca pela mudança e sendo o sentido que contrapõe o sistema posto.³⁰⁰

Desta forma, segundo Dussel, “o outro é a noção precisa com a qual denominaremos a exterioridade enquanto tal, a histórica [...], O outro é alteridade de todo sistema possível, além do “mesmo” que a totalidade sempre é. O ser é e o não-ser é ainda ou pode ser o outro [...]”, ao passo que se apresenta como o distinto e não habitual que está fora do sistema mas apresenta seu rosto.³⁰¹

Assim é que o direito do outro não decorre do projeto justificador do sistema, mas sim de seu direito que deve ser absoluto por ser alguém, por ser livre, pela existência da sua exterioridade, chamando a necessidade de reconhecimento do distinto.³⁰² Ao ser a exterioridade afirmada, ocorre o princípio para romper a lógica do sistema que a totaliza.³⁰³

A liberdade referida não representa apenas a possibilidade de certas escolhas em decorrência das mediações cabíveis dentro do cotidiano, a liberdade está na relação do outro com o mundo e como centro de um mundo próprio seu, ainda que este outro esteja pelo sistema na posição de oprimido, como a mulher em sociedades machistas, é este outro que é como outro e não como sistema que dirá o “impossível, o inesperado, o inédito em meu mundo, no sistema”, força que pode modificar a estrutura social como totalidade e alterar o funcionamento do sistema.³⁰⁴

Conforme escrito por Ludwig, há a necessidade do questionamento, então, de quem foi situado na exterioridade do sistema, além da percepção de quem no sistema está em posição de alienado, que do mesmo modo, estará exterior ao

²⁹⁹ DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação, Crítica à ideologia da exclusão**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995. p. 57.

³⁰⁰ *Ibidem*. p. 47-48 .

³⁰¹ *Ibidem*. p. 49.

³⁰² *Ibidem*. p. 49.

³⁰³ LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma Filosofia jurídica da libertação**: paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo. Florianópolis: Conceito Editora, 2011. p. 136.

³⁰⁴ *Ibidem*. *Op. cit.* p. 51-56.

sistema, os submetidos ao não-ser para o sistema, para os quais a libertação permitirá a força de um novo sujeito histórico.³⁰⁵

Ocorre que “a totalidade, o sistema, tende a totalizar-se, a autocentrar-se, e a pretender, temporalmente, eternizar sua estrutura presente” e assim conservar para que ““o mesmo” permaneça “o mesmo””, para que em defesa do ser aniquile a alteridade do outro que será visto como não-ser, para que o outro siga como outro diferente, de modo que a alteridade representará a quebra desta manutenção.³⁰⁶

Isto é, perante “a totalização de uma totalidade como lógica da dominação [...]” a alteridade permite que se parta desde a exterioridade (mulheres em posições de não-ser, com negação do ser mulher), de forma que esta exterioridade configure “novo lugar do sentido determinante, do sentido fundante [...]” que será visto a partir do fundamento que se situa fora da totalidade, sendo que “a partir de uma fundamentação nova (categoria da exterioridade) o não-ser, o não-sentido, o nada são o *real*: “o ser é, o não-ser é real”.³⁰⁷

Desta forma, o outro humano que também é ser precisa que haja o reconhecimento da sua exterioridade como outro, para que não ocorra a totalização enquanto fechamento do mesmo, implicadora no não reconhecer o outro humano e humano no outro, considerando o ser que é cada ser em sua individualidade e em relação, razão pela qual se totalizar é manter o mesmo, e assim, totalizar é alienação enquanto negação do outro como outro³⁰⁸.

A compreensão agora passa para a percepção de que

o outro, que não é diferente (como afirma a totalidade) mas distinto (sempre outro), que tem sua história, sua cultura, sua exterioridade, não foi respeitado; não se lhe permitiu ser outro. Foi incorporado ao estranho, à totalidade alheia. Totalizar a exterioridade, sistematizar a alteridade, negar o outro com o outro é a alienação. Alienar é vender alguém ou algo; é fazê-lo passar a outro possuidor ou proprietário. A alienação de um povo ou indivíduo singular é fazer-lhe perder seu ser ao incorporá-lo como momento, aspecto ou instrumento do ser de outro.³⁰⁹

A alienação está na formação das relações sociais como prática da

³⁰⁵ LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma Filosofia jurídica da libertação**: paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo. Florianópolis: Conceito Editora, 2011. p. 142.

³⁰⁶ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 56.

³⁰⁷ *Ibidem*. *Op. cit.* p. 135-136.

³⁰⁸ *Ibidem*. *Op. cit.* p. 58.

³⁰⁹ *Ibidem*. p. 58.

dominação que determina ao outro a posição de estar subordinado ao dominador. Assim, “a lógica da totalidade [...] estabelece seu discurso desde a identidade ou fundamento para a diferença. É a lógica [...] do totalitarismo [...]. É a lógica da alienação da exterioridade [...] ou da coisificação da alteridade”, enquanto, por outro lado, “a lógica da exterioridade ou da alteridade [...], estabelece seu discurso a partir do abismo da liberdade do outro [...]”³¹⁰

Destarte, é considerando esta composição das relações que o traçado por esta dissertação visa demonstrar que cada mulher em sua identidade é uma exterioridade outra e que tem na defesa de sua exterioridade o fundamento e caminho da libertação para que haja o reconhecimento e respeito do exterior do outro mulher como outro que está em relação com a exterioridade do outro e, assim, irromper o sistema do mesmo.³¹¹

Nesse sentido é necessário compreender, ainda, que o outro não reconhecido em sua exterioridade é visto como perigo potencial as estruturas postas, surgindo ações para que o outro seja visto como inimigo, de forma que o rosto do outro “é trocado por uma máscara, feia, rústica. A máscara já não é o rosto, já não interpela [...]”, como forma de destruição da exterioridade do outro.³¹²

Esse movimento é um movimento de dominação, representa “a afirmação prática da totalidade e de seu projeto [...]. A dominação é o ato pelo qual se coage o outro a participar do sistema que o aliena”, como ato que aliena o outro e que impõe pressões para o reprimir.³¹³

Diante desta estrutura e sistema de dominação, Dussel aponta para a Libertação, como prática de subversão da ordem posta e “crítica total ao estabelecido, fixo, normalizado, cristalizado, morto”.³¹⁴ Para tanto, condições de possibilidade devem ser traçadas, com a necessidade de não acreditar no sistema como se apresenta e respeitar o outro e ouvir o outro como outro que é. Assim,

O respeito é a posição da metafísica passividade com a qual se presta culto à exterioridade do outro: deixa-se que este seja aquilo que é como distinto. O respeito é a atitude metafísica como ponto de partida de toda atividade na justiça. Mas não é respeito à lei (que é universal ou abstrata), nem pelo sistema ou seu projeto. É respeito por alguém, pela liberdade do outro. O

³¹⁰ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 48.

³¹¹ *Ibidem*.

³¹² *Ibidem*. p. 59-60.

³¹³ *Ibidem*. p. 60.

³¹⁴ *Ibidem*. p. 64.

outro é o único realmente sagrado e digno de respeito sem limite. O respeito é silêncio, mas não silêncio daquele que nada tem a dizer, e sim daquele que tem que escutar tudo, porque nada sabe do outro como outro.³¹⁵

Somada ao respeito está a responsabilidade, ser “responsável pelo outro no sistema e diante do sistema é a anterioridade a toda anterioridade”, é o caminho de relação com a exterioridade do outro e da busca de uma ordem diversa da posta³¹⁶, com presença de abertura às exterioridades outras.³¹⁷

Assim a Libertação “é o ato que abre a brecha, que fura o mundo e se adentra na exterioridade insuspeita, futura, nova realidade”³¹⁸, de forma que as relações sociais humanas representam o caminho de força e de luta contra a dominação que é a negação da libertação do outro como outro, do humano como humano, a Libertação está para ultrapassar as relações que encobrem

o rosto do outro com uma máscara fabricada pelo sistema para ocultar a interpelação. A máscara é a definição do outro pela função que tem dentro do sistema: é empregado, operário, camponês. Sua exterioridade é definida desde o horizonte do sistema, e por isso funciona dentro. Fixou-se sua função-perfeição-classe social, cristalizou-se o para-que e desapareceu o quem.³¹⁹

As máscaras são o não (re)conhecimento do outro como outro humano, negando sua exterioridade e provocando sua exclusão como aquele a quem não é permitida a possibilidade de participar das relações e acontecimentos visíveis, razão pela qual se ao outro for dirigido o olhar de respeito, de (re)conhecimento e de responsabilidade, este outro será o outro que é e assumirá sua posição participativa nas interrelações intersubjetivas. Ultrapassar em forma de transcender a negação excludente é (re)conhecer “a exterioridade do outro como outro; não como parte do

³¹⁵ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 65.

³¹⁶ “A exterioridade assim posta além do horizonte da totalidade, requer em cada nível um projeto de *libertação* e não meramente de *emancipação*, pois a emancipação consiste num caminho dialético progressivo na busca de um “novo lugar”, situado no interior da totalidade vigente. [...] A emancipação, ainda que necessária, como projeto revela-se insuficiente, porque consiste num movimento interno à lógica da totalidade, fundado em “o mesmo” – opera-se um eterno retorno ao mesmo [...]” com a necessidade então “[...] de novo fundamento: com novas bases históricas que surgem desde a exterioridade, como projeto libertador situado “além da totalidade totalizante vigente [...]” (LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma Filosofia jurídica da libertação: paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo**. Florianópolis: Conceito Editora, 2011. p. 137).

³¹⁷ *Ibidem*. Op. cit. p. 66.

³¹⁸ *Ibidem*. p. 67.

³¹⁹ *Ibidem*. p. 68.

sistema”.³²⁰

Deste modo é que a Libertação possui “dois momentos de uma mesma atividade: negação da negação no sistema [...]” posto que “negar o negado no sistema, concomitantemente à afirmação expansiva daquilo que no oprimido é exterioridade (e por isso nunca esteve no sistema, porque é distinto, separado e fora desde sempre), tal duplo momento de uma só atividade é a Libertação”.³²¹

A Libertação passa pela práxis, pela relação humano-humano, mas não enquanto práxis apenas dentro do próprio sistema, provocando a autorreferência, e sim como crítica ao sistema para uma nova ordem inclusiva das exterioridades, como rompimento com os vínculos que são dominadores.³²²

Nas palavras de Dussel,

O projeto de libertação que leva um povo afirmativamente em sua cultura como alteridade é o bem comum futuro, a utopia, positiva, autêntica, humana, ética. É por ela que a própria vida é interpelada pelo corajoso como uma mediação.³²³

A Libertação é negação da dominação e a dominação ocorre em estruturas dentro do sistema posto, apresentando-se em níveis e situações, dentre as quais a dominação masculina. A alienação da mulher ocorre, então, pela ideologia³²⁴ machista e o machismo deve então ser aniquilado pela libertação da mulher.³²⁵

Assim,

(...) o homem se acerca, ao deixar a proximidade, dos entes, das coisas, dos objetos, as coisas-sentido, os entes se nos apresentam numa multiplicidade que se indefinida. Todavia, são só momentos, nunca isolados, sempre em sistema, de uma totalidade que compreende, os abarca, os unifica organicamente. Não há um ente aqui e outro ali simplesmente. Têm um lugar numa ordem; têm uma função no todo; estão postos-com, compostos (systema, em grego: sistema). O nível dos entes é a proximidade ou o ôntico; o nível da totalidade, seja mundana, natural, econômica, esboçada, etc., é o ontológico. Dos entes ocupa-se a inteligência interpretadora, estimativa, produtora; da totalidade se ocupa a inteligência dialética; da exterioridade se ocupará a inteligência histórica, analética ou da libertação,

³²⁰ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 53.

³²¹ *Ibidem*. p. 68.

³²² *Ibidem*. p. 69-70.

³²³ *Ibidem*. p. 83.

³²⁴ Segundo Dussel, “a ideologia (seja política, erótico-machista ou pedagógica) é um discurso concreto que justifica a ação dominadora, ocultando-a. O sinal (pode ser ideia, palavra, forma, imagem, som, perfume...) tem como horizonte de significado [...]” a cultura que domina determinado espaço em determinado período, enquanto a cultura popular está silenciada, tem sua exposição violada e sua expressão reprimida. (*Ibidem*. p. 129-130).

³²⁵ *Ibidem*. p. 92.

inteligência prático poiética.³²⁶

Dussel trata da exterioridade erótica como recorte da totalidade política, na qual descreve a relação homem-mulher e afirma que, por exemplo, o uxiricídio tem como contrapartida a ideologia erótico-machista, de modo que nesta configuração “a mulher não é; é somente objeto, como o era na política o índio, o africano, o asiático, as nações pobres, as classes oprimidas, o pobre”³²⁷.

É preciso não deixar de considerar que a mulher pode estar em posição de totalização ou dominação por duas ordens, uma vez que

a mulher popular, a mulher periférica, acaba sofrendo assim um duplo embate, uma dupla violação: violada por ser uma cultura e nação oprimida, por ser membro de uma classe dominada, por ser mãe de sexo violentado. Mulher pobre dos pobres do mundo. Mulher índia, africana, asiática. Vitimas [...] da ideologia machista.³²⁸

Desta forma é que há a necessidade de ruptura com estas ordens, para que haja presença de respeito, de (re)conhecimento e de responsabilidade às mulheres (outro) como forma de negação da totalização, fim da objetificação, “condição sem a qual é impossível a normalidade não patológica nem repressiva do éros”³²⁹, para que o outro, enquanto mulher violada avance como desafiadora, “interpelante, provocante, desde além [...] do mundo.”³³⁰

Para tanto, para a realização do caminho da Libertação do outro, da mulher, parte-se para o método analético apresentado por Dussel como momento analético, retomando-se que para além da totalidade está a exterioridade que somente existe se presente a liberdade humana³³¹ e “analético quer indicar o fato real humano pelo qual todo homem, todo grupo ou povo [...], se situa sempre “além” (*anó-*) do horizonte da totalidade”.³³²

Confome escrito por Dussel,

O método analético é a afirmação da exterioridade: não é somente negação da negação do sistema desde a afirmação da totalidade. É superação da totalidade, mas não só como atualidade do que está em potência no

³²⁶ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 27-28.

³²⁷ *Ibidem*. p. 88.

³²⁸ *Ibidem*. p. 90.

³²⁹ *Ibidem*. p. 91.

³³⁰ *Ibidem*. p. 129.

³³¹ *Ibidem*. p. 163.

³³² *Ibidem*. p. 163.

sistema. É superação da totalidade desde a transcendentalidade interna [...] ou da exterioridade, o que nunca esteve dentro. Afirmar a exterioridade é realizar o impossível para o sistema (não havia potência para isso), é realizar o novo, o imprevisível para a totalidade, o que surge a partir da liberdade incondicionada, revolucionária, inovadora.³³³

Ademais,

o método analético é a passagem ao justo crescimento da totalidade *desde o outro* e para “servi-lo” criativamente. A passagem da totalidade a um novo momento de si mesma é sempre dialética; [...] ³³⁴

Deste modo é que compreende-se que o método analético acontece em dois momentos vinculados, uma vez que enquanto primeiro momento (negativo) deve ocorrer a negação da negação para quebra das totalidades que são alienantes diante da ordem única do mesmo e com este movimento possibilitar o momento de (re)conhecimento da exterioridade do outro e do próprio ser reconhecedor, reconhecimento este marcado pela alteridade, elemento de vivência que atribui aspecto positivo ao método analético pelo (re)conhecimento da exterioridade do outro como outro e em sua vivência plena.

Assim, no método analético, as relações intersubjetivas são não-simétricas, de forma que

[...] sou responsável por outrem sem esperar a recíproca, ainda que isso me viesse a custar a vida. A recíproca é assunto *dele*. Precisamente na medida em que entre outrem e eu a relação não é recíproca é que eu sou sujeição a outrem; e sou “sujeito” essencialmente neste sentido.³³⁵

As relações humanas são em si relações intersubjetivas e que exigem o respeito e a responsabilidade, mas não a reciprocidade, que pode ou não estar presente, uma vez que as relações são não-simétricas na medida do que há de expectativa de recíproca, ou seja, a reciprocidade é assunto do outro, mas o (re)conhecimento da exterioridade e a negação da alienação totalizante devem ocorrer como marca das relações humano-humano .³³⁶

Na proximidade então vista pela relação intersubjetiva surge a necessidade

³³³ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 164-165,

³³⁴ *Idem*. **Método para uma filosofia da libertação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 196.

³³⁵ LÉVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito**. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70, 1982. p. 90.

³³⁶ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986.

de aproximação e também de manutenção de distância, uma vez que se autofundamentam e geram assim o caminho para o respeito, para a responsabilidade e ainda para a possibilidade de reciprocidade na relação entre humano-humano que são autônomos e também são próximos, operando a manutenção da distância como resguarda de cada identidade em si.³³⁷

Deste modo, partindo-se desde o início compreensivo, o desejo é a ressignificação das interrelações para quebra das estruturas que geram a condição de não-ser, que alienam, para que haja o respeito e o reconhecimento de si e do outro como outro (mulher), e assim trilhar as bases para quebra da alienação das exterioridades e ressignificar as vivências pelo método analítico e pela alteridade como libertação – alteridade como elemento de formação do humano, caminho este que nos dois próximos subcapítulos é apresentado para que a totalidade que aliena e provoca a dominação masculina seja rompida e assim a exterioridade do outro mulher seja (re)conhecida e respeitada, bem como com isto lançar um novo olhar para a leitura e compreensão do direito à identidade e do processo decisório a partir da alteridade enquanto elemento de realização prática das interrelações.

3.2 PELA CONSTRUÇÃO DA PRÓPRIA HISTÓRIA – A PROXIMIDADE NAS RELAÇÕES ENTRE AS SUBJETIVIDADES INEVITAVELMENTE PERMEANTES

Neste tópico será realizada a abordagem da compreensão da marca alébrica das individualidades em relação, visando caminhos de respeito e segurança à identidade que provoquem transformação para mitigação do desequilíbrio estrutural historicamente construído, produtor das vulnerabilidades às mulheres.³³⁸

Deste modo, conforme visto no subcapítulo anterior, todo início se dá com o outro, compreensão da proximidade originária na relação com o outro, enquanto caminho de respeito a humanidade do humano outro que isoladamente não permite atingir a humanidade desejada.

³³⁷ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 27.

³³⁸ Para leitura com abordagem e recorte de objeto diferente, mas relacionado, ver: SILVA, Jacson Leal da Silva; Sparenberger, Raquel Fabiana Lopes. **Desvelar da feminilidade – A construção da alteridade**. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia. Curitiba, v. 11, n. 11, p. 224-243, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/view/263/258>>. Acesso em: 09/03/2020.

Para tanto, tem-se na proximidade, enquanto encurtamento da distância permanente, a possibilidade do humano do humano, em suas expectativas, possibilidades, realizações e frustrações, visto que o reconhecimento do outro é o reconhecimento de sua exterioridade, da sua existência enquanto ser que vive e se relaciona.

Assim, o caminho é o da autenticação da relação da anterioridade anterior a toda anterioridade dos sujeitos, proximidades primeiras que são anteriores até mesmo a própria subjetividade dos seres em relação, e que se dá justamente com e para as formações interrelacionais, de modo que a responsabilidade pelo reconhecer e respeitar o outro (em sua exterioridade) evidencia a necessidade que ao outro seja dada a condição de ser ele enquanto distinto e assim o próprio ser que ao outro foi reconhecedor possibilita a integralidade do seu ser por não estar em isolamento excludente, mas sim em interrelação.³³⁹

Nesse sentido é a compreensão de que o mundo de cada ser para além do próprio também faz parte da relação com o mundo do considerado outro e a responsabilidade por esta percepção, para que os mundos ocorram em interrelação altérica, é que permite a ocorrência fluida da aproximação no originário de cada ser, ressaltando-se que a responsabilidade não significa necessariamente o encontro da reciprocidade, mas é representativo do trilhar altérico.³⁴⁰

A relação humano-humano, então, é de proximidade e deve ser vivenciada de forma diferente da relação entre homem e objeto (como proxêmica), pois nesta a direção do sentido permite ser apenas única diante da atribuição de sentido e assujeitamento feito pelo ser e a seu critério (solipsismo/discricionariedade), enquanto imposição de significado e utilidade às coisas³⁴¹, ao passo que na relação humano-humano a caracterização ocorre pelo respeito, pelo (re)conhecimento e pela busca de quebra das negações das exterioridades, sem possibilidade de permanência de qualquer grau de exclusão. Assim, o ato de aproximação com o outro, como responsabilidade, visa respeitá-lo e reconhecê-lo em sua exterioridade e em seu espaço, o compõe e é o fundamento da libertação – vivências altéricas, sem a necessidade de espera da recíproca.³⁴²

³³⁹ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 57.

³⁴⁰ *Ibidem*.

³⁴¹ *Ibidem*. p. 23.

³⁴² *Ibidem*.

Desta forma, o caminho respeitador da exterioridade do outro é a condição para que as relações intersubjetivas se fortaleçam e abram espaço para a presença da humanidade do humano de cada ser, uma vez que na exclusão e alienação pela totalização ocorre a negação do outro e assim também a negação da humanidade do humano.³⁴³

Assim, o caminho é ressignificar as relações identitárias para estarem pautadas na alteridade, no reconhecimento de si e do outro como outro, é quebrar a totalização da exterioridade - ressignificar a subjetividade pelo método analético (negação da negação da exterioridade (que representa a totalização alienante) e afirmação da exterioridade (que representa o fundamento central da Libertação)) e pela alteridade como Libertação – alteridade enquanto olhar respeitador, reconhecedor e afirmador para real sentido subjetivo das identidades. Cada ser é uma subjetividade, é uma exterioridade na realidade, para além do mundo que é, e tem em sua exterioridade também o exterior do outro, ou seja, características do outro outro exterior ao outro outro, eu, de forma que então a proximidade, como proximidade originária, está intrinsecamente ligada ao humano.³⁴⁴

Deste modo, nas relações que marcam as vivências das mulheres a realização altérica deve se fazer presente, enquanto criação de ambientes e relações adequadas para que todo o ser (mulher) seja igualmente reconhecido em sua exterioridade e ainda em suas distinções. Ainda que na vivência do dia a dia ocorram encontros e desencontros com outros humanos e humanos outros, o que gera afastamento da proximidade – vivência na distância, a busca é para a realização da proximidade enquanto não possibilidade do afastamento (negação), mas sim atingir respeito à exterioridade.³⁴⁵

Isto porque, o ato de aproximação primeira ocorre no instante da vida, sendo que negar a totalização da exterioridade do outro é compreender a realidade do outro de forma altérica, sem que ocorra o solipsismo do eu nas inter-relações. Proximidade como essência do humano que eleva a sua humanidade pela vivência no encurtamento da distância.³⁴⁶

O trilhar observado é o de ultrapassar o processo de alienação (negação da exterioridade do outro ou totalização da exterioridade do outro), negar a negação da

³⁴³ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986.

³⁴⁴ *Ibidem*.

³⁴⁵ *Ibidem*. p. 24.

³⁴⁶ *Ibidem*.

exterioridade a fim de permitir o olhar direcionado para o outro-humano de forma a ultrapassar a visão do outro como função ou expectativa – relação de imposição de sentido.³⁴⁷

Na alienação a relação entre os seres (mulheres em relação com o mundo) há a sobreposição do interesse da dominação, o que impede a plenitude de vida para todos os seres em interrelação e em suas individualidades. O reconhecimento do outro como outro, como parte integrante e relevante na construção das realidades de vida individuais e coletivas é necessário para que não ocorram sobreposições do existir (assimetrias).

Os seres por muitas vezes praticam a reificação do outro, da mulher, ao negar a humanidade que nela habita e por consequência gera também sua autorreificação, totalidade de completa alienação, pois a existência plena somente ocorrerá através do outro por meio da proximidade, ao refundar a autoformação do corpo social em que está inserido.³⁴⁸

Nesse sentido é que

Na comunidade de comunicação *ideal* o Outro é sempre pressuposto (o paradigma é o da comunicação intersubjetiva), mas na *real* é excluído porque é silenciado. O outro como exterioridade é o que está “fora” e não tem acesso a efetiva argumentação. É afetado, porém não é participante. Esse é o nível abstrato ou geral. [...] [Assim], silenciado é o dominado em cada um dos níveis no interior do sistema (político, erótico, pedagógico, jurídico).³⁴⁹

Desta forma, a totalidade está como aniquilação do não-ser que é não-ser por ter negado o humano do humano que nele habita e conhecido apenas o humano como função e expectativa. Olhar o outro e reconhecer o humano do humano é criar ao outro e a si novos caminhos de argumentação e com isso aprimorar a busca da relação identitária aléfrica para as mulheres, uma vez que a oposição da negação do outro é negar a negação do outro e assim alcançar a afirmação do outro com respeito a aproximação e a distância³⁵⁰, uma vez que a relação de negação gera

³⁴⁷ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986.

³⁴⁸ *Ibidem*.

³⁴⁹ LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma Filosofia jurídica da libertação**: paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo. Florianópolis: Conceito Editora, 2006. p. 137-138.

³⁵⁰ Há pressuposto de certa distância na proximidade enquanto compreensão de que na ausência de certa distância (respeitadora) a relação acaba em um só - unicidade - que nada mais representa a totalidade enquanto negação da exterioridade das subjetividades. (DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986.)

unicidade pela imposição de sentido e não proximidade respeitadora.³⁵¹

Assim,

A participação na comunidade argumentativa só é possível, portanto, posteriormente ao ato de reconhecimento da exigência de ser parte. A exterioridade como categoria hermenêutica fundante legítima e confere justiça à tal exigência. A exigência impõe-se desde fora da totalidade (inclusive jurídica) vigente. [...] Além do horizonte da “mesmidade” (redução da diferença ao Mesmo do sistema) está a alteridade (o direito não redutível [...]).³⁵²

A não separação aniquila o humano do indivíduo, uma vez que por meio do olhar ampliativo e linguagem acolhedora surgem seres participativos em relação a formação e desenvolvimento de suas identidades, enquanto que com a ausência de reconhecimento do humano no outro, haverá exclusão daquele ao qual não é atribuída condição de participar, mas apenas resta-lhe o condicionamento às outras opiniões. Transformar esta barreira posta é reconhecer “a exterioridade do outro como outro; não como parte do sistema”³⁵³, uma vez que na negação do outro, este permanece como momento não reconhecido, sendo necessária a negação da negação e a afirmação da exterioridade do outro.

Romper a totalidade alienante, romper com elementos que obscurecem e invisibilizam o outro que faz parte da relação é necessário para que haja abertura a multiplicidade do viver (seres e suas identidades), de modo que a alteridade representa o elemento que garante a visão do outro como outro - pelas lentes do outro, para compreensão do mundo do outro, sem assujeitar a realidade do outro, como garantia de autonomia de respeito, (re)conhecimento e responsabilidade sem exigência de reciprocidade, por relações que são inevitavelmente permeantes - relações de compreensão e de vivência acontecem em intersubjetividade – e nestas ocorre a influência simultânea, isto é, um ser em relação influencia o outro ser em relação e ao mesmo tempo é influenciado por aquele ser que é parte da relação, representação da presença da alteridade para que as relações sejam marcadas por respeito e não por totalização do outro.³⁵⁴

³⁵¹ DUSSEL, Henrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986. p. 27.

³⁵² LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma Filosofia jurídica da libertação**: paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo. Florianópolis: Conceito Editora, 2011. p. 139.

³⁵³ *Ibidem*. Op. cit. p. 53.

³⁵⁴ *Ibidem*.

Assim, a alteridade passa pela compreensão de que todo ser interage e interdepende de outro ser, de modo que a existência de cada ser em relação só é plena havendo o reconhecimento do outro que é distinto – mulher, enquanto abertura para aceitação entre os seres que se relacionam. Alteridade como elemento de interrelação humana.

Dito de outra maneira, alteridade e identidade como praxis do reconhecimento do outro e da plenitude do viver, de forma que cada ser (mulher) possa se desenvolver e construir sua própria história de vida sem a presença de limitações e negações que são excludentes de possibilidades e realizações, de modo que a multiplicidade do viver, jamais com bases unitárias de reconhecimento, represente a marca central das relações intersubjetivas diante da necessidade de conexão em reconhecimento, respeito e responsabilidade – vivência altérica, Libertação.

A compreensão da marca altérica das interrelações é configuradora de respeito e segurança à identidade, de modo que com este olhar e vivência há provocação e força para transformação enquanto ruptura do desequilíbrio estrutural historicamente construído que é produtor das vulnerabilidades impostas às mulheres, isto é, a totalidade que aliena e permite a dominação masculina deve ser rompida e assim (re)conhecida e respeitada a exterioridade do outro mulher, lançando-se um novo olhar para a leitura e compreensão do direito à identidade.

Desta forma é que a formação identitária dos indivíduos e a segurança de possibilidades e alternativas às mulheres para o desenvolvimento de suas potencialidades (realização daquilo que desejam sem a presença de estruturas limitadoras) atreladas à Constituição representadora do ponto inicial e do ponto final de entrega do direito, com presença de alteridade enquanto elemento possibilitador da ocorrência desejada do caráter intersubjetivo deve estar presente nas relações sociais e no processo compreensivo, o qual ocorre apenas em relação e não em isolamento, de modo a atingir o reconhecimento das relações identitárias da lei e da própria identidade do intérprete/julgador, para busca de compreensão adequada que represente força motriz de observância do direito fundamental à identidade enquanto marca da visão altérica.

3.3 DESVELAMENTO CONSTITUCIONAL: A ALTERIDADE ENQUANTO CAMINHO PARA A VIVÊNCIA CONSTITUCIONAL – O DIREITO FUNDAMENTAL À IDENTIDADE COMO EFETIVAÇÃO DEMOCRÁTICA DA MULTIPLICIDADE DO VIVER

Neste momento de escrita, visa-se realizar a conexão dos aportes teóricos desenvolvidos nos capítulos e títulos anteriores de modo a trilhar um possível caminho para a vivência das relações humanas e as experiências vivenciadas pelas mulheres de modo a ressignificar estas experiências, bem como influenciar na realização da interpretação, compreensão e aplicação do direito enquanto desvelamento constitucional com marca presente da alteridade e pela representatividade de reconhecimento e promoção do direito à identidade .

Adiante, vive-se em um Estado Social Democrático de Direito, com ideais garantistas que buscam concretização na realidade da vida dos indivíduos. Nessa linha, o Poder Judiciário toma protagonismo quando se trata de realização de direitos constitucionalmente assegurados que necessitam da tutela jurisdicional e de modo ainda mais específico, toma protagonismo o intérprete-julgador.³⁵⁵

Assim, conforme abordagem realizada no segundo capítulo, para que o ser do humano seja descoberto e também como forma de observância e respeito a Constituição Federal, é preciso compreender a temporalidade da realidade da vida de cada individualidade enquanto atribuição de sentido pelo passado, pelo presente e pelo futuro, posto que o presente, de forma isolada, condiciona a realidade, é limitativo, razão pela qual é necessário fundir os horizontes do passado, como memórias, e do futuro, como projeções, para que o presente não encubra o ser, mas para que ocorra o desvelamento.³⁵⁶

Nesse sentido, enquanto busca do desvelamento do sentido constitucional, é que a resposta constitucionalmente adequada surge ao apresentar os caminhos e as necessidades para que o processo decisório ocorra com respeito à autonomia do direito, sem a presença de discricionariedade e com ocorrência de integridade e coerência, para que seja então atingido o ser do texto, para que ocorra o *Dasein* e o texto constitucional se encontre desvelado para que frente aos casos concretos seja

³⁵⁵ STRECK, Lenio Luiz. **O que é isto – decido conforme minha consciência?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

³⁵⁶ HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

conhecido, interpretado e aplicado.

Quanto a autonomia do Direito³⁵⁷, conforme Streck, há o destaque da sua relação com os “compromissos institucionais, como a visão de que a decisão jurídica não é produto de escolhas, mas, sim, é um dever de buscar a *resposta correta* enquanto um direito fundamental em favor do cidadão no Estado Democrático de Direito.”³⁵⁸

O Estado Democrático de Direito e a concepção de democracia neste Estado assim ocorre diante da indissociável relação com a autonomia do Direito, uma vez que o “elevado grau de autonomia do Direito é condição de possibilidade para que o Constitucionalismo Contemporâneo propague uma atuação democrática do Estado”, isto é, as questões, morais, políticas e econômicas devem ser debatidas em seus âmbitos, de modo que “no âmbito (autônomo) do Direito – só se podem desconsiderar as decisões políticas tomadas em contraste com o sistema de garantias construído pela Constituição de 1988” e do mesmo modo considerar as decisões políticas tomadas em consonância com o texto constitucional.³⁵⁹

Com esta compreensão, observa-se que diante de um regime democraticamente estabelecido e com presença do escudo de blindagem do Direito em razão de “elevado grau de autonomia, o magistrado faz escolhas apenas em sua vida privada; já no âmbito do Poder Judiciário, suas decisões devem lançar argumentos de integridade e coerência, que emanam da própria comunidade política.”³⁶⁰

Assim, ainda considerando o caminho da resposta constitucionalmente adequada, a ausência de discricionariedade também é marca do processo decisório, razão pela qual

³⁵⁷ “A autonomia do Direito é, nesse sentido, compreendida como a sua dimensão de substância autônoma em face à política, à economia e à moral. Mas a autonomia não deve e não pode ser entendida como autonomia em relação à fontes de produção. Autonomia não quer dizer autônoma separação do Direito da moral (*lato sensu*, entendidos como discursos morais também políticos e econômicos). Metaforicamente, a autonomia do Direito representa a blindagem ou resistência contra os seus predadores “naturais”, exógenos e endógenos. Com efeito, a moral, a política e a economia, embora sejam fundadores cooriginários ao Direito, institucionalmente passam a buscar espaços na ossadura jurídica estatal. Esse é o jogo democrático. Dentro das regras, é legítimo que os diversos discursos busquem alterar, suprimir ou acrescentar normativas legais-constitucionais. Qualquer alteração, supressão ou acréscimo fora das regras do jogo significará fragilização da autonomia do Direito.” In: STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 26.

³⁵⁸ *Ibidem*. p. 25.

³⁵⁹ *Ibidem*. p. 32.

³⁶⁰ *Ibidem*. p. 32-33.

É preciso compreender que a redefinição do papel exercido pelo Poder Judiciário não elevou sua posição institucional a uma atuação totalmente arbitrária, livre de qualquer controle democrático. Portanto, impedir a manifestação de ativismos judiciais contribui para a institucionalização de uma verdadeira blindagem contra os predadores da autonomia do Direito. Em outras palavras, a autonomia do Direito é a sua umbilical ligação com a dicotomia “democracia/constitucionalismo” que exigem da Teoria do Direito e da Constituição uma reflexão de cunho hermenêutico.³⁶¹

Os limites entre o Direito e a moral, a política e a economia, são fortalecidos pela busca de não espaço para ocorrência de discricionariedade, o que é possível no âmbito do Estado Democrático de Direito,³⁶² ressaltando Streck, uma vez mais, a necessidade de realização de constrangimentos epistemológicos que envolvam “tanto o poder público quanto a formação de seus atores (ensino jurídico) e proclame um direito incondicionalmente autônomo.”³⁶³

Diante desta compreensão, tem-se que não há espaço para o assujeitamento dos sentidos dos textos, das relações e dos casos concretos, de modo que o solipsismo está “na contramão desses constrangimentos cotidianos, do mundo vivido. No Direito, em face do lugar da fala e da sua autoridade, o juiz pensa que pode – e, ao fim e ao cabo, assim o faz – assujeitar os sentidos dos textos e dos fatos”.³⁶⁴

A ocorrência do desvelamento importa que a Constituição constranja “o aplicador (juiz ou tribunal). Por isso o lema hermenêutico é: deixemos que os textos nos digam algo. Deixemos que a Constituição dê o seu recado. Ela é linguagem pública. Que deveria constranger epistemicamente o seu destinatário, o juiz.”³⁶⁵

O caminho de busca e desvelamento dos textos, da Constituição Federal, passa por estas perspectivas e é atingido com a ocorrência da compreensão, a interpretação e da aplicação de forma sincrônica, razão pela qual

a compreensão, condição de possibilidade para a interpretação, pressupõe uma antecipação de sentido, a integração da parte que deve ser compreendida em um conjunto preconcebido. A compreensão é, pois, um

³⁶¹ STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 32-33.

³⁶² *Ibidem*. p. 33.

³⁶³ *Ibidem*. p. 33.

³⁶⁴ *Ibidem*. p. 418.

³⁶⁵ *Ibidem*. p. 418.

processo de aproximação em desenvolvimento. Este processo desenvolve-se no tempo, pondo em jogo o indivíduo com sua história vital e o contexto das tradições sociais (pré-compreensão). Como não se está falando de contemplação (de um sujeito frente a um objeto, como no paradigma da filosofia da consciência), e sim no desenvolvimento de uma aproximação, que se produz de forma circular, o sujeito e o objeto se aproximam, em um processo de compreensão, um ao outro, e se pressupõe mutuamente nos diferentes níveis de aproximação.³⁶⁶

A aproximação é condição que permite a compreensão do texto que tem algo a dizer, sendo que a interpretação não ocorrerá partindo de um “grau zero de sentido”, do mesmo modo que o Direito não está “preso aos limites pré-concebidos de uma determinada tradição. Interpretação jurídica quer dizer: o grau de autonomia do Direito que deve ser preservado está assentado em “propósitos””, e a Constituição Federal, ao estabelecer e constituir o Brasil em um Estado Democrático de Direito, coloca “à disposição dos juristas os instrumentos para a sua implementação, é dizer, a função social do Estado; e se ela, a Constituição Federal, não é aplicada, então não há função social do Estado.”³⁶⁷

Nesse sentido, “sem poder-dizer-desvelar o sentido do ser do Estado Democrático de Direito [...]” ocorrem más compreensões, posto que a consideração como válidos para “os textos jurídico-normativos do sistema jurídico somente podem ser [...] se interpretados em conformidade com a Constituição”, e se a condição de possibilidade para a interpretação é a compreensão, se esta não ocorrer, todo o caminho não estará passível de ser seguido e observado.³⁶⁸

O texto constitucional, então, constituído e que constitui, é marcado pela presença das mulheres constituintes que representaram frente na Assembleia Constituinte nos anseios e nas lutas das mulheres brasileiras, de modo que a compreensão constitucional e o momento de realização do processo decisório devem representar o caminho de reconhecimento do momento constituinte para afirmação dos direitos das mulheres e ruptura com estereótipos³⁶⁹ que são

³⁶⁶ STRECK, Lenio Luiz. **Para além da retórica, uma hermenêutica jurídica não relativista**. 13-27. p. p. 21-22. In: **Interpretação, Retórica e Linguagem**. STRECK, Lenio Luiz (Coord.); LEITE, George Salomão (Coord.). Salvador: Juspodivm, 2017.

³⁶⁷ *Ibidem*. p. 23-24.

³⁶⁸ *Ibidem*. p. 25.

³⁶⁹ “Cuando un tribunal se deja influenciar por estereotipos, juzga al individuo basado en sus ideas acerca del grupo particular y no en los hechos relevantes respecto de esa persona y las circunstancias de ese caso específico. Los estereotipos de género son creencias sobre los atributos de mujeres y hombres, que cubren desde rasgos de personalidad (las mujeres son más subjetivas y emocionales, los hombres son objetivos y racionales), comportamientos (las mujeres son más pasivas sexualmente, los hombres son más agresivos en ese plano), roles (las mujeres deben asumir las

subordinantes, a fim de que a Constituição não seja encoberta e não ocorram assujeitamentos excludentes.³⁷⁰

Desta forma, a observância da *applicatio*³⁷¹ é de extrema relevância, uma vez que o solipsismo enquanto ato de decidir variável conforme a consciência de cada julgador ocorre pela ausência da observação do momento conjunto de relação de acontecimento da compreensão, interpretação e da aplicação, sendo que o solipsismo caracteriza o caminho inverso ao desejado desvelamento constitucional, para trazer o direito em questão é necessário anteriormente, em processo de resultado unívoco por meio da contemplação mútua, sincrônica e harmoniosa da compreensão, interpretação e mesmo aplicação de sentido ao existente direito pela temporalidade.³⁷²

A atribuição de sentido-valor ao direito deve analisar este como integrante da representação do ser-no-mundo, de forma a contribuir para a essência do ser em sua compreensão.³⁷³ Ainda, a compreensão do ser em sua realidade de vida é condição de possibilidade de atribuição de sentido ao existente, ou seja, para a compreensão é necessário ultrapassar a relação sujeito-objeto a fim de pensar o existente por meio da relação humano-humano.³⁷⁴

O cuidado se faz necessário sempre que

Os juristas tentam desenvolver um discurso que enuncia a tranquilidade de uma vida social amparada pelas palavras de uma lei que simula prever todas as possibilidades de conflitos: a famosa segurança jurídica. A fundação de um território onde as diferenças são negadas e as incertezas são simbolicamente absorvidas em nome de uma lei que consegue subordinar as instâncias do poder e seus significados: é uma enciclopédia

tareas de cuidado y el hombre ser el proveedor), características físicas (las mujeres son más débiles que los hombres) y de apariencia (los hombres deben ser masculinos), ocupaciones (las carreras de armas no son para las mujeres, los hombres no pueden ser parvularios) y supuestos de orientación sexual (las lesbianas son egoístas y no priorizan el interés de sus niños; los gays son promiscuos).” (UNDURRADA, Verônica. **¡Cuidado! Los estereotipos engañan (y pueden provocar injusticias.** Março de 2017. Disponível em: <<https://noticias.uai.cl/columna/cuidado-los-estereotipos-enganan-y-pueden-provocar-injusticias/>>. Acesso em 18/10/2020).

³⁷⁰ Para leitura que aborda a inclusão da perspectiva de gênero em decisões judiciais ver: BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; DEMETRIO, André. **Quando o gênero bate a porta do STF: a busca por um constitucionalismo feminista.** Revista Direito GV, v. 15, n. 3. São Paulo, 2019.

³⁷¹ Consultar nota de rodapé número 239 deste trabalho.

³⁷² STRECK, Lenio Luiz. **O que é isto – decido conforme minha consciência?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

³⁷³ MELLO, Cleyson de Moraes. **Hermenêutica filosófica de Heidegger.** É: Revista Ética e Filosofia Política. Número XVII – Volume II – dezembro de 2014. Disponível em: <www.ufjf.br/eticaefilosofia>. Acesso em: 09/08/2017.

³⁷⁴ HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo.** Petrópolis: Vozes, 2005.

disfarçada em clara violação do princípio de realidade.³⁷⁵

Assim, a compreensão das relações sociais que são excludentes para as mulheres, atrelada a compreensão do processo decisório^{376 377} a partir da Crítica Hermenêutica do Direito de Streck para apresentação da resposta constitucionalmente adequada apontam para a forma de relacionar o direito ao ser humano e que deve haver o rompimento do solipsismo por meio do desvelamento daquele que compreenderá e aplicará o Direito e também do desvalamento do próprio Direito, isto enquanto caminho de compreensão e aplicação do Direito pelo ciclo hermenêutico, de forma Heideggeriana, com a observância da temporalidade do Direito – fluxo entre passado, presente e futuro, atribuindo-se sentido ao Direito, enquanto existência como ser-aí que está desvelado pela temporalidade.³⁷⁸

Deste modo, no processo decisório há intrínseca relação intersubjetiva entre o intérprete/julgador e o jurisdicionado - mulher parte do e no processo, de forma que ao ocorrer a visibilidade desta enquanto protagonista do caso concreto posto, o próprio mundo do intérprete/julgador é desvelado, a garantia do mundo do outro (mulher) possibilita a garantia do mundo do intérprete/julgador, com respeito às suas temporalidades, espaço e tempo das ocorrências vivenciais, atinge-se a visão do rosto dos seres, não mais encobertos pela máscara assujeitadora que os impedem

³⁷⁵ WARAT, Luís Alberto. **O amor tomado pelo amor**: crônica de uma paixão desmedida. In: **Territórios desconhecidos**: A procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da reconstrução da subjetividade. v. I, Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 349.

³⁷⁶ Em sentido de leitura de visualização enquanto um caminho de busca voltado para a afirmação das identidades das mulheres nos processos decisórios judiciais conferir: SILVA, Christine Petter da **Entre laços e nós são tecidos os direitos fundamentais da mulher**. Revista Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2016-jun-18/observatorio-constitucional-entrelacos-sao-tecidos-supremo-direitos-mulher>>. Acesso em: 11/10/2020; SILVA, Christine Petter da. GOMIDE, Carolina Freitas. **Constitucionalistas constituintes: uma agenda para o Brasil**. p. 44-52 In: NOWAK, Bruna. (Org.); SILVA, Christine Oliveira Petter da. (Coord.); BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz (Coord.); FACHIN, Melina Girardi (Coord.). **Constitucionalismo Feminista**: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero. v.2. Salvador: Juspodium, 2020; CLÉRICO, Laura. **Derecho Constitucional y Derechos Humanos: haciendo manejable el análisis de estereótipos**. p. 107- 140. In: NOWAK, Bruna. (Org.); SILVA, Christine Oliveira Peter da. (Coord.); BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz (Coord.); FACHIN, Melina Girardi (Coord.). **Constitucionalismo Feminista**: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero. v.2. Salvador: Juspodium, 2020;

³⁷⁷ Para leitura de julgamento com perspectiva de gênero, consultar protocolo que pode servir também como fonte para pensar o processo decisório no Brasil: “Protocolo para juzgar con perspectiva de gênero: haciendo realidad el derecho a la igualdad” (SUPREMA CORTE DE JUSTICIA DE LA NACIÓN (MÉXICO)). **“Protocolo para juzgar con perspectiva de gênero: haciendo realidad el derecho a la igualdad”**. Disponível em: <http://archivos.diputados.gob.mx/Comisiones_LXII/Igualdad_Genero/PROTOCOLO.pdf> Acesso em: 11/10/2020).

³⁷⁸ HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

de interpelar e serem parte de todo processo de suas próprias existências e da existência do mundo.

Nesse sentido, cada ser possui a sua historicidade, isto é, sua condição de espaço e tempo na qual pode e deve ser compreendido, razão pela qual o autorreconhecimento identitário e reconhecimento identitário dos seres no âmbito social e jurídico, sem que ocorram níveis de assimetria, invisibilidades ou não compreensões, representa a possibilidade de segurança à multiplicidade do viver em suas variadas ocorrências vivenciais (cada ser e cada ser em interrelação). Assim, no processo decisório judicial, a observação da identidade do texto constitucional, da identidade do intérprete/julgador e da identidade do outro que está na relação do caso concreto é exigida para o alcance dos sentidos (dos seres que são) que as representam. O ocorrência da compreensão faz notar que todas as relações acontecem em relações de intersubjetividade, assim como a compreensão no processo decisório judicial, não bastando, entretanto, apenas dizer a intersubjetividade, é preciso reconhecer “também [que] a intersubjetividade há de ser autêntica para que os sentidos por esta atribuídos assim o sejam.”³⁷⁹

Deste modo, é com o momento de reconhecimento de que as relações são marcadas por intersubjetividade que surge a necessária garantia do direito à identidade para que cada subjetividade (identidade) se desenvolva da maneira que se compreende e compreende a sua vivência identitária, esse processo de compreensão da identidade está presente no momento de ocorrência do processo decisório judicial, diante da observância do desvelamento constitucional para que a historicidade da Constituição se faça presente, para que não ocorram assujeitamentos. Com isto, a partir da vivência das mulheres e da segurança, garantia e respeito de uma multiplicidade identitária é que cada ser se reconhecerá e será reconhecido, permitindo-se a presença de um ambiente democrático e da mesma forma a democracia enquanto condição de possibilidade para o espaço de reconhecimento e respeito as igualdades (humano-humano) e as diferenças (humano-humano), os seres e suas identidades próprias.

Diante desta compreensão, é que surge a apresentação do elemento alteridade, compreendido a partir da filosofia da libertação dusseliana, enquanto

³⁷⁹ STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020. p. 414.

elemento altérico de vivência que deve ser integrador e central de marca das relações sociais e jurídicas vivenciadas pelas mulheres, ou seja, a alteridade como vivência concreta de cada identidade (identidade das mulheres, da Constituição e de cada processo decisório) e suas interrelações sociais e que são marcas do processo decisório que possibilitará que a leitura já parta do ponto de reconhecimento e respeito do outro mulher que está na interrelação.

Permeiar a alteridade no momento hermenêutico vinculado ao processo decisório judicial e nas relações sociais de reconhecimento identitário, é especialmente trilhar o caminho de busca para desvelamento e afirmação do texto constituição e também para quebra de assimetrias em razão da dominação do masculino, o qual é marca das relações vivenciadas pelas mulheres enquanto relações de invisibilidade, por estabelecer o que pode ser compreendido, o que é possível de ser vivenciado e desenvolvido pelas mulheres, o que é aceito, impondo limites às suas potencialidades e desejos de vida.³⁸⁰

Assim, estabelecida a centralidade, a base de presença da alteridade que vai possibilitar as relações pelo reconhecimento e respeito ao outro, considerando o mundo de existência do outro - espaço para que o outro traga por ele mesmo, por suas lentes a sua vivência, com esse cenário altérico, poderá surgir o espaço de

³⁸⁰ O caso em que foi autora a atriz Maitê Proença (ação proposta diante de publicação não autorizada, realizada por um jornal, de imagem nua da atriz - extraída de um ensaio feito para a revista Playboy) e que tramitou perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, chegando ao Superior Tribunal de Justiça (Resp 270730/RJ) pode ser observado a partir do que constou no julgamento proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro como exemplo de processo decisório marcado por noções da dominação do masculino e de imposição às mulheres de noções e estereótipos relacionados a imagem do que é aceito ou não, bem como da forma de tratamento frente as vivências das mulheres, uma vez que, dentre outras frases, constou no julgamento (TJRJ), para indeferimento do pedido de danos morais, que “[...] *Só mulher feia pode se sentir humilhada, constrangida, vexada em ver seu corpo desnudo estapado em jornais ou em revistas. As bonitas, não. Fosse a autora uma mulher feia, gorda, cheia de estrias, de celulite, de culote e de pelancas, a publicação da sua fotografia desnuda - ou quase - em jornal de grande circulação, certamente lhe acarretaria um grande vexame, muita humilhação, constrangimento enorme, sofrimento sem conta, a justificar - aí sim - seu pedido de indenização de dano moral, a lhe servir de lenitivo para o mal sofrido. Tratando-se, porém, de uma das mulheres mais lindas do Brasil, nada justifica pedido dessa natureza, exatamente pela inexistência, aqui, de dano moral a ser indenizado.*” (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Recurso Especial nº 270330/RJ (2000/0078399-4)**). O contido neste julgamento é contrário a ordem constitucional e representa absurdo, para dizer o mínimo. Assim, não deve haver espaço para assujeitamentos e discricionariedades de imposição de concepções pessoais e de estereótipos, como observado no caso citado. Deste modo é que diante da presença do momento altérico haverá o (re)conhecimento e o respeito às subjetividades identitárias, passando-se pelo desvelamento das relações (Constituição, intérprete/julgador e caso concreto) e quebra dos assujeitamentos decorrentes da construção social historicamente posta, de modo que a leitura do direito em relação com o caso concreto a partir de um processo decisório marcado pela alteridade e busca da resposta constitucionalmente adequada representa o caminho das afirmações identitárias em plenitude de respeito e não comporta qualquer grau de decisionismo inconstitucional e feridor da necessária consideração das relações intersubjetivas que marcam o direito e os casos concretos.

inserção da libertação das vivências das mulheres. O olhar pela alteridade também é representativo da possibilidade de toda a compreensão de que as relações foram e são construídas socialmente e que por estas construções assimetrias existem e invisibilizam as identidades e as possibilidades de vivência das e pelas mulheres, do mesmo modo que limitam direitos e restringem oportunidades. Ademais, os momentos de compreensão, interpretação e aplicação do direito no processo decisório também marcados pelo olhar altérico promovem a ruptura com assujeitamentos decisórios que são excludentes ou não reconhecedores.

Se o olhar altérico permite que reconheça-se e traga a tona a presença destas assimetrias e invisibilidades, pode-se trilhar o caminho de abertura de espaço para que haja o rompimento dessas formas de relação que geram contexto de invisibilidade. Ainda, considerando que as relações e contextos se permeiam de modo que não há uma divisão entre a perspectiva das identidades e vivência das mulheres e os contextos social, político e jurídico, já que lidos como mundos que estão em interrelação, a alteridade permitirá que a visão e compreensão dessas interrelações ocorram de forma mais reconhecedora e respeitadora, de modo que simultaneamente os contextos aconteçam, permeiem-se e haja interrelação libertadora - a perspectiva do olhar identitário das mulheres estará inserido no contexto do processo decisório, o qual pelo olhar altérico também permite a interrelação e consideração destas vivências.

Portanto, com o desvelamento do texto constitucional (inserido também o desvelamento dos textos legais amplamente considerados) e o caminho da resposta constitucionalmente adequada, juntamente com o reconhecimento e respeito às mulheres, como momento de ocorrência do método analético (negação das totalizações alienantes e afirmação das exterioridades) marcados pela alteridade atingem o caminho de visibilidade para os seres em interrelação, ou seja, os seres interpelantes são respeitados e reconhecidos - a identidade das mulheres em suas relações e como parte no processo judicial é considerada e afirmada de forma reconhecedora e respeitadora, evidenciando-se a responsabilidade pela aproximação (direcionar o olhar ao outro – mulher) e Libertação – exterioridades que são e fazem parte das relações!

CONCLUSÃO

A dissertação realizou abordagem inicial para compreensão das relações vivenciadas pelas mulheres com marca do pensamento masculino como dominante em razão da construção social historicamente posta, contexto que ocasiona ocorrências e permanências de momentos de limitação de oportunidades e mitigação de expectativas de realização de vida pelas mulheres, o que provoca assimetrias ao destinar às mulheres o lugar inferior nas relações e ao invisibilizar suas existências e buscas por realizações, em razão de padrões variados estabelecidos para imposição às mulheres do que é possível dentro do contexto construído, com a utilização, por exemplo, da linguagem como ferramenta de construção e compreensão dos papéis e processos sociais, que promovem a divisão prejudicial entre o público e o privado, mitigam os acessos das mulheres a recursos e oportunidades de possibilidades de alternativas para desenvolvimento de seus anseios e assim as invisibilizam, para, com esta abordagem, buscar ressignificar elementos diretamente relacionados às possibilidades existenciais das mulheres.

Enquanto abordagem ainda no primeiro capítulo, realiza-se o estudo do direito à identidade como direito fundamental, considerando a necessidade de reconhecimento da relevância do desenvolvimento das personalidades atrelado aos direitos de igualdade e liberdade, para que desta forma as construções identitárias de vida sejam respeitadas e reconhecidas, a fim de que as relações sociais sejam marcadas por garantias e seguranças frente às construções que mitigam as potencialidades das mulheres, ou seja, a compreensão do direito à identidade como direito fundamental importa na consideração de leituras conjuntas dos âmbitos de proteção e da complexidade e pluralidade inerentes as vivências humanas, para que sejam evidenciadas as formações, as experiências, as percepções, a valorização e os horizontes de possibilidades que compõem as inter-relações como representativo de respeito e reconhecimento das autonomias e ao mesmo tempo da necessidade de reconhecimento das distinções - identidade como forma de não manutenção da percepção de idêntico que invisibiliza, mas como força estabelecidora de conexões que permitam a compreensão da identidade e atinjam a potencialização das potencialidades das mulheres como direito – existir em plenitude, sem limitações ou exclusões.

Considerando estas abordagens, foi realizada leitura para evidenciar as

movimentações, campanhas e lutas das mulheres em busca de espaço constitucional para alcançar e assegurar direitos, com a percepção de que o momento constituinte foi de extrema relevância, mas que ainda há a necessidade de enfrentamento de obstáculos de configurações sociais, jurídicas e políticas nas estruturas de vivência das mulheres, em busca de transformações do que está posto como ordem da vida para as mulheres, a fim de que estas em suas multiplicidades de experiências, expectativas, oportunidades e realizações possam traçar suas vidas como transformação para o respeito e reconhecimento da visão de si e do outro.

Outrossim, conforme abordagem realizada no segundo capítulo, o primeiro momento concentra-se na compreensão de base do que é considerado judicialização da política - representativa da atuação contingencial do Poder Judiciário vinculada à necessidade de observância da relação intrínseca entre a legislação e o caso concreto, bem como na abordagem da compreensão do que é o ativismo judicial - representativo da resposta que o Poder Judiciário oferece para questões objeto de judicialização, mas com presença de solipsismo (decisões pautadas na vontade do julgador e com caráter de assujeitamento a sua consciência), de forma que deve ser combatido enquanto quebra do decidir no qual há a não observação das identidades envolvidas, a fim de formar compreensão de distinção entre estas denominações de ocorrência para que confusões não ocorram e não gerem o enfraquecimento da jurisdição constitucional e da autonomia do direito.

No segundo momento, ainda no âmbito do segundo capítulo, passa-se a provocação de reflexão voltada à compreensão de que o ato hermenêutico é a marca da atribuição de sentido ao texto constitucional, de modo a consolidar a perspectiva de que deve a Constituição representar o ponto inicial e o ponto final de entrega do direito, assegurando-se o caráter intersubjetivo que deve estar presente no processo compreensivo, de modo que é com a hermenêutica que se alcança o olhar compreensivo do direito à identidade, que deve ocorrer através de um momento integrador da aplicação, da interpretação e da compreensão enquanto *applicatio* para que assim haja a possibilidade do desvelamento do ser. Isto é, no momento em que o próprio intérprete/julgador intersubjetivamente coloca-se em ato de superação do ente que encobre o ser, este pode atingir o desvelamento do ser e então ao mesmo tempo em que desvela o ente para a chegada ao ser, alcança o

debate para compreensão do problema jurídico existente, enquanto efetividade constitucional pela busca de sentido do próprio elemento vivido existencial desvelado.

Diante dessa perspectiva, apresentou-se a teoria da decisão desenvolvida por Lenio Luiz Streck, diante da Crítica Hermenêutica do Direito, para a entrega de respostas constitucionalmente adequadas, marcadas pelo respeito à autonomia do direito, pela necessidade de fundamentação com a eliminação de qualquer grau de discricionariedade, pelo reconhecimento da fundamentação como dever do intérprete/julgador e como um direito fundamental em si dos jurisdicionados, bem como a manutenção da integridade e da coerência nas decisões, de modo que a entrega de resposta constitucionalmente adequada representa o caminho para assegurar o texto constitucional e assim os direitos fundamentais. Isto é, para que haja reconhecimento e respeito aos direitos fundamentais é preciso considerar o constitucionalismo reconhecido democraticamente como incompatível com qualquer grau de defesa de ativismo judicial, o qual é representativo de abertura de espaço para discricionariedade, atuação que não é compatível com a enunciação de garantia e realização de direitos fundamentais.

Somado aos aportes dos primeiros capítulos, no terceiro capítulo foi desenvolvida a correlação com a alteridade – elemento de vida prática que marca a visão do outro por meio do outro - nos processos que buscam uma nova perspectiva de olhar potencializador da vivência humana, das mulheres, a partir da Filosofia da Libertação de Henrique Dussel. Assim, partindo-se desta perspectiva é possível verificar que ao olhar o outro e reconhecer neste o humano do humano que nele habita, possibilita-se criar ao outro e a si novos caminhos de potencialização do viver, uma vez que o movimento é de negar a negação do outro – romper com a totalidade alienante, e então reconhecer o outro, antes oprimido, com respeito para aproximação e manutenção de distância (respeitadora do espaço e tempo do outro), para assim atingir a libertação da exterioridade do outro, da mulher, posto que enquanto não houver o reconhecimento do humano no outro, haverá a exclusão deste outro ao qual não é atribuída condição participativa, restando-lhe o condicionamento às imposições das dominações.

Deste modo é que há a perspectiva de ressignificação das interrelações para quebra das estruturas que geram a condição de não-ser, que alienam, para que

haja o respeito e o reconhecimento de si e do outro como outro (mulher), e assim trilhar as bases para quebra da alienação das exterioridades e ressignificar as vivências pelo método analético e pela alteridade como libertação – alteridade como elemento de formação do humano. Esta compreensão é necessária para que seja possível metamorfosear as relações de dominação estabelecidas ao longo dos tempos, isto é, transformar as antigas e atuais visões, como definição do que é possível de realização pelas mulheres, sem esquecer-se destas enquanto memória do anterior, para que não voltem a ser reproduzidas, ao contrário, para que possam ser ultrapassadas em decorrência da reflexão e conscientização da necessária experiência vivencial pautada no reconhecimento mútuo das potencialidades de todos os indivíduos.

O momento de escrita então passa para o desenvolvimento de um trilhar enquanto vivência aléfrica das relações sociais das e pelas mulheres, bem como enquanto marca do direito à identidade e realização da interpretação, compreensão e aplicação do direito enquanto desvelamento constitucional, de modo que haja observação de que a formação identitária dos indivíduos e a segurança de possibilidades e alternativas às mulheres é necessária para a realização daquilo que desejam sem a presença de estruturas limitadoras, atreladas a Constituição representadora do ponto inicial e do ponto final de entrega do direito, com presença de alteridade enquanto elemento possibilitador da ocorrência desejada do caráter intersubjetivo que deve estar presente nas relações sociais e no processo compreensivo, visando atingir o reconhecimento das relações identitárias da lei e da própria identidade do intérprete/julgador, para busca de compreensão adequada que represente força motriz de observância do direito fundamental à identidade enquanto marca da visão aléfrica.

Assim, com a compreensão conjunta do desvelamento do texto constitucional, da teoria da resposta constitucionalmente adequada e do reconhecimento e respeito às mulheres, como momento de ocorrência do método analético (negação das totalizações alienantes e afirmação das exterioridades) e com estes momentos marcados pela alteridade, o caminho de visibilidade para os seres em interrelação pode ser atingido. Isto é, a identidade das mulheres em suas relações e como parte no processo judicial é considerada e afirmada de forma reconhedora e respeitadora, evidenciando-se a responsabilidade pela aproximação (direcionar o

olhar ao outro – mulher) e alcance da libertação pelas exterioridades que são e fazem parte das interrelações.

Portanto, diante das relações sociais marcadas por construções históricas geradoras de invisibilidades e de mitigação de direitos às mulheres, a compreensão e o conhecimento da presença destas marcas nas relações devem ser consideradas no momento de leitura do direito à identidade e nos momentos de realização do processo decisório, inserindo-se nesta perspectiva o elemento alteridade para ocorrência desta realização prática, elemento vinculador das perspectivas de compreensão do direito à identidade, das relações sociais e dos processos decisórios, enquanto representativo de centralidade e basilar para a possibilidade de máximo respeito ao texto constitucional e aos direitos das mulheres por um novo olhar para as vivências sociais e para os processos decisórios judiciais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Eliene Amorim de; SILVA, Janssen Felipe da. **Abya Yala Como Território Epistêmico: Pensamento decolonial como perspectiva teórica.** Revista Interterritórios. v.1. n. 1. 2015. 42-64 p.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo.** Coleção Primeiros Passos. Abril Cultural/Brasiliense, 1981.
- BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz. **Jurisdição Constitucional: entre constitucionalismo e democracia.** Belo Horizonte: Fórum, 2007.
- BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; DEMETRIO, André. **Quando o gênero bate a porta do STF: a busca por um constitucionalismo feminista.** Revista Direito GV, v. 15, n. 3. São Paulo, 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: 1. Fatos e Mitos.** 4. Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: 2. A experiência vivida.** 2. Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática.** Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.
- BIROLI, Flávia. **Autonomia, opressão e identidades: a resignificação da experiência na teoria política feminista.** Revista Estudos Feministas, vol. 21 (1): 424, janeiro-abril, 2013, 81-105 p.
- BIROLI, Flávia. **Autonomia, preferências e assimetrias de recursos.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 31, nº. 90, fevereiro, 2016, 39-57 p.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. **Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes do Brasil.** Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituinte%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf>. Acesso em 11/10/2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11/10/2020.
- BRASIL. **Lei 7.353 de 29 de agosto de 1985.** Cria o Conselho Nacional dos Direitos

da Mulher – CNDM e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm#:~:text=L7353&text=LEI%20No%207.353%2C%20DE%2029%20E%20AGOSTO%20DE%201985.&text=Cria%20o%20Conselho%20Nacional%20dos,CNDM%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em

11/10/2020.

BRITTO, Melina Carla de Souza; BARBOSA, Claudia Maria. **A pró-atividade do Poder Judiciário e suas consequências**. Direitos sociais e políticas públicas I [Recurso eletrônico on-line]. Florianópolis: CONPEDI, 2018.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANOTILHO, JJ Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. Coimbra, Brasília, Porto Alegre e Belo Horizonte: Saraiva Jur, 2018.

CLÉRICO, Laura. **Derecho Constitucional y Derechos Humanos: haciendo manejable el análisis de estereótipos**. p. 107- 140. In: NOWAK, Bruna. (Org.); SILVA, Christine Oliveira Peter da. (Coord.); BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz (Coord.); FACHIN, Melina Girardi (Coord.). **Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero**. v.2. Salvador: Juspodium, 2020.

COSTA, Cláudia de Lima. **Feminismos descoloniais para além do humano**. Revista Estudos Feministas. v. 22. n. 3. 2014. 929-934 p.

DE MARCO, Crithian Magnus; FREITAS, Riva Sobrado de. **Pressupostos para o estudo dos direitos da personalidade na dogmática dos direitos fundamentais**. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia. Curitiba, v. 14, n. 14, p. 254-272, julho/dezembro de 2013. Disponível em:<<https://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/view/393/341>>. Acesso em: 09/03/2020.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986.

DUSSEL. **Método para uma filosofia da libertação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986.

DUSSEL, Enrique. **Europa, Modernidade e Eurocentrismo**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FACHIN, Melina Girardi; ROSA, Vitória Pereira. **O legado de Malala no Brasil atual: O cenário do Direito à Educação das meninas e mulheres a partir do constitucionalismo feminista**. In: NOWAK, Bruna. (Org.); SILVA, Christine Oliveira

Peter da. (Coord.); BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz (Coord.); FACHIN, Melina Girardi (Coord.). **Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero**. v.2. Salvador: Juspodium, 2020.

FARIAS, Cristiano Chavez de; ROSENVALD, Nelson. **Cursos de direito civil: parte geral e LINDB**. v. 1. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Traduzido por Márcia Sá Cavalcante Schulack. 14. ed. Parte I. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2005.

KOZICKI, Katya; BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz Barboza. **Jurisdição Constitucional Brasileira: entre Constitucionalismo e Democracia**. Revista Sequência. n. 56. Florianópolis, 2008. 151-176 p.

LAGE, Fernanda de Carvalho; ROCHA, Maria Elisabeth Guimarães Teixeira. **A Mulher e o Poder Judiciário no Brasil**. p. 222. In: NOWAK, Bruna. (Org.); SILVA, Christine Oliveira Peter da. (Coord.); BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz (Coord.); FACHIN, Melina Girardi (Coord.). **Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero**. v.2. Salvador: Juspodium, 2020

LÉVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito**. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70, 1982.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Trad. José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1988.

LUCAS, Douglas Cesar. **A proteção jurídica das identidades desconectadas: um mapa de sua ambivência**. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia. Curitiba, v.12, n.12, 215-236, julho/dezembro de 2012. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/313/282>>. Acesso em 09/03/2020.

LUDWIG, Celso Luiz. **A transformação da filosofia e a libertação**. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, v. 44, nº 0, 2006. p. 43-59.

LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma Filosofia jurídica da libertação: paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo**. Florianópolis: Conceito Editora, 2011.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial**. Revista Estudos Feministas. v. 22. n. 3. 2014. 935-952 p.

MARQUES, Samantha Ribeiro Meyer-Pflug; RODRIGUES, Patrícia Pacheco. **Mulher e Poder no Brasil**. p. 195. In: NOWAK, Bruna. (Org.); SILVA, Christine Oliveira Peter da. (Coord.); BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz (Coord.); FACHIN, Melina Girardi (Coord.). **Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero**. v.2. Salvador: Juspodium, 2020.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Hermenêutica filosófica de Heidegger**. É: Revista Ética e Filosofia Política. Número XVII – Volume II – dezembro de 2014. Disponível

em: <www.ufjf.br/eticaefilosofia>. Acesso em: 13/10/2020.

Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, 2020.

MIGNOLO, Walter. “**La opcion decolonial:** desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso”. Tabula Rasa, Bogotá. n.8. 2008. 243-282 p.

MIGUEL, Luis Felipe. **Autonomia, paternalismo e dominação na formação das preferências.** Revista Opinião Pública, Campinas, v. 21, nº 3, dezembro, 2015. 601-625 p.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução.** São Paulo: Boitempo, 2014.

MODELLI, Laís. **Constituição de 1988 foi avanço nos direitos das mulheres.** Carta Capital, 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/constituicao-de-1988-foi-avanco-nos-direitos-das-mulheres/>>. Acesso em 11/10/2020.

MONTEIRO, Ester. **Lobby do Batom:** marco histórico no combate à discriminações. Agência Senado, 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>>. Acesso em 11/10/2020.

OLIVEIRA, Rafael Tomaz de; STRECK, Lenio Luiz. **Algumas indicações sobre o método fenomenológico-hermenêutico.** Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-dez-26/diario-classe-indicacoes-metodo-fenomenologico-hermeneutico>>. Acesso em: 10/02/2020.

PLATAFORMA AGENDA 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/ods/5/>> Acessado em 23.09.2020.

PONTES, Denyse; DAMASCENO, Patrícia. **As políticas públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2017.

ROSSI, Amélia Sampaio; FERREIRA, Erika Carvalho. **Constitucionalismo e gênero em uma perspectiva decolonial.** In: NOWAK, Bruna. (Org.); SILVA, Christine Oliveira Peter da. (Coord.); BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz (Coord.); FACHIN, Melina Girardi (Coord.). Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero. v.2. Salvador: Juspodium, 2020.

SANTOS, André Leonardo Copetti. **Elementos de filosofia constitucional.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**: um teoria geral dos Direitos Fundamentais na perspectiva constitucional. 11. Ed. Livro Digital. São Paulo: Livraria do Advogado Editora, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 7. Ed. Livro Digital. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e Colonialidade**: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-cadernos CES – Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical. 2012.

SCHLOTTFELDT, Shana; COSTA, Alexandre Araújo. **Em busca do poder**: a evolução da participação política da mulher na Câmara dos Deputados brasileira. E-legis: Brasília, n. 21, p. 100-126, set/dez 2016.

SILVA, Chirstine Oliveira Peter da; GOMIDE, Carolina Freitas. **Constitucionalistas constituintes**: uma agenda para o Brasil. In: NOWAK, Bruna. (Org.); SILVA, Christine Oliveira Peter da. (Coord.); BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz (Coord.); FACHIN, Melina Girardi (Coord.). **Constitucionalismo Feminista**: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero. v.2. Salvador: Juspodium, 2020.

SILVA, Christine Petter da. **Entre laços e nós são tecidos os direitos fundamentais da mulher**. Revista Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jun-18/observatorio-constitucional-entre-lacos-sao-tecidos-supremo-direitos-mulher>>. Acesso em: 11/10/2020.

SILVA, Christine Oliveira Peter da. **Substantivo feminino**: Constituição significa mulheres no poder. Revista Eletrônica Consultor Jurídico, 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jun-24/observatorio-constitucional-substantivo-feminino-constituicao-significa-mulheres-poder>>. Acesso em 11/10/2020.

SILVA, Jacson Leal da Silva; Sparemberger, Raquel Fabiana Lopes. **Desvelar da feminilidade – A construção da alteridade**. Revista de Direitos Fundameitas e Democracia. Curitiba, v. 11, n. 11, p. 224-243, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/263/258>>. Acesso em: 09/03/2020.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

STEIN, Ernildo. **Exercícios de fenomenologia**: limites de um paradigma. Ijuí: UNIJUÍ, 2004.

STRECK, Lenio Luiz; et al. **A “secura”, a “ira” e as condições para que os fenômenos possam vir à fala**: Aportes literários para pensar o Estado, a economia e a autonomia do direito em tempos de crise. In: STRECK, Lenio Luiz (org.) Direito e Literatura. São Paulo, Editora Atlas, 2013.

STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica**: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. ed. Belo Horizonte: Coleção Lenio Streck de Dicionários Jurídicos; Letramento; Casa do Direito, 2020.

STRECK, Lenio Luiz. **Entre o ativismo e a judicialização da política**: a difícil concretização do direito fundamental a uma decisão judicial constitucionalmente adequada. Revista Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]. v.17. n. 3. Joaçaba, 2016. 721-732 p.

STRECK, Lenio Luiz. **Faltam grandes narrativas no e ao direito**. In: STRECK, Lenio Luiz (org.) Direito e Literatura. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise**: uma exploração hermenêutica da exploração do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. E-book.

STRECK, Lenio Luiz. **O direito de obter respostas constitucionalmente adequadas em tempos de crise do direito**: a necessária concretização dos direitos humanos. Hendu: Revista Latino-Americana de Direitos Humanos, Belém, v. 1, n. 1, p.93-105, 01 jul. 2010. Anual.

STRECK, Lenio Luiz; TASSINARI, Clarissa; LEPPER, Adriano Obach. **O problema do ativismo judicial**: uma análise do caso MS3326. Revista Brasileira de Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília. V.5. Número especial, 2015. p. 52-62.

STRECK, Lenio Luiz. **O que é isto – decido conforme minha consciência?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

STRECK, Lenio Luiz. **O Rubicão e os quatro ovos do condor**: de novo, o que é ativismo?. Revista Eletrônica Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jan-07/senso-incomum-rubicao-quatro-ovos-condor-ativismo>>. Acesso em: 25/04/2019.

STRECK, Lenio Luiz. **Para além da retórica, uma hermenêutica jurídica não relativista**. 13-27. p. In: Interpretação, Retórica e Linguagem. STRECK, Lenio Luiz (Coord.); LEITE, George Salomão (Coord.). Salvador: Juspodivm, 2017.

STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e Consenso**. Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2011.

STRECK, Lenio Luiz. **30 anos da CF em 30 julgamentos**: uma radiografia do STF. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Recurso Especial nº 270330/RJ (2000/0078399-4)**. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2014_38_capSumula403.pdf> p. 94-109. Acesso em 17/10/2020.

SUPREMA CORTE DE JUSTICIA DE LA NACIÓN (MÉXICO). **“Protocolo para juzgar con perspectiva de género: haciendo realidad el derecho a la igualdad”**.

Disponível em:

<http://archivos.diputados.gob.mx/Comisiones_LXII/Igualdad_Genero/PROTOCOLO.pdf> Acesso em: 11/10/2020.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 126 p.

TIBURI, Márcia. **O que é feminismo**. Empório do Direito, 2015. Disponível em: <<https://emporiiododireito.com.br/leitura/o-que-e-feminismo>>. Acesso em: 17/02/2019.

TIEDEMANN, Paul (Ed.). **Right to Identity**: Proceedings of the Special Workshop “Right to Identity” held at 27th World Congress of the International Association for Philosophy of Law and Social Philosophy in Washington DC, 2015. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2016.

UNDURRADA, Verônica. **¡Cuidado! Los estereotipos engañan (y pueden provocar injusticias)**). Março de 2017. Disponível em: <<https://noticias.uai.cl/columna/cuidado-los-estereotipos-enganan-y-pueden-provocar-injusticias/>>. Acesso em 18/10/2020.

WARAT, Luís Alberto. **O amor tomado pelo amor**: crônica de uma paixão desmedida. In: Territórios desconhecidos: A procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da reconstrução da subjetividade. v. I, Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.